

MARIA THEREZA OLIVEIRA SOUZA

**“DA VISÃO QUE EU TENHO, DO QUE EU VIVI, NÃO SEI MUITO
NO QUE ACREDITAR” – atletas da seleção brasileira feminina e as
memórias de um futebol desamparado**



MARIA THEREZA OLIVEIRA SOUZA

**“DA VISÃO QUE EU TENHO, DO QUE EU VIVI, NÃO SEI MUITO NO QUE
ACREDITAR” – atletas da seleção brasileira feminina e as memórias de um
futebol desamparado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestra em Educação Física do Programa de Pós-Graduação em Educação Física, do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. André Mendes Capraro.

CURITIBA

2017

Universidade Federal do Paraná
Sistema de Bibliotecas

Souza, Maria Thereza Oliveira

“Da visão que eu tenho, do que eu vivi, não sei muito no que acreditar” -
atletas da seleção brasileira feminina e as memórias de um futebol
desamparado. / Maria Thereza Oliveira Souza. – Curitiba, 2017.
128 f. ; 30cm.

Orientador: André Mendes Capraro

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de
Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Educação Física.

1. Futebol 2. Mulheres atletas I. Título II. Capraro, André Mendes III.
Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Biológicas. Programa
de Pós-Graduação em Educação Física.

CDD (20. ed.) 796.334



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências Biológicas
Programa de Pós-Graduação em Educação Física



TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA THEREZA OLIVEIRA SOUZA

“Atletas da seleção brasileira feminina e as memórias de um futebol desamparado”

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação Física, Área de Concentração Exercício e Esporte, Linha de Pesquisa de Esporte, Lazer e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Educação Física do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora:

Professor Doutor André Mendes Capraro
Presidente/Orientador

Professor Doutor Marcelo Moraes e Silva
Membro Interno

Professora Doutora Silvana Vilodre Goellner
Membro Externo

Curitiba, 20 de Fevereiro de 2017.

AGRADECIMENTOS

São muitos os responsáveis pela conclusão desse árduo trabalho.

Primeiramente, agradeço ao professor Dr. André Mendes Capraro, por acreditar em minha capacidade para a carreira acadêmica desde minha passagem por sua disciplina de graduação. Após isso, foram anos de longas conversas e valiosos conselhos para o encaminhamento desta pesquisa. Agradeço principalmente pela forma responsável e respeitosa com a qual atua, com certeza tomarei tal conduta como exemplo a ser seguido.

Também não há como deixar de citar meus pais, Noroaldo e Cláudia, por todo o apoio e esforço em minha formação escolar e pelo imenso carinho e amor depositados em minha educação – são eles meus espelhos de honestidade, caráter e amor fraternal – e meus irmãos João Pedro e José Victor, pela ajuda na composição de uma família estruturada e que me dá todas as condições de crescimento.

Além deles, cito nominalmente meus tios Wilson e Elmari, por me acolherem de forma tão terna e caridosa em sua casa na cidade de Curitiba durante o período de graduação e mestrado, fazendo com que eu me sentisse muito bem vinda e parte de sua família, o que me permitiu ter grande estabilidade para levar adiante minhas pesquisas.

Ainda lembro todos os demais familiares e amigos que estiveram presentes durante essa trajetória, me apoiando sempre que necessário, e os companheiros de mestrado e doutorado, assim como os professores da linha de pesquisa Esporte, Lazer e Sociedade, pelas importantes colaborações intelectuais no decorrer dessa pesquisa.

Também agradeço ao secretário da Pós-Graduação, Rodrigo Waki, pela sempre paciente ajuda em assuntos técnicos referentes ao trabalho e a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo apoio financeiro destinado a condução dessa dissertação.

RESUMO

O futebol, que pode ser considerado um símbolo da identidade brasileira, é atrelado à figura masculina no país. Há uma grande inconstância do futebol competitivo de mulheres no Brasil e, apesar de significativos resultados recentes do selecionado brasileiro, além da reconhecida trajetória da jogadora Marta, eleita por cinco vezes consecutivas a melhor jogadora do mundo entre 2006 e 2010, o Brasil ainda se encontra em um estágio embrionário de desenvolvimento referente às estruturas de clubes e competições. Por essa razão as seguintes perguntas norteadoras foram elaboradas: como atletas que já atuaram pela seleção brasileira de futebol feminino constituem e representam suas memórias a respeito de sua prática? De que maneira elas se posicionam frente aos problemas, dificuldades e possibilidades que este esporte apresenta no país? E ainda, de que forma são representadas as diferentes formas de feminilidade por meio de suas reminiscências? Para responder aos questionamentos propostos, recorreu-se à metodologia de História Oral, que serviu como base de elaboração e análise de entrevistas produzidas no encontro com atletas e ex-atletas de futebol feminino. Para a delimitação das entrevistadas utilizou-se como critério principal de inclusão a confirmação de passagens pela seleção brasileira a partir da década de 2000. Por se tratar de uma pesquisa que tem foco nas experiências das participantes em relação às suas práticas no futebol, foi utilizada a subdivisão metodológica de entrevistas temáticas. As entrevistas permitiram aferir que as interdições em relação às meninas no futebol não se dão necessariamente ou exclusivamente por seu sexo, mas sim pela diferença de habilidade técnica apresentada em relação à maioria dos meninos. Foi notável ainda que algumas atletas, ao mesmo tempo em que se sentem prejudicadas por algumas pressões exercidas, agem elas mesmas na consolidação dos padrões que, aparentemente, deveriam ser seguidos, já que defendem uma mudança na aparência das jogadoras de futebol para que possa haver um desenvolvimento e uma aceitação maior das mulheres na modalidade. As construções de memória também apontaram para a existência de diferentes formas de se sentir feminina, ou seja, não há uma forma de ser mulher e sim várias maneiras de se viver e entender sua própria feminilidade. Além disso, pôde-se identificar em suas narrativas que a estrutura oferecida pela CBF (Confederação Brasileira de Futebol) para a seleção brasileira parece ser uma grande exceção em meio ao universo caótico que a modalidade vive no país e que o panorama do futebol praticado no Brasil é totalmente diverso em relação àquele que é desenvolvido em países europeus nos quais algumas atletas jogaram. Para o desenvolvimento da modalidade, as atletas descreveram algumas alternativas, das quais se destacam um maior investimento nas categorias de base e a maior participação das próprias atletas na organização do futebol. Por fim, é importante frisar como as narrativas evocadas pelas atletas foram influenciadas pelas condições encontradas durante o diálogo com os pesquisadores, pelas características destes últimos e pelo trabalho da memória – aspectos que apontam para a necessidade de não tratá-las como a visão geral de uma categoria, mas sim como as diferentes formas de retratar as vivências dentro de um grupo com características similares.

Palavras-chave: Futebol; Mulheres; Amadorismo.

ABSTRACT

Football, which can be considered a symbol of Brazilian identity, is linked to the male figure in the country. There is an inconstancy of women's competitive soccer in Brazil and, despite significant recent results of the Brazilian national team, in addition to the well-known trajectory of the player Marta, elected five consecutive times the best player of the world between 2006 and 2010, Brazil is still in an embryonic stage of development regarding structures of the clubs and competitions. For this reason the following guiding questions have been elaborated: how athletes who have already played for the Brazilian women's soccer team constitute and represent their memories about their practice? How they stand about the problems, difficulties and possibilities that this sport presents in the country? Also, how the different forms of femininity are represented by their reminiscences? To respond to the proposed questions, it was used the Oral History methodology, which served as basis for the elaboration and analysis of interviews produced in the encounter with athletes and former athletes of female soccer. For the delimitation of the interviewees, it was used as main criterion, the confirmation of passages by the Brazilian team in the 2000s. Because it is a research that focuses on participants' experiences in relation to their practices in soccer, was chosen thematic interviews as methodological subdivision. The interviews made possible to verify that the prohibitions about girls playing soccer do not necessarily or exclusively occur because of their sex, but because of the difference in technical ability presented in relation to the majority of boys. It was also notable that some athletes, while feeling pressured by some pressures exerted, act themselves in the consolidation of the standards that, apparently, should be followed, since they defend a change in the appearance of the soccer players to happen development and acceptance of women in the sport. Memory constructions have also pointed to the existence of different ways of feeling feminine, that is, there is not a way to be woman, but several ways to live and understand your own femininity. In addition, it was possible to identify in their narratives that the structure offered by the CBF (Brazilian Football Confederation) for the Brazilian team seems to be an exception in the middle of the chaotic universe that the modality lives in the country and that the panorama of the soccer practiced in Brazil is totally diverse in relation to European countries in which some athletes played. For the development of the modality, the athletes described some alternatives, of which stand out a bigger investment in the basic categories and the participation of the athletes in the organization of the soccer. Finally, it is important to emphasize how the narratives evoked by the athletes were influenced by the conditions encountered during the dialogue with the researchers, by the characteristics of them and by the work of memory - aspects that point to the need of not to treat them as the general view of a category, but as the different ways of portraying the experiences within a group with similar characteristics.

Keywords: Football; Women; Amateurism.

SUMÁRIO

PRÓLOGO – EU E O FUTEBOL.....	7
1. INTRODUÇÃO	9
1.1 O FUTEBOL FEMININO E O CAMINHO IRREGULAR PERCORRIDO NO BRASIL.....	10
1.2 CAMINHOS METODOLÓGICOS – um diálogo com fontes vivas	24
1.2.1 Memória.....	30
1.2.2 Dados técnicos da pesquisa	32
2. FUTEBOL E FEMINILIDADE – uma aproximação necessária?.....	39
2.1 “O QUE VOCÊ ‘TÁ’ FAZENDO AQUI?” – intrusas conquistando representatividade.....	42
2.2 “VOCÊ NASCEU MULHER E VOCÊ É MULHER” – feminilidade e pressão estética	53
2.3 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	70
3. CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL E O UNIVERSO FEMININO DA MODALIDADE NA ÓTICA DAS COLABORADORAS.....	74
3.1 “CHEGAR A UM LUGAR QUE TODO MUNDO QUER IR” – formato das convocações e orgulho em representar o país.....	76
3.2 “[LÁ] EU SÓ ERA JOGADORA DE FUTEBOL” – amadorismo nacional x profissionalismo europeu.....	89
3.3 “O BRASIL PRECISA DE MUITA COISA AINDA” – caminhos para o desenvolvimento do futebol feminino no país.....	106
3.4 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	112
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS – para além de deduções científicas	116
5. REFERÊNCIAS	121
ANEXOS	128

PRÓLOGO – EU E O FUTEBOL

Sou uma assídua torcedora de futebol... futebol masculino! Que é aquele ao qual tenho acesso constante em canais abertos e fechados de televisão. Que é aquele pelo qual meus avós, meus tios e meu pai são apaixonados – conseqüentemente sinto que fui influenciada por eles. Que é aquele o qual me deu uma forte identidade clubística. Que é aquele o qual fez aflorar em mim o sentimento de orgulho e idolatria em relação aos grandes jogadores que vestiram a camisa de meu clube ou seleção. Que é aquele pelo qual me interessa em entender sistemas táticos e questões técnicas. Acredito que, para a grande maioria dos torcedores que realmente gostam de futebol, esse “sistema” funcione assim.

Na mesma proporção que gosto de assistir, gosto de jogar futebol. Pratico o esporte justamente por admirar os jogos aos quais sempre acompanhei. Comecei a jogar aos seis anos de idade, na pequena cidade na qual vivi durante toda minha infância e me destaquei desde o começo por ter habilidades parecidas com a dos meninos que jogavam comigo e, dessa maneira, superiores daquelas poucas meninas da minha idade que também jogavam. Passou o tempo e, mesmo acreditando que tinha condições de jogar futebol em um nível acima de uma prática amadora, decidi recusar convites para jogar em clubes que me fariam sair de minha cidade e, conseqüentemente, enfrentar dificuldades as quais eu sabia que eram típicas do futebol feminino, ontem, hoje e talvez – infelizmente – amanhã. Faltou perspectiva de sucesso e coragem para correr atrás dele. Talvez essa perspectiva negativa tenha ocorrido pela pouca representatividade que o futebol feminino possui no Brasil, ou seja, todas aquelas características do futebol masculino não estão presentes em seu correspondente feminino, o que faz com que a maioria das meninas não almeje a possibilidade de se tornar uma atleta reconhecida. O que faz também com que eu não tenha possibilidades de acompanhar o futebol feminino de alto rendimento da maneira como eu gostaria, já que são poucos os campeonatos devidamente regulamentados e organizados no Brasil, são poucos os clubes que possuem estrutura adequada e permanente e assim, conseqüentemente, são poucos os eventos e jogos transmitidos – sendo que quando isso acontece, geralmente, percebe-se número escasso de espectadores.

Entretanto, não acredito que esse seja o pior dos problemas, já que existe um grande número de modalidades que também não possuem a representatividade do futebol masculino no Brasil. O aspecto que mais me incomoda é que, por ser atleta de

futebol, mesmo de forma amadora, sempre sofri com pressões vindas de dois lados. No universo próprio de minha prática, muitas vezes fui tratada como “peixe fora d’água”, pelo fato de dificilmente me adequar aos padrões comportamentais da maioria das mulheres que jogavam futebol – vestimentas, gosto musical e, em alguns casos, modo despojado de se portar, ou seja, o conhecido estilo “boleiro”. De outro lado, então no contexto externo ao futebol, vinha uma pressão exercida pela desconfiança em relação à mulher que pratica tal modalidade, justamente por existir uma grande parcela de atletas que se aproximam em termos comportamentais e estéticos¹, segundo as bases sociais estabelecidas, do sexo masculino, as pessoas, em sua grande maioria, não veem com “bons olhos” aquelas mulheres que gostam de tal prática esportiva. A minha experiência me mostrou que algumas delas tratam com descaso o interesse da mulher pelo futebol, analisando os jogos femininos com sarcasmo e desinteresse; outras se surpreendem com a qualidade técnica que as atletas podem apresentar e aí, inevitavelmente, as comparam com homens; e por fim, existem aquelas que acreditam que as mulheres deveriam realmente deixar o futebol apenas para os homens e são preconceituosas em relação às atletas que não se encaixam exatamente dentro dos limites impostos de feminilidade.

Em meio a todas essas contradições, a pressão por me parecer o mais feminina que pudesse acompanhou-me durante toda a infância e o desconforto por praticar futebol muitas vezes me perturbou no convívio com amigas que não praticavam. Ao chegar à fase adulta, a consciência e a segurança sobre minha própria identidade fizeram com que os efeitos dos comentários fossem atenuados e hoje eu raramente me importo com posicionamentos contrários e ofensivos, tendo, inclusive, condições para rebater tais posicionamentos e defender o direito de liberdade que deve permear as questões de gênero em nossa sociedade, sempre que acho necessário.

¹ Sempre quando o termo “estética” ou palavras relacionadas a ele aparecerem no texto deve-se proceder que está se tratando sobre o padrão de beleza contemporâneo. É dito isso visto que tal termo também designa um importante campo de discussão filosófica, o qual não cabe ao presente trabalho.

1. INTRODUÇÃO

A participação de mulheres no esporte enfrentou constantes questionamentos ao longo do tempo. Muitas vezes sendo comparada ao sucesso e a força do homem atleta, a mulher teve que buscar seu espaço aos poucos, e hoje já tem acesso a quase todas as modalidades esportivas, sendo seu avanço no universo esportivo um fenômeno amplamente reconhecido na atualidade (ADELMAN, 2006). Apesar disso, ainda existem muitas ressalvas à sua participação em determinadas modalidades consideradas eminentemente masculinas (GOELLNER, 2005) e o apelo estético muitas vezes ofusca aspectos técnicos nas análises do senso comum e até mesmo de especialistas da área esportiva. (SOUZA; KNIJNIK, 2007).

Pode-se dizer então que, apesar de ainda existirem pontos de embate e questões conflituosas, atualmente, o esporte configura-se sobre um considerável parâmetro democrático no que tange a presença da mulher em práticas esportivas. Mas o processo que as trouxe até o lócus contemporâneo está longe de ser caracterizado como um caminho regular e homogêneo no Brasil. Já que “[...] as conquistas foram conseguidas de modalidade em modalidade e sempre com muitas dificuldades.” (OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008, p. 118).

Um dos aspectos que ocasionaram ambiguidades e rupturas nesse processo de desenvolvimento foi uma predominância de discursos higienistas de ordem médica na sociedade brasileira, principalmente entre o fim do século XIX e início do século XX. Nesse período, apesar de ideias favoráveis à prática física feminina, pautadas nos ideais de aproximação aos costumes europeus, efetuados pelas elites brasileiras, existiam algumas condições elaboradas para que se pudesse intervir e controlar tal prática. Esses discursos atuavam estabelecendo os papéis e os espaços que as mulheres deveriam ocupar, além dos hábitos os quais elas deveriam cultivar, com o intuito de, principalmente, mantê-las saudáveis para uma boa maternidade, ou seja, seus corpos deveriam ser preservados para que assim seus ventres também o fossem e pudessem gerar frutos saudáveis. (MORAES E SILVA; FONTOURA, 2011; GOELLNER, 2005). Segundo Silvana Goellner: “Esses discursos podem ser localizados em diversos manuais e livros escritos no Brasil desde meados do século XIX e também nas revistas direcionadas especificamente para o público feminino.” (GOELLNER, 2005, p. 90).

Essa obrigação materna somou-se às fortes estruturas de uma sociedade conservadora (fim do séc. XIX e início do XX) que impedia a essas mulheres ocupar

posições públicas nos mais variados espaços sociais e, dessa maneira, as mantinha longe também do ambiente esportivo, que se configurava num contexto extremamente masculino. (GABRIEL, 2015).

1.1 O FUTEBOL FEMININO E O CAMINHO IRREGULAR PERCORRIDO NO BRASIL

Embora significativos avanços em relação à participação de mulheres no cenário esportivo tenham acontecido, pode-se dizer que elas ainda encontram-se de certa forma invisibilizadas no futebol. Tal esporte, que é considerado o mais popular do mundo², em sua especificidade brasileira é descrito literariamente como ícone de identidade e paixão nacional (WISNIK, 2008). A prática dessa modalidade seduz, move e aglomera multidões em quase a totalidade do território nacional por mais de um século. Mitos, heróis e lendas foram e são criadas a partir de partidas e competições que se eternizam na memória dos apaixonados torcedores (RODRIGUES FILHO, 2010)³. Seus eventos interferem política, cultural e economicamente de maneira substancial. Existe diariamente uma notória produção de informações nos mais variados meios de comunicação. Tudo isso faz com que parte significativa da população brasileira tenha contato direta ou indiretamente com os efeitos produzidos pelo futebol.

Apesar disso, essa identidade pode ser considerada majoritariamente masculina, já que as mulheres estiveram, historicamente, afastadas do âmbito futebolístico, ficando em segundo plano ou em posições secundárias dentro e fora dos campos. A falta de inserção midiática das atletas é notória e a desorganização⁴ se mostra evidente na gestão dessa modalidade no país. (KNIJNIK; VASCONCELLOS, 2003).

Em relação à sua gênese, existem algumas versões para identificar o período e as condições de surgimento da prática de futebol feminino no Brasil. Algumas referências indicam que o primeiro jogo realizado com a participação feminina ocorreu no ano de

² Calcula-se que a final da Copa do Mundo de futebol de 2014, realizada no Brasil, tenha sido assistida por cerca de 1 bilhão de pessoas e ainda que, somados todos os jogos do mundial, esse evento tenha atingido 3,2 bilhões de pessoas. (UOL, 2015).

³ Entende-se que essa obra de Mário Filho não pode ser usada apenas como fonte histórica, visto que se trata de uma obra literária e por isso necessita de discussão própria referente às ligações possíveis entre literatura e contexto social da época. Além disso, existe uma discussão acerca de um exagero feito por Mário Filho na criação de sua tese sobre a redenção da raça negra por meio do futebol, a qual passou a ser perpetuada e romantizada por outras obras e textos acadêmicos. (SOARES, 1999). Entretanto, o que se visou com esse trecho foi demonstrar como a prática do futebol movimentou longos e intermináveis debates no Brasil, assim como provoca uma ligação fortíssima entre torcedores, clubes e seleção.

⁴ Por meio das entrevistas não ficou esclarecido se a desorganização se dá pela falta de estrutura organizacional ou de forma proposital com fins extrínsecos.

1913, quando um time de mulheres da elite paulista teria enfrentado o escrete masculino do *Sport Club Americano*, em um jogo beneficente para arrecadar fundos e auxiliar o hospital de crianças Cruz Vermelha. Já o primeiro confronto exclusivamente entre mulheres do qual existem registros ocorreu em 1921, entre moradoras dos bairros paulistas Cantareira e Tremembé (MOURA, 2003). O que há de consenso é que, apesar de Mario Rodrigues Filho (2010) mostrar que houve uma constante e maciça presença de mulheres nas arquibancadas para assistir aos jogos de seus pares desde tempos longínquos,

A construção cultural brasileira concebe o esporte, e especialmente o futebol, como um espaço de práticas sociais masculinas através da sua história. E o futebol como uma prática esportiva identitária da construção deste masculino terminou por concentrar uma resistência, ainda maior do que os outros esportes, à prática feminina. (MOURÃO; MOREL, 2005, p. 79).

Pode-se dizer também que são variadas as explicações para a falta de crescimento do futebol feminino no país, mas a supracitada razão parece ser a mais significativa e influente. Se, atualmente, as mulheres praticantes desse esporte possuem uma maior representatividade e, ao menos, competições regulamentadas para sua prática, a situação era radicalmente diferente no início do século XX:

Pela pouca intimidade das jogadoras com o esporte, o FF⁵ era um divertimento para os outros, a inabilidade fazia com que o jogo fosse visto como uma caricatura, com tons de comédia, misto de curiosidade e frenesi. [...] Embora o FF ainda não represente uma prática latente, observa-se nesses eventos um elo de inserção da mulher na esfera pública e como manifestação de um certo fervilhamento de uma época, em que a mulher já procurava legitimar a sua presença no esporte. (MOURÃO; MOREL, 2005, p. 76).

Cômico. Assim foi representado, em alguns momentos, o futebol feminino pelo *Jornal dos Sports* no início da década de 1930. Para realizar a supracitada afirmação, Ludmila Mourão e Marcia Morel utilizaram fragmentos jornalísticos do ano de 1931, no qual se relatava um jogo entre mulheres das equipes “Madame Lessa Alves” e “Madame Macedo”. As autoras apontaram indícios de um desdém pela tentativa de prática esportiva das mulheres. Levando em conta que, nesse período, o futebol masculino já contava com campeonatos regulamentados e ampla participação de atletas (mesmo que ainda sem condições profissionais) e seu correspondente feminino ainda nem poderia ser chamado de esporte, a sátira feita ao jogo entre mulheres na referida

⁵ Futebol feminino.

época pode representar um descaso com o interesse esportivo delas. Aquela exposição pública de mulheres poderia ser considerada piada para uma grande maioria. Apesar disso, nota-se que mesmo em tom sarcástico, abria-se espaço no noticiário para uma inserção feminina, já que as mulheres começavam a sair de seus lares para figurar na vida pública de uma sociedade marcadamente patriarcal⁶. Ademais, o posicionamento do *Jornal dos Sports* ao tratar do esporte feminino em tal período histórico não pode ser visto como uníssono. Em sua edição do dia 15 de maio de 1931, o periódico (que era sediado na cidade do Rio de Janeiro), se utilizou de tom crítico ao observar a pouca inclusão das mulheres nos esportes na capital carioca, lembrando a crescente participação delas em agremiações da cidade de São Paulo. Quatro dias passados, então na edição de 19 de maio de 1931, o periódico publicou uma das reportagens utilizadas nas análises já aqui citadas de Mourão e Morel (2005). Tal reportagem empregava tratamento infantilizado às mulheres praticantes de futebol, como pode ser identificado no seguinte trecho: “A partida estava sendo disputada com entusiasmo. As pequenas empregaram-se com extraordinário ardor. De vez em quando, uma acertava a bola ou esta batia nelas, de maneira a fazer vibrar a assistência.” (JORNAL DOS SPORTS, 1931, p.2). Além de referir-se às mulheres como “pequenas” (apesar de que provavelmente este termo tinha conotação menos diminutiva na época referida), a notícia usou de sarcasmo ao afirmar que raramente as atletas acertavam a bola de jogo.

Em meio ao cenário ambíguo no qual as mulheres que desejavam praticar esportes pareciam se encontrar, a cidade de São Paulo demonstrava se constituir como o centro no qual havia um maior número de suas manifestações esportivas naquela época, já que a década de 1930 foi também:

[...] marcada pelo primeiro campeonato feminino de bola ao cesto (São Paulo), com as mesmas regras dos homens e duração de quatro períodos de dez minutos, vencido pelo City Bank Club, demonstrando a crescente participação feminina nos esportes. Esses eventos (década de 1930) marcam o início do movimento de esportivização feminina nos grandes centros urbanos do Brasil. Com os Jogos Femininos do Estado de São Paulo (1935), há uma abertura para a realização de várias práticas esportivas pelas mulheres, e reforçaram a ampliação da participação feminina em vários segmentos sociais e, mesmo nos esportes, porém essa inserção no pensamento social não evoluiu sem a presença de reações conflituosas. (OLIVEIRA; CHEREM; TUBINO, 2008, p. 123).

⁶ Sociedade patriarcal era aquela na qual todas as decisões sobre a vida de quaisquer integrantes de uma família ficavam sob o comando de um patriarca – o qual era dificilmente questionado e muitas vezes temido.

Tais reações conflituosas – e que demonstram como o processo percorrido pelo esporte e pelo futebol feminino no país não pode ser definido como um caminho linear – partiam de vários lados. Como relata Eriberto Moura (2003), o ano de 1940 parecia apontar para um *boom* na prática de futebol pelas mulheres, visto que, principalmente nos subúrbios cariocas, elas participavam de torneios e jogos regularmente, inclusive protagonizando em algumas oportunidades os eventos principais em dias que contavam também com jogos masculinos. Vários clubes começaram a ser fundados e aqueles que já contavam com esportes masculinos emprestavam seus campos para que as mulheres pudessem treinar. Os jornais da época, como *O Imparcial*, *Correio da Manhã* e *Jornal dos Sports* não mais as tratavam em tom pejorativo, havendo inclusive elogios às habilidades técnicas das atletas. No entanto, começaram a aflorar algumas retaliações populares com relação aos prejuízos que a prática feminina de futebol poderia trazer aos seus corpos e comportamentos (inclusive por parte de algumas mulheres). Tal processo encontrou ressonância no saber médico, que também passou a contrariar essas disputas e retomar posicionamentos fortemente amparados nos ideais eugênicos, fazendo com que houvesse uma rápida inversão no teor das notícias publicadas pela imprensa, ou seja, os mesmos jornais que haviam sido envoltos pela empolgação proporcionada pelos confrontos femininos, agora serviam como extensão ao pensamento de que aquela não era uma prática adequada às mulheres. Exemplo disso é que, analisando uma reportagem do jornal *O imparcial*, publicada após alguns posicionamentos médicos, Moura constatou a citada mudança de perspectiva ao perceber que em “[...] notas e artigos anteriores, o termo "sexo frágil" não aparecia. No momento em que se dá a versão dos médicos, o jornal já utiliza este termo.” (MOURA, 2003, p. 39). Esse pensamento espalhou-se rapidamente e:

Ainda em 1941, o general Newton Cavalcanti apresentou ao Conselho Nacional de Desportos algumas instruções que considerava necessárias para a regulamentação da prática dos esportes femininos. Estas serviram de base para a elaboração de um documento que oficializou a interdição das mulheres a algumas práticas esportivas, tais como as lutas, o boxe, a prática do futebol, rugby, pólo, water-polo, por constituírem desportos violentos e não adaptáveis ao sexo feminino. Desta forma, o futebol passa a ser uma prática vedada às mulheres e, estigmatizado pela norma, “desaparece” da cena esportiva feminina brasileira. (MOURÃO; MOREL, 2005, p. 77).

Tais instruções estabeleciam que: “Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades

desportivas do país” (BRASIL, 1941). Foi então no ano de 1965 que o CND regulamentou tais instruções e proibiu a prática das modalidades citadas. Apesar disso, o termo “desaparece” consta corretamente entre aspas no trecho supracitado, já que a determinação não significou que houvesse uma paralisação das práticas de tais esportes por parte das mulheres, o que aconteceu foi que elas saíram dos ambientes regulamentados, nos quais nem sequer haviam se consolidado, e continuaram, em pequenos grupos, a jogar futebol de forma não oficial, como explica a pesquisadora brasileira Silvana Goellner:

Mesmo que esse documento e outros criados posteriormente se tornassem oficiais, é pertinente dizer que a vida lhes escapa. As práticas esportivas seduziam e desafiavam muitas mulheres que, indiferentes às convenções morais e sociais, aderiram a sua prática independente do discurso hegemônico da interdição. (GOELLNER, 2005, p. 93).

Ao que tudo indica, apesar da existência desses discursos baseados em convenções morais de que praticar esportes violentos atrapalhava a conduta graciosa à qual a mulher estava fadada a seguir em decorrência de sua natureza, o documento não se consolidou como algo seguido fielmente e não houve uma fiscalização rigorosa ou uma atenção especial sobre isso – tanto que se deu um espaço de vinte e quatro anos entre as instruções lançadas pelo documento de 1941 e a regulamentação estabelecida pela CND em 1965 – levando a crer que o que realmente acreditava-se necessário ser evitado eram as tentativas de profissionalização dessa prática entre as mulheres e, como isso não vinha ocorrendo, não havia necessidade de preocupação. Exemplos disso é que existem registros de que na década de 1950 foram realizados alguns jogos beneficentes entre atrizes de teatro, que já no início de 1970 existiam disputas entre boates gays e que em meados da mesma década, empregadas domésticas reuniam-se na praia do Leblon no Rio de Janeiro para partidas amistosas após suas jornadas de trabalho (DARIDO, 2002). Dessa forma, o que a proibição afetou em grande escala foi o desenvolvimento do futebol feminino competitivo no Brasil, principalmente pelo fato de que clubes esportivos não poderiam investir em esportes composto por mulheres (GOELLNER, 2005a) e, conseqüentemente, a organização de competições de alto nível estava totalmente fora das possibilidades administrativas.

O futebol feminino só voltou a aparecer de forma mais incisiva a partir do final da década de 1970 e início de 1980, mais especificamente com a revogação do citado documento, no ano de 1979. Mas, de maneira alguma, isso representou uma solução que

apontasse para dias de crescimento absoluto da modalidade. Apesar de uma crescente popularização de jogos femininos em algumas praias cariocas, os anos que se seguiram trouxeram uma visão de cunho bastante estigmatizado das mulheres praticantes de futebol. O espaço de tempo em que vigorou a citada interdição impediu uma mudança de perspectiva do tratamento dado ao esporte, já que pesquisas demonstraram que os ideais vinculados na longínqua década de 1930 foram em grande parte retomados na mídia após aproximadamente cinquenta anos. (MOURÃO; MOREL, 2005).

No ano de 1983, o Conselho Nacional de Desportos (CND) reconheceu o futebol feminino como modalidade esportiva nacional, mesmo que com algumas restrições, como a proibição de que as atletas utilizassem chuteiras com travas ou trocassem camisas ao fim dos jogos. Nesse mesmo ano, o futebol feminino foi adicionado ao quadro de modalidades oficiais do Guarani Futebol Clube, da cidade de Campinas, e apesar de na época possuir sessão de treinamentos apenas uma vez por semana, as atletas já participavam de alguns campeonatos organizados na cidade, os quais contavam com mais alguns clubes e eram noticiados por jornais locais (MOURA, 2003).

Apesar de tal reconhecimento e crescimento, a modalidade não contou com uma seleção brasileira oficial durante toda a década de 1980, o que fez com que no primeiro torneio mundial realizado na China, em 1988 (ainda sem a regulamentação de uma entidade internacional), o país fosse representado pelo Esporte Clube Radar, clube que havia ganhado notória e surpreendente repercussão nacional e internacional pelo grande desempenho técnico naquela década e também pelo ativismo feminista (MOREL; SALLES, 2006). Então com a base do Radar e algumas outras atletas da Bahia e São Paulo, a equipe brasileira conquistou a medalha de bronze nesse mundialito de futebol feminino. Referente a esta competição, a atleta Sissi⁷, em entrevista concedida a professora Silvana Goellner, recordou que na época mal sabia de sua importância e relembrou um fato curioso:

Eu lembro que a gente tinha que chegar lá na Granja Comary e tinha que, na última hora, começar a costurar porque as roupas eram muito grandes. [...] e a gente teve que provar os uniformes na última hora. Meu Deus do céu, e a gente tinha que ver quem é que sabia costurar, porque não era todo mundo que sabia costurar e eu lembro que a Susana era uma que sabia costurar, eu sei que ela teve que costurar roupa de um monte de gente [risos]. Ninguém era prendada, mas foi isso realmente, ficamos até tarde da noite arrumando a roupa e não conseguia. (CEME, 2015a).

⁷ Sisleide Lima de Amor.

Sua narrativa demonstra como ainda era bastante incipiente a prática de futebol feminino no Brasil, visto que nem uniformes da seleção brasileira adequados aos seus tamanhos eram confeccionados e elas próprias tentaram adequá-los para disputar a competição internacional.

É importante destacar como o desempenho apresentado pela equipe feminina do Radar no Brasil foi realmente surpreendente, visto que a estimativa é de que o clube carioca tenha perdido apenas quatro partidas das mais de trezentas disputadas até 1989, ano no qual houve o encerramento de suas atividades esportivas em decorrência de dificuldades financeiras. Durante esse período, o clube foi penta campeão carioca e da Taça Brasil, tendo revelado atletas como Pretinha⁸, Michael Jackson⁹ e Roseli¹⁰. (POLI; CARMONA, 2006).

O outro viés desse sucesso é que existem exemplos de que a representação da atleta de futebol era feita seguindo parâmetros da imagem feminina e bela a qual era adequado que as mulheres se encaixassem. Salvini e Marchi Jr. (2013) mostraram – após analisarem reportagens vinculadas pela Revista Placar (considerada a revista esportiva de maior circularização no país) – que por meio de imagens apelativas e frases cuidadosamente escolhidas a edição tentava ligar as atletas à sexualidade que delas se esperava. Ao colocá-las sob um olhar apreciativo, esperavam desvincular sua imagem de uma possível aproximação ao masculino. Esse enfoque acabava por deixar as habilidades técnicas das atletas em segundo plano, sendo que muitas vezes esse quesito nem importava na escolha das pautas das reportagens. Salienta-se que o público-alvo da revista foi e ainda é composto majoritariamente por homens (por se tratar de um veículo com informações sobre futebol – e futebol masculino), e, sob o risco de cair em um anacronismo, vale a ressalva que em um período no qual a necessidade do politicamente correto ainda não havia atingido o patamar no qual se encontra hoje, tais vinculações machistas eram entendidas como licenças próprias do período histórico no qual as publicações foram realizadas.

⁸ Pretinha (Delma Gonçalves) disputou a Copa do Mundo de 1991 com apenas 16 anos e participou de quatro Jogos Olímpicos com a seleção brasileira.

⁹ Michael Jackson atuou pela seleção brasileira entre os anos de 1988 e 1996. Ela foi a primeira atleta brasileira a atuar por clubes do exterior, já que em 1995 transferiu-se para o Torino (Itália). Atualmente (2016) ela atua como Coordenadora Geral de Futebol Profissional e Direito do Torcedor do Ministério do Esporte em Brasília.

¹⁰ Roseli de Belo disputou duas edições olímpicas (1996 e 2000) e uma Copa do Mundo (1999) pela seleção brasileira.

Seguindo essa linha temporal, a década de 1990 foi marcada pelo início das competições internacionais de futebol feminino organizadas pela *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA). A entidade internacional promoveu em 1991 a primeira Copa do Mundo da modalidade, sediada na China. A competição voltaria a acontecer em 1995, na Suécia e, desde então, segue um padrão de continuidade de quatro em quatro anos. O desempenho da seleção brasileira foi discreto nessas duas primeiras edições, mas já no ano de 1996, na primeira participação do futebol feminino como modalidade olímpica, em Atlanta, o selecionado nacional alcançou a 4ª colocação e repetiu o bom desempenho na edição de 1999 da Copa do Mundo, quando conquistou a 3ª colocação, nos Estados Unidos da América.

Em âmbito nacional, após o findar das atividades do clube Radar, o número de competições e clubes retrocedeu substancialmente, tanto que o campeonato brasileiro feminino veio a acontecer novamente apenas em 1994, quando o Vasco da Gama ficou com o título. Tal versão do torneio nacional ocorreu até 2001, ano no qual o Santa Isabel ficou na primeira colocação. Nesse intervalo de tempo o Vasco foi campeão em mais duas oportunidades (1995 e 1998), e as demais edições foram vencidas por: SAAD (1996), São Paulo Futebol Clube (1997) e Portuguesa (1999 e 2000). (POLI; CARMONA, 2006). Entretanto, unicamente a existência de campeonatos não significava que as atletas estavam bem amparadas. Em entrevista ao Centro de Memória do Esporte (CEME)¹¹, Emily Lima, que atualmente (2016) é técnica da seleção brasileira de futebol feminino, descreveu o fim da equipe feminina do São Paulo Futebol Clube no ano de 2000, quando ela ainda era atleta da modalidade. Segundo ela, o presidente do clube na época...

[...] de repente ele chegou para a diretoria terminar, acabar com o feminino, e a gente já vinha treinando para começar a competição. E daí a gente se reuniu e falou: “a gente precisa de um time pelo menos para disputar essa competição, estamos preparadas para disputar a competição”. [...] e nós disputamos pelo Palestra de São Bernardo, olha para aonde nós fomos. E foi todo mundo. Foi bacana porque foram as meninas todas. Todo mundo abraçou sem ganhar nada, mas para disputar mesmo, depois cada uma ia seguir o seu caminho. (CEME, 2015).

Tais aspectos corroboram a ideia de que há uma grande inconstância do futebol competitivo de mulheres no Brasil e, assim, apesar de significativos resultados do selecionado brasileiro, como o ouro pan-americano contra a potente seleção

¹¹ Projeto da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

estadunidense em 2007, o vice-campeonato mundial nesse mesmo ano e as medalhas de prata nas edições olímpicas de Atenas (2004)¹² e Pequim (2008), além da reconhecida trajetória da jogadora Marta, eleita por cinco vezes consecutivas a melhor jogadora do mundo entre 2006 e 2010, o Brasil ainda se encontra em um estágio embrionário de desenvolvimento referente às estruturas de clubes e competições no futebol feminino, principalmente quando comparado às eficientes organizações de países como Canadá, Estados Unidos, Alemanha, Japão e Suécia. O que faz com que reivindicações e reclamações, por parte das atletas, sobre as condições oferecidas pela organização da modalidade no país e sobre o tratamento dado a elas se acumulem e se repitam sucessivamente durante os anos, havendo muitos momentos de desabafo. No ano de 2014, por exemplo, aproximadamente cem atletas da modalidade usaram seus perfis em redes sociais para divulgar um manifesto de repúdio às críticas e comparações com o futebol masculino que vinham ocorrendo em relação à seleção brasileira sub20 que havia sido eliminada do mundial da categoria pela Alemanha. O episódio se mostrou como uma oportunidade para que elas pudessem expor as dificuldades com as quais disseram terem sempre convivido em suas trajetórias...

Em um país machista e preconceituoso que nunca acreditou, aceitou ou investiu de verdade no futebol feminino, é muito difícil para nós sonhar. [...] Esta nota, em comum acordo com mais de 100 atletas do futebol feminino, se faz mais do que necessária e vem em tom de desabafo, não para julgar técnica ou taticamente a partida em questão, nem para competir com o futebol masculino, mas para mostrar que somos de carne e osso, existimos, queremos ser ouvidas, não só nas derrotas e nos vexames, mas nas notícias e no dia-dia. Queremos a exposição dos nossos problemas, assim como dos nossos jogos e campeonatos. Queremos, inclusive, que nos ajudem a cobrar as pessoas e as entidades que têm o papel de zelar pelo nosso esporte e não estão nem aí para ele. Chega! Não há e nunca houve estrutura que nos permitisse dedicação integral ao futebol. A maioria de nós treina 6 dias por semana, estuda, trabalha e ainda é dona de casa. Somos amadoras e sabemos que não será por meio da “profissão” que, por amor, escolhemos para viver que garantiremos o nosso futuro ou a nossa aposentadoria. Não temos mordomia nem salários astronômicos, no máximo temos acordos verbais e ajudas de custo durante 3 ou 6 meses do ano, período das competições femininas no país. Vivemos de sonhos. (BORGES, 2014).

As reclamações das atletas expõem vários dos problemas referentes à gestão do futebol feminino no Brasil e principalmente a revolta que isso causa nelas próprias. Em outros momentos as reivindicações surgiram em tom de súplica, como após a eliminação da equipe principal na semifinal das Olimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016.

¹² Oportunidade na qual o futebol feminino foi a única modalidade brasileira que não contou com apoio financeiro vindo de incentivos fiscais. (MARTINS; MORAES, 2007).

Naquela oportunidade atletas com grande representatividade e tempo de seleção brasileira deram declarações em tom emocionado. Formiga¹³ pediu “Não desistam da gente, porque a gente não vai desistir nunca” e Marta reforçou “Peço aqui, ao povo brasileiro, que não deixem de apoiar o futebol feminino. Não deixem. A gente precisa muito de vocês.” (ZERO HORA, 2016).

Além das referências culturais e regulamentares já citadas que atrasaram o crescimento do futebol feminino no país, existem outros motivos possíveis para explicar esse lento desenvolvimento. Entre eles pode-se destacar o pouco interesse dos meios de comunicação, já que se por um lado existem nessa esfera exemplos de uma gradativa atenuação dos comentários sexistas e preconceituosos ao tratar do futebol feminino (GABRIEL, 2015) a atenção dada à modalidade se dá, na grande maioria das vezes, somente durante períodos nos quais ocorrem competições continentais e mundiais importantes entre seleções e algumas vezes ainda exagerando em uma abordagem estética (MARTINS; MORAES, 2007). Obviamente que o sistema midiático atua segundo interesses lucrativos, assim, esse quase inexistente espaço destinado à transmissão de jogos e veiculação de notícias sobre o futebol feminino pode ser entendido como reflexo dos interesses dos telespectadores esportivos (que ainda são, em sua grande maioria, homens). Por outro lado, seu papel não pode ser negado, já que a imprensa é:

[...] uma complexa teia de circulação, recepção e interação de informações. [...] informa e noticia, influencia e é influenciada com desdobramentos da sociedade. A idéia da informação tendenciosa é filtrada pelo público com mais critério, todavia, os receptores nem sempre estão imunes a essa parcialidade da informação. A abordagem feita pelos profissionais da mídia, quando da formulação de suas narrativas, distancia-se da neutralidade e essa característica pode ser notada em diversos segmentos de informação e nas inúmeras dimensões que as notícias alcançam. Desse modo, podemos observar a mídia impressa como uma via de mão dupla, ela reforça e reflete fenômenos sociais. (MOURÃO; MOREL, 2005, p. 78).

Para exemplificar esse modelo dialógico no qual a mídia se encontra pode-se citar o lamentável episódio ocorrido após a vitória da seleção brasileira sobre a seleção russa no Torneio Internacional de Manaus pelo placar de quatro a zero no dia 11 de dezembro de 2016. No dia seguinte ao jogo, então em sua edição de 12 de dezembro de 2016, o jornal *Manaus Hoje* publicou uma matéria com o título “Meninas dão de quatro”. O claro duplo sentido da frase repercutiu em grande escala em redes sociais e

¹³ Miraildes Maciel Mota.

gerou revolta, principalmente entre simpatizantes da modalidade e pessoas ligadas a cobertura especializada desse esporte (SALGADO; COLOMBARI, 2016). Com isso, a edição do periódico se viu obrigada a uma retratação, que ocorreu logo em sua próxima tiragem – 13 de dezembro de 2016. Além disso, notas de repúdio ao machismo exacerbado naquelas palavras circularam entre profissionais do jornalismo. Isso demonstra que atualmente, principalmente pelo grande e instantâneo alcance possível a partir das novas tecnologias, é ainda mais difícil que o público possa ser considerado apenas um receptor acrítico das notícias vinculadas, já que é perceptível que os canais midiáticos também são amplamente influenciados pela opinião pública.

Bem, atenuando as barreiras que travam a visibilidade do futebol feminino, ainda há a irregularidade do calendário competitivo, que dificulta a adequação às grades televisivas. Tais elementos criam uma espécie de ciclo, por meio do qual se perpetuam as dificuldades de aceitação e a baixa apreciação do futebol feminino no Brasil, já que para o crescimento de uma atividade esportiva em nível nacional se fazem necessários incentivos financeiros vindos de patrocinadores, que por sua vez, ao não perceberem no futebol feminino um território gerador de lucros para suas marcas pela pouca presença nos meios de comunicação, não investem em acordos para atrelar suas marcas às atletas, clubes ou campeonatos. Sem estes recursos, os clubes têm muita dificuldade para se desenvolver e as atletas dificilmente conseguem dedicar-se somente à modalidade, por conta dos baixos salários (PISANI, 2014).

No mesmo sentido, sem essa divulgação, o público – que culturalmente já não possui interesse pelo futebol feminino – dificilmente tem contato com o esporte e conseqüentemente não gera renda aos clubes e instituições. Rendas que, geralmente, como no modelo de gestão do futebol masculino, são arrecadadas com a venda de ingressos, adesão de sócios-torcedores e comercialização de produtos oficiais. Essa última questão se torna bastante relevante, já que a irregularidade dos clubes impede que se crie uma identidade dos torcedores em torno do futebol feminino, ou seja, como as equipes são formadas para campeonatos curtos e esporádicos e geralmente se desfazem logo após o término da competição, é praticamente impossível que se crie uma tradição e uma ligação forte entre torcedores, clubes e atletas. O que, vale salientar, não é uma particularidade do futebol feminino, visto que em outros esportes mais populares como o voleibol masculino e feminino, futsal masculino e basquetebol masculino dificilmente se encontram exemplos de equipes bastante tradicionais que mantêm suas atividades profissionais por grandes períodos de tempo. Como exceções

pode-se citar os casos da equipe gaúcha Associação Carlos Barbosa de Futsal, fundada em 1976 e atuante nacionalmente até a atualidade (2016) e do Franca Basquetebol Clube, equipe paulista fundada no ano de 1959 e que também possui representatividade no país até hoje (2016). Refere-se aqui a equipes masculinas, em ambos os casos.

Essas dificuldades foram inclusive citadas por Andressa Alves, atleta brasileira que atualmente (2016) joga no Barcelona, em entrevista ao jornal espanhol *El País*. Após uma partida entre seu clube e o Atlético de Madrid pela *Liga Iberdrola*¹⁴, no qual compareceram ao estádio aproximadamente 14 mil torcedores, Andressa declarou que...

Faltam muitas coisas para alcançar o profissionalismo no Brasil: mais apoio de patrocinadores e mais transmissões dos jogos em TV aberta. Isso infelizmente não acontece, e, para haver investimento dos patrocinadores, as pessoas precisam ver os jogos (PADIN, 2016).

As citadas barreiras que dificultam o crescimento do futebol feminino, justamente por possuírem caráter histórico e cultural, são difíceis de serem transpostas (FRANZINI, 2005; GOELLNER, 2005a). Por outro lado, existem exemplos de que uma boa administração poderia trazer um amplo desenvolvimento para a modalidade no país, tendo em vista que potencial de aglutinação de massas ela já demonstrou ter. No ano de 2007, um grande público lotou o Maracanã para assistir a final do campeonato pan-americano, na qual a seleção brasileira sagrou-se campeã ao vencer os Estados Unidos da América por 5 a 0. Episódio este que provavelmente tenha sido o momento de maior sucesso que a equipe feminina nacional já alcançou, pelo menos no que se refere à visibilidade.

O fato é que esses resultados têm apenas repercussão imediata e nada se desenvolve a partir deles. A modalidade segue sempre um caráter de descontinuidade e, apesar de não existirem mais restrições oficiais a sua prática, sabe-se que:

Depois do cerceamento vivido no início dos anos 40, o futebol feminino no Brasil limitou-se a manifestações esparsas ao longo do tempo, sem chegar sequer a esboçar a constituição de um novo centro irradiador, ou mesmo minimamente estruturado (FRANZINI, 2005, p. 325).

Talvez o único projeto que tenha chegado perto de se apresentar como bem estruturado a ponto de elevar o patamar do futebol feminino praticado por clubes no Brasil, após a extinção do Radar, foi aquele desenvolvido pelo Santos Futebol Clube. A

¹⁴ Primeira divisão do futebol feminino profissional na Espanha.

equipe do litoral paulista recebeu alto investimento e apoio, principalmente entre os anos de 2009 a 2011, quando chegou a contar com as já consagradas e reconhecidas atletas Marta e Cristiane, que trouxeram muita visibilidade ao time. Durante esse período, o clube conquistou a Liga Paulista em 2009, o Campeonato Paulista em 2010 e 2011, a Copa do Brasil em 2008 e 2009, a Copa Libertadores da América em 2009 e 2010, e o Torneio Internacional Interclubes em 2011. (SANTOSFC, 2016). Entretanto, o sucesso não perdurou, as principais atletas logo voltaram para clubes estrangeiros e o time das “Sereias da Vila”, como ficou conhecido, encerrou suas atividades no início de 2012, voltando à cena apenas ao fim de 2015, já sem o mesmo investimento, para a disputa do Campeonato Brasileiro. A estratégia utilizada pela equipe santista – reunir um grande número de atletas de altíssimo nível – foi muito eficaz para o sucesso da própria equipe, entretanto esse não parece ser o modelo mais eficiente para o desenvolvimento das competições em nível nacional, visto que nesse período de tempo houve um grande desnível entre Santos e todas as demais equipes brasileiras e sul-americanas, o que não trouxe atratividade para os campeonatos. Os dirigentes do voleibol no Brasil, por exemplo, perceberam isso rapidamente e há muito tempo há um limite por um sistema de pontuação referente à presença de grandes craques em cada time, para que as disputas fiquem mais equilibradas e, conseqüentemente, atrativas. O mesmo ocorre na NBA (*National Basketball Association*) há bastante tempo.

Esse panorama de altos e baixos amplia o clima de insegurança com o qual as atletas convivem no Brasil, e, assim, aquelas que desejam vivenciar uma prática com características realmente profissionais se veem obrigadas a sair do Brasil e buscar espaço em outros países. Migrações que também não rendem lucros aos cofres dos clubes, pois as transações no futebol feminino ainda não geram movimentações financeiras (PISANI, 2014).

Assim, reconhecendo o futebol feminino como uma modalidade esportiva que está longe de um patamar de organização e gestão adequada no Brasil, e ao mesmo tempo como uma das que mais suscitam confrontos em relação às identidades de gênero¹⁵, torna-se essencial pautar as discussões seguindo alguns caminhos traçados nas falas daquelas que participaram e participam ativamente desses embates. Por essa razão as seguintes perguntas norteadoras foram elaboradas: como atletas que já atuaram pela seleção brasileira de futebol feminino constituem e representam suas memórias a

¹⁵ Butler (2015) as entende como formas de performatividade dos indivíduos em sociedade. Que vão além do encaixe em categorias de sexo e se caracterizam por gestos, ações e signos.

respeito de sua prática? De que maneira elas se posicionam frente aos problemas, dificuldades e possibilidades que este esporte apresenta no país? E ainda, de que forma são representadas as diferentes formas de feminilidade por meio de suas reminiscências?

Pretende-se que a revelação de memórias e a apresentação dos posicionamentos dessas atletas, suscitados pela presente pesquisa (mesmo não sendo consideradas visões homogêneas e muito menos passíveis de generalizações), possam servir como ponte entre as pesquisas sobre o futebol feminino e as aspirações e necessidades das atletas que são agentes nesse esporte, já que o produto caracterizar-se-á como uma representação dialógica, (lembrando que a pesquisadora também é atuante na formulação dos discursos), das identidades de tais mulheres. Assim, espera-se que possa ser utilizado como janela para uma visualização do universo no qual elas estão inseridas. Tal necessidade foi sentida após a constatação de que as pesquisas se tornam mais significativas ao conciliar a utilização de ferramentas acadêmicas com conhecimentos advindos do contato com aquelas pessoas que vivenciam diariamente e podem apresentar as nuances mais presentes na prática sobre a qual o pesquisador está interessado.

Dessa forma, o objetivo geral da presente pesquisa é descrever e tencionar a maneira como atletas brasileiras de futebol feminino constituem memórias sobre sua prática, se posicionam sobre as especificidades que este esporte apresenta e constroem suas próprias identidades nesse processo. Na tentativa de atingi-lo foram escolhidos alguns específicos, que são: a) apresentar suas memórias sobre o papel exercido pelo futebol em suas infâncias; b) apontar as construções memorialísticas e possíveis silêncios referentes às representações de feminilidade suscitadas pela prática do futebol; c) repercutir sobre os significados proporcionados pelas convocações para a seleção brasileira e sobre o papel da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) nesse contexto; d) expor os modelos de organização e gerenciamento do futebol feminino presentes em outros países, segundo o relato de experiências de atletas que atuaram ou atuam no exterior; e) indicar por meio de análises das falas das atletas e suas opiniões sobre os caminhos que o futebol feminino deve seguir, alternativas para um desenvolvimento satisfatório da modalidade.

1.2 CAMINHOS METODOLÓGICOS – um diálogo com fontes vivas

Visando responder aos questionamentos propostos, recorreu-se à metodologia de História Oral. A citada alternativa metodológica surgiu em meados do século XX após a invenção do gravador a fita e foi duramente criticada nos primeiros anos de sua utilização, principalmente por estudiosos clássicos que não aceitavam a utilização da memória como fonte histórica. Apesar disso, seu avanço foi significativo a partir do ano de 1975 (JOUTARD, 2006) e na década de 1990 a História Oral havia conquistado aceitação nos grandes centros acadêmicos e já era quase consensual a sua importância para o conhecimento e análise de acontecimentos passados e situações do presente, aumentando, assim, progressivamente seu campo de atuação (LOZANO, 2006) e atendendo aos mais variados objetivos, principalmente em áreas como filosofia, sociologia, psicologia e antropologia (ALBERTI, 2008).

Sua principal característica é a produção de fontes orais por meio de entrevistas no encontro entre o pesquisador e seus colaboradores, os quais devem ser “[...] indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente” (ALBERTI, 2008, p. 155).

Os pesquisadores José Carlos Sebe Bom Meihy e Fabíola Holanda a definem como:

[...] um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito, autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas. (MEIHY; HOLANDA, 2014, p. 15).

Assim, tendo como base as formulações teóricas que permitem cada vez mais a sua democratização, a História Oral serviu como base de elaboração e análise de entrevistas produzidas no encontro com atletas e ex-atletas de futebol feminino.¹⁶ Para a delimitação das entrevistadas utilizou-se como critério principal de inclusão a confirmação de passagens pela seleção brasileira, sendo que no intuito de não existirem

¹⁶ Este estudo possui vínculo com a pesquisa denominada “QUE TEMPO BOM...NAQUELA ÉPOCA...:perscrutando as memórias e as narrativas do esporte”, a qual possui aprovação do Comitê de Ética do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, sob o número CAAE 51225615.5.0000.5540.

muitas dissonâncias referentes ao contexto histórico tratado nas entrevistas, optou-se por atletas que construíram suas trajetórias na seleção a partir da década de 2000. Além disso, devido à conjugação tempo e recursos financeiros, foram contatadas aquelas atletas residentes em Curitiba ou que por terem em algum momento estabelecido residência nesta cidade, passassem período de férias com seus familiares locais, para que assim pudessem agendar suas entrevistas durante essas visitas. Assim, a configuração de entrevistadas foi formada a partir de conhecimento prévio da pesquisadora, já que por ser uma atleta de futebol amador esta tinha informações referentes às possíveis colaboradoras e contatos que puderam aproximá-la das entrevistadas, a partir da ajuda de outras atletas ou técnicas de futebol amador que também tinham conhecimento sobre essas atletas e por fim, a partir de indicações das próprias entrevistadas, salientando que, após as indicações, conferências referentes aos enquadramentos nos critérios estabelecidos foram realizadas. Como última indicação, é importante salientar que o número de entrevistas não pôde ser extenso, visto que isso inviabilizaria o estudo nos prazos estipulados para a defesa dessa dissertação, tendo sido fixado o número de seis entrevistadas.

Foi previsto que as entrevistas durassem entre uma hora e uma hora e meia, sendo que isso deveria ser acordado com as entrevistadas no momento em que fossem combinados os dias dos encontros, já que seria necessário que compromissos paralelos não atrapalhassem o desenrolar do relato. Cabe ressaltar que esse tempo foi apenas uma previsão estabelecida em relação ao roteiro semiestruturado elaborado pela pesquisadora, visto que ele poderia ser estendido ou reduzido dependendo do nível da retórica apresentado pelas atletas. Outro ponto que foi previamente e cuidadosamente definido foi a localidade em que as entrevistas seriam realizadas. A prioridade foi sempre do entrevistado, já que há o consenso de que este deve conceder a entrevista onde esteja mais a vontade, visto que isso facilita a leveza e a continuidade de sua narrativa. No entanto, foi tomado o cuidado para que não houvesse interferências sonoras que dificultassem uma boa qualidade de gravação, visto que era de extrema importância que a entrevista pudesse ser audível em sua íntegra no posterior trabalho de transcrição do conteúdo (ALBERTI, 2008). Nesse caso, as atletas puderam marcar as entrevistas em suas casas, se assim desejassem e se garantissem que as possibilidades de interferências eram mínimas.

Sobre os mecanismos de análise em um trabalho com tal metodologia, Verena Alberti indica que:

Cabe ao pesquisador que trabalha com entrevistas de história oral atentar para a preciosidade de unidades narrativas [...], porque elas são capazes de comunicar experiências que vão além da trajetória particular de determinado entrevistado, dando conta de formas de elaborar o mundo próprias a uma geração, a um segmento profissional, a um campo do conhecimento, enfim. (ALBERTI, 2004, p. 110-111).

Apesar disso, aspecto muito importante que deve ser considerado é que “[...] até mesmo as pessoas mais moldadas pelos padrões culturais são, por essa mesma razão, unicamente individuais.” (PORTELLI, 2010, p. 183). E, além disso, que: “O conteúdo do que lembramos torna-o, da mesma forma, singularmente pessoal: inclui detalhes pormenorizados e íntimos de acontecimentos, relacionamentos e sentimentos do passado” (LOWENTHAL, 1998, p. 79). Ou seja, é necessário muito cuidado para que o conteúdo produzido no encontro entre entrevistado(a) e pesquisador(a) não seja tomado como norma absoluta, mas sim como indicativo de como um conjunto de atletas de futebol com trajetórias similares, dentro de sua óbvia heterogeneidade, enxergam e falam sobre questões específicas de sua prática no passado e no presente. Até porque “[...] uma história de vida¹⁷ colhida por meio da entrevista oral, esse resumo condensado de uma história social individual, é também suscetível de ser apresentada de inúmeras maneiras em função do contexto no qual é relatada.” (POLLAK, 1989, p. 14).

As ponderações supracitadas, prestadas por importantes nomes no estudo da memória social, ajudam a entender que todo trabalho narrativo é influenciado por variados fatores, intrínsecos e extrínsecos, já que ao mesmo tempo em que está relembando, o entrevistado está postado diante de alguém que o escuta, e assim, logicamente, quem é esse alguém e qual a sua relação com quem está falando tem considerável significado na maneira como os fatos são contados, já que sua identidade está também sendo construída durante o processo de narração (CANDAUI, 2011).

Nesse sentido, o papel do entrevistador – que no caso da História Oral também é visto como produtor de fontes por provocar no entrevistado a rememoração de alguns tópicos úteis ao trabalho em questão – torna-se bastante atuante. Assim, relevante constatação, é a de que um trabalho desse tipo “[...] requer uma preparação criteriosa, que nos transforme em interlocutores à altura de nossos entrevistados, capazes de

¹⁷ Não confundir com a divisão feita por Meihy; Holanda (2014) entre história oral de vida e história oral temática.

entender suas expressões de vida e de acompanhar seus relatos.” (ALBERTI, 2004, p. 19).

Após a realização das entrevistas, para que as fontes coletadas e produzidas pudessem ser utilizadas de modo eficaz, elas passaram pelo processo de transcrição de seus conteúdos seguindo os pressupostos metodológicos propostos por Verena Alberti (2008), os quais consistem em corrigir vícios de linguagem, erros de concordância ou ortografia, além de controlar repetições características da oralidade, no intuito de adequar o texto à atividade da leitura. Apesar disso, adotou-se a ideia de que há a necessidade de manter a máxima fidelidade ao discurso coletado (TOURTIER-BONAZZI, 2006), ou seja, sem as interpretações conjecturais, como proposto no modelo da transcrição (MEIHY; HOLANDA, 2014). Defende-se que outras ferramentas podem ser utilizadas para que o texto escrito possa transmitir com a maior fidelidade possível o que se narrou oralmente, como “[...] notas, que esclarecem passagens obscuras, fornecem informações sobre fatos e pessoas citadas, podem corrigir equívocos feitos tanto pelo entrevistado quanto pelo entrevistador e explicam circunstâncias da entrevista importantes para a compreensão do que foi dito.” (ALBERTI, 2008, p. 181).

Após esse processo, os documentos voltaram para as entrevistadas e elas fizeram a conferência do conteúdo e, assim, autorizaram a sua utilização pela pesquisadora. Nessa etapa, correções e adequações do documento transcrito eram direito das entrevistadas. (MEIHY; HOLANDA, 2014). Entretanto, em sua forma escrita, o relato passou a atender aos objetivos dos pesquisadores, já que esses selecionaram e agruparam as informações de acordo com o interesse de sua pesquisa. Ou seja, além de guiar suas entrevistadas pelos caminhos desejados para se chegar aos tópicos inerentes ao seu estudo, os pesquisadores trataram os resultados também segundo suas propostas, atuando no que realmente define seu esforço como trabalho científico – análise seguindo parâmetros compatíveis com o tema.

Revelaram-se então várias questões éticas que necessitaram ser consideradas em uma pesquisa que caminhou por meio da metodologia de História Oral. Segundo Daphne Patai, referindo-se às pessoas entrevistadas: “Nós temos obrigações especiais com elas porque estamos convocando-lhes a fazer revelações e exposições que elas não poderiam fazer, de outro modo, por suas próprias vozes.” (PATAI, 2010, p. 29). Ainda nessa questão, Meihy e Holanda defendem que: “O entrevistador e o entrevistado, na situação de entrevista, devem se reconhecer como colaboradores. Porque a participação

é espontânea, as duas partes devem manter uma possibilidade confortável para o estabelecimento da entrevista.” (MEIHY; HOLANDA, 2014, p. 20-21).

Para tanto, algumas ferramentas muito úteis que auxiliaram no cumprimento desses compromissos éticos foram utilizadas, como a disponibilização às colaboradoras de um termo no qual foram explicados os objetivos da pesquisa e solicitadas suas assinaturas – autorizaram assim a vinculação das informações dadas aos entrevistadores. Este termo continha também opção para que as entrevistadas escolhessem se seus nomes verdadeiros poderiam ser usados ou se havia a necessidade de manutenção de anonimato. Nenhuma das atletas colaboradoras da presente pesquisa solicitou que seu anonimato fosse mantido, dessa forma, os nomes apresentados nos capítulos subsequentes caracterizam-se como verdadeiros.

Além disso, há consenso entre pesquisadores da área que, para atender algumas dessas questões, o produto final das entrevistas deve obrigatoriamente voltar a todos aqueles que contribuíram no processo. Exemplo significativo de como esse mecanismo é necessário, e que ao mesmo tempo serve de alerta para possíveis reações insatisfeitas por parte dos colaboradores, foi uma experiência relatada por Alessandro Portelli. O historiador italiano explica que retornou aos entrevistados uma prévia do livro que lançaria e que havia contado com a colaboração deles. Tratava-se de uma pesquisa que buscava ouvir estudantes que foram agentes de ocupações de universidades por todo o território italiano entre os anos de 1989 e 1990. O movimento estudantil se deu em forma de protesto a uma reforma universitária que havia permitido maior autonomia para cada instituição e maior participação da iniciativa privada nessas universidades. Portelli conta que após a leitura do rascunho pelos colaboradores, ele marcou uma reunião para que todos pudessem expor suas opiniões sobre o resultado do trabalho. Sua conclusão foi que “[...] a interpretação sempre é parte de uma relação de poder: interpretar é uma coisa; ser interpretado é outra”. (PORTELLI, 2010, p. 59). Já que, segundo o autor, muitos dos estudantes não se viam representados pelas análises dos pesquisadores e a condição de acadêmicos os deixava ainda mais prontos a contrapor e questionar as observações e ponderações feitas sobre eles. (PORTELLI, 2010). Luisa Passerini também trabalhou com modelo similar de interação com os colaboradores de seu estudo sobre a militância e violência política na Itália entre as décadas de 1970 e 1980. A escritora e mais duas docentes da *Università di Torino* participaram de um projeto de História Oral no qual entrevistaram aproximadamente dez mulheres presas por crimes políticos na época citada. Após a coleta das histórias de vida dessas

mulheres, as docentes realizaram um seminário no qual expuseram dúvidas, questionamentos, objeções e opiniões na presença de todas elas. Período que descreveram como o “[...] de maior tensão – ou melhor, aquele no qual se evidenciaram as tensões acumuladas na interação precedente –, e quando ocorreu uma verdadeira troca entre pontos de vistas diversos.” (PASSERINI, 2011, p. 35).

Apesar disso, após autorizarem os usos das transcrições de suas falas, os entrevistados(as) já não são mais detentores de direitos sobre a análise, e esse retorno deve servir apenas como uma prestação de contas a eles ou como forma de benefício ao trabalho. No caso da presente pesquisa com as atletas de futebol, o manuscrito retornará a elas já na forma textual (em decorrência dos prazos estreitos com os quais se convive no ambiente acadêmico), para que possam visualizar os resultados finais de sua colaboração.

Como última indicação prática relativa ao trabalho que se seguirá resta o relato de como as perguntas do roteiro foram formuladas. Segundo Verena Alberti (2005), e aqui se adotou sua perspectiva, a História Oral pode ser trabalhada de duas formas – com a realização de entrevistas de histórias de vida ou entrevistas temáticas. Por se tratar de uma pesquisa que tem foco nas experiências das participantes em relação as suas práticas no futebol, a subdivisão mais adequada para contemplar os objetivos do presente trabalho foi a de entrevistas temáticas, já que a autora define-as como “[...] aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido, enquanto as de histórias de vida têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história [...]” (ALBERTI, 2005, p. 37).

Assim, a pesquisadora incentivava as entrevistadas a falarem sobre o assunto principal, e, então, deixava-as dissertar livremente sobre o tema proposto. Cabe ressaltar que este modelo de entrevista resultou em narrativas mais curtas do que aquelas que provavelmente ocorreriam se a opção de entrevistas de história de vida fosse escolhida.

A função do entrevistador em pesquisas de História Oral foi explicada pelo professor Alessandro Portelli: “[...] mais do que ‘recolher’ memórias e performances verbais, deve provocá-las e, literalmente, contribuir com sua criação: por meio da sua presença, das suas perguntas, das suas reações.” (PORTELLI, 2010, p. 20). Portelli ainda defendeu as grandes possibilidades geradas ao se utilizar entrevistas pautadas na metodologia de História Oral: “Se reconhecermos o hibridismo como multiplicidade e complexidade, e não como impureza e contaminação, uma série de questões fascinantes aparece.” (PORTELLI, 2010, p. 219).

Bem, os visíveis avanços em relação à utilização da História Oral como metodologia de pesquisa ocorreram muito em função de exaustivos esforços no estudo de possibilidades para o uso justamente do “ponto fraco” ao qual tantos atacavam – a memória – que segundo muitos estudiosos tradicionais deturparia informações e assim inviabilizaria a sua utilização (PORTELLI, 2016). Os cuidados metodológicos necessários ao se trabalhar com tal conceito serão expostos no subcapítulo seguinte.

1.2.1 Memória

Sabe-se que as narrativas evocadas pelos interlocutores entrevistados são essencialmente amparadas em suas memórias, e é exatamente por essa razão que não podem ser consideradas, em quaisquer circunstâncias, retratos fiéis do passado, já que são elaboradas e trabalhadas no presente, e assim constroem mecanismos de ajuda às aspirações desse tempo em que se vive e à formação de identidade (THOMSON, 1997; CANDAU, 2011). Pois “[...] saber o que fomos, confirma o que somos” (LOWENTHAL, 1998, p. 83). Tal conhecimento é essencial para que a riqueza de narrativas orais possa ser analisada de forma a auxiliar em novos entendimentos do objeto estudado.

Ana Luiza Bustamante Smolka mostra que o interesse e o fascínio pela memória foram aplicados em numerosos estudos e nos mais variados âmbitos do conhecimento no decorrer do tempo (SMOLKA, 2000). Os estudos recentes constataram que dificilmente a memória é livre de interferências do presente durante uma entrevista em História Oral, pois, pelo simples fato de ser evocada pelo pesquisador, ela decorre de esforços e enquadramentos de quem fala (POLLAK, 1989).

Michael Pollak também colaborou com a fundamentação teórica ao afirmar que a memória é seletiva e que grande parte do passado não está ao seu alcance (POLLAK, 1992). Daphne Patai corroborou com isso ao defender que: “[...] Sem dúvida, a memória em si é gerada e estruturada de maneira específica, em função da oportunidade de contar uma história de vida e das circunstâncias em que isso acontece.” (PATAI, 2010, p. 30). Ou seja:

[...] a memória é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo. [...] A ideia segundo a qual as experiências passadas seriam memorizadas, conservadas e recuperadas em toda sua integridade parece “insustentável”. (CANDAU, 2011, p. 9).

Em consonância com essa afirmação tem-se que: “A necessidade de se utilizar e reutilizar o conhecimento da memória, e de esquecer assim como recordar, força-nos a selecionar, destilar, distorcer, e transformar o passado, acomodando as lembranças às necessidades do presente”. (LOWENTHAL, 1998, p. 77).

Apesar dessas evidentes limitações impostas pelo trabalho da memória na constituição de fontes históricas, o século XX consolidou-a como um mecanismo válido e próximo aos demais métodos utilizados para se contar e investigar sobre o passado, muito em decorrência das colaborações do historiador francês Jacques Le Goff, que afirmou:

[...] O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. (LE GOFF, 2013, p. 497).¹⁸

Le Goff defende que quaisquer que forem os documentos analisados, o pesquisador deve ter em mente que o mesmo não é um retrato do passado e sim uma elaboração intencional feita no período em questão. Todo documento tem marcas subjetivas de quem o produziu e, mais do que isso, deve ser tratado como uma das possíveis maneiras como um fato ou acontecimento foi visto na época em que influenciou determinada sociedade. Já que ele: “[...] não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder.” (LE GOFF, 2013, p. 495).

Ainda em defesa à utilização da memória como fonte histórica, e da variadas possibilidades que um trabalho histórico oferece, o autor argumentou que: “Tal como o passado não é a história, mas seu objeto, também a memória não é a história, mas um de seus objetos e, simultaneamente, um nível elementar da elaboração histórica.” (LE GOFF, 2013, p. 51).

Além de serem construídas a partir de memórias, as narrativas orais podem apresentar silêncios e esquecimentos, intencionais ou não. Exemplo disso é o bloqueio identificado por Michael Pollak nas narrativas individuais de alemães e austríacos sobreviventes dos campos de concentração mantidos pelo regime nazista. Segundo o autor, as pessoas geralmente mantinham silêncio absoluto sobre a trágica experiência

¹⁸ Publicado originalmente em 1924.

após retornarem aos seus locais de origem, e isso partia tanto das vítimas quanto daqueles que haviam sido simpatizantes ou atuantes do regime, visto que:

É sabido que a administração nazista conseguiu impor à comunidade judia uma parte importante da gestão administrativa de sua política anti-semita, como a preparação das listas dos futuros deportados ou até mesmo a gestão de certos locais de trânsito ou a organização do abastecimento nos comboios. (POLLAK, 1989, p. 5).

Ou seja, para evitar constrangimentos e julgamentos interpessoais que poderiam ocorrer ao se defrontarem possíveis acusadores e acusados, a maioria da população escolhia guardar silêncio sobre os acontecimentos ocorridos em períodos antecedentes. Logicamente que as experiências e conjunturas tratadas durante as entrevistas do presente trabalho foram absolutamente menos traumáticas do que aquelas as quais Pollak faz referência. Mas, nem por isso, deve-se ignorar que muitas palavras, situações e pensamentos podem ter sido escondidos pelas narradoras no momento em que estas contaram suas histórias, já que:

[...] existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, "não-ditos". As fronteiras desses silêncios e "não-ditos" com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos. (POLLAK, 1989, p.8).

Então, nas entrevistas que serão problematizadas a seguir, a interpretação de que existem alguns silêncios e não-ditos aparecem em alguns momentos específicos, visto que as atletas de futebol no Brasil vivem em ambiente no qual há grande presença de características consideradas desviantes das normas sociais de gênero e feminilidade. Esses silenciamentos existem possivelmente pelo fato de que “[...] mesmo no nível individual o trabalho da memória é indissociável da organização social da vida.” (POLLAK, 1989, p. 15).

1.2.2 Dados técnicos da pesquisa

Como primeira indicação técnica da pesquisa que foi realizada, demonstra-se aqui de que forma foram feitos os contatos com as atletas, bem como os locais e datas de realização das entrevistas.

QUADRO 1 - Dados dos contatos

Nome do entrevistado	Dayane Fátima da Rocha
Indicação do contato	Própria pesquisadora
Data do contato	Abril de 2016
Forma do contato	Telefone
Data da entrevista	08 de junho de 2016
Duração/local da entrevista	57 minutos/Universidade Federal do Paraná (Curitiba)

Nome do entrevistado	Marina Toscano Aggio de Pontes
Indicação do contato	Dayane Fátima da Rocha
Data do contato	Junho de 2016
Forma do contato	Telefone
Data da entrevista	13 de junho de 2016
Duração/local da entrevista	1 h e vinte minutos/Residência da entrevistada (Curitiba)

Nome do entrevistado	Simone Gomes Jatobá
Indicação do contato	Ex-técnica da atleta
Data do contato	Junho de 2016
Forma do contato	Telefone
Data da entrevista	28 de junho de 2016
Duração/local da entrevista	43 minutos/Residência de ex-técnica (Curitiba)

Nome do entrevistado	Karen de Freitas Lang Rocha
Indicação do contato	Ex-técnica da atleta
Data do contato	Junho de 2016
Forma do contato	Telefone
Data da entrevista	28 de junho de 2016
Duração/local da entrevista	1 h e nove minutos/Residência de ex-técnica (Curitiba)

Nome do entrevistado	Joice Luz
Indicação do contato	Ex-técnica da atleta
Data do contato	Junho de 2016

Forma do contato	Telefone
Data da entrevista	07 de julho de 2016
Duração/local da entrevista	28 minutos/Universidade Federal do Paraná (Curitiba)

Nome do entrevistado	Elisângela Bosa Cordeiro
Indicação do contato	Joice Luz
Data do contato	Julho de 2016
Forma do contato	Telefone
Data da entrevista	22 de agosto de 2016
Duração/local da entrevista	59 minutos/Universidade Federal do Paraná (Curitiba)

FONTE: Modificado de Meihy; Ribeiro (2011).

Na sequência, apresentam-se brevemente suas trajetórias esportivas, tanto em clubes como pela seleção brasileira. Além de imagens que representam suas passagens pela seleção brasileira de futebol.

QUADRO 2 – Caracterização das atletas

<p>Dayane Rocha</p>	<p>Atuou no Brasil pelo Novo Mundo, da cidade de Curitiba. Jogou também por Lyon (França), Sporting de Huelva e La Calzada (Espanha), e Verona Calcio (Itália). Pela seleção brasileira principal foi medalha de prata nas Olimpíadas de 2004, em Atenas. Atualmente (2017) joga futsal profissional em ligas italianas.</p>  <p>Fonte: www.brazilgeracoes.blogspot.com.br</p>
-------------------------	--

Marina
Aggio

No Brasil atuou por Juventus e Ferroviária, de São Paulo e Foz do Iguaçu e Novo Mundo, do Paraná. Em âmbito internacional, jogou na Suécia por Bjalenads IK e Umea Sadra e na Itália pelo Verona Calcio. Acumulou convocações para a seleção brasileira durante os anos de 2002, 2003, 2004, 2009, 2010 e 2011. Atualmente (2017) reside em Curitiba e atua como professora na rede municipal de Ensino.



Fonte: www.brazilgeracoes.blogspot.com.br

Simone
Jatobá

Atuou por clubes brasileiros, entre eles: Paraná Clube, São Paulo Futebol Clube, Saad, Santos, Matonense, Coritiba, Atlético Paranaense, XV de Piracicaba, Ponte Preta e Grêmio Londrinense. Internacionalmente jogou pelo Rayo Vallecano (Espanha) e por Lyon e Metz (França). Pela seleção brasileira disputou as Olimpíadas de 2000, em Sidney e de 2008, em Pequim, e as Copas do Mundo de 2003, nos Estados Unidos, e de 2007, na China. Atualmente (2017) ainda joga profissionalmente pelo Metz (França).



Fonte: www.gazetapress.com

Karen
Rocha

Atuou por clubes brasileiros como Santos, São José do Rio Preto, Vasco da Gama, Duque de Caxias e Flamengo/Marinha. Pela seleção brasileira foi medalha de prata no Pan-americano de 2011, disputado no México. Atualmente (2017) ainda atua profissionalmente pelo Flamengo/Marinha.



Fonte: www.gazetapress.com

Joice Luz

A atleta constituiu basicamente toda sua carreira atuando pelo Santos Futebol Clube, onde ficou de 2002 a 2011. Após isso também jogou pelo Bangu, do Rio de Janeiro e pelo Vitória, de Pernambuco. Pela seleção brasileira disputou o Torneio Internacional da Cidade de São Paulo, em 2010. Atualmente (2017) reside em Curitiba e encerrou sua carreira no futebol.



Fonte: www.gazetapress.com

<p>Elisângela Cordeiro</p>	<p>Atuou em alguns clubes brasileiros, entre eles: União Aú, São Paulinho Futebol Clube, Novo Mundo, Maringá e São José do Rio Preto. Foi convocada para a seleção brasileira em 1998 e em 2005, sendo que na segunda oportunidade disputou amistoso contra a seleção dos Estados Unidos. Atualmente (2017) reside em Curitiba e atua em campeonatos amadores de futebol 7.</p>  <p>Fonte: Acervo da própria atleta</p>
--------------------------------	--

FONTE: a autora.

As entrevistas com tais atletas foram gravadas com imagem e som, sendo que aquelas realizadas na Universidade Federal do Paraná contaram com uma câmera profissional em conjunto com a gravação feita pelo *notebook* da pesquisadora, enquanto as entrevistas realizadas em residências tiveram apoio de imagem apenas no programa de gravação do *notebook*. Vale salientar que em todas essas entrevistas, um aparelho celular gravou a sonoridade do diálogo, no intuito de minimizar os prejuízos com quaisquer contratemplos que pudessem ocorrer com os outros aparelhos de gravação.

Em relação à formatação dos textos transcritos e dos marcadores utilizados pela pesquisadora no momento de transcrição, seguem descritos alguns aspectos para que o leitor possa acompanhar os relatos de forma a captar o máximo possível da essência do relato feito pelas colaboradoras:

QUADRO 3 - Marcações utilizadas nas transcrições

<p>Ênfases</p>	<p>Palavras ou frases as quais as entrevistadas deram ênfase foram registradas em negrito.</p>
----------------	--

Silêncios	A marcação dos momentos de [silêncio] foram feitas entre colchetes.
Riso	Momentos de [riso] das entrevistadas também foram marcadas entre colchetes.
Enunciados incompletos	As ocasiões de frases não encerradas foram marcadas com reticências.
Pequenos acréscimos	Para melhor adequar a transcrição à atividade da leitura, acréscimos da pesquisadora foram feitos entre colchetes em momentos em que algumas frases foram ditas de maneira confusa pelas entrevistadas.
Prosopopeia	Trechos em que as entrevistadas deram a entender estarem imitando ou se passando por outras pessoas foram colocadas entre aspas. Além disso, após essas frases, em alguns casos, foram adicionadas explicações entre colchetes.
Emoções	Variadas emoções foram marcadas entre colchetes.
Explicações das entrevistadas	Aqueles momentos em que dentro de suas próprias falas as entrevistadas apresentavam algum tipo de explicação foram marcados por parênteses.

FONTE: Modificado de Alberti (2005).

Cabe ressaltar que apesar dessas marcações terem sido feitas a partir do esquema proposto pela autora citada, nem todas suas sugestões se fizeram necessárias, assim como algumas marcações foram adicionadas. Além disso, anterior ou posteriormente a alguns excertos transcritos foram feitas contextualizações sobre os momentos e situações das entrevistas que motivaram as respectivas narrativas, no intuito de salientar como as fontes orais suscitadas pelo processo de entrevista são fortemente marcadas pela interatividade.

2. FUTEBOL E FEMINILIDADE – uma aproximação necessária?

Como mostram Moraes e Silva; Fontoura (2011), utilizando como parâmetro a Revista Brasileira de Educação Física, desde a década de 1940 se acentuou por meio de alguns discursos o controle sobre os corpos femininos. Discursos que no período analisado eram pautados pelo saber médico e caracterizados por objetivos higienistas/eugenistas que visavam tornar as mulheres saudáveis e aptas a uma boa maternidade para gerar descendentes fortes. Nesse mesmo momento, elas iniciavam uma ruptura com a exclusividade dos papéis privados que lhes eram atribuídos, ao passo que o desenvolvimento de atividades industriais e comerciais crescia em ritmo acelerado e assim requisitava sua presença. Dessa forma, elas, discretamente, passaram também a estar sob os holofotes da prática esportiva.

Apesar disso, os citados discursos aparentavam temer que essas mulheres perdessem suas características naturais ao praticar esportes e, portanto, indicavam cuidados e estabeleciam normas para que esta prática se mantivesse dentro dos limites sociais da feminilidade e também do adequado ponto de não prejudicar sua principal função e caminho natural – a maternidade. Estes aspectos foram trabalhados por Silvana Goellner em sua pesquisa sobre os discursos presentes na Revista Educação Física, publicação que se caracterizou como um importante meio de difusão de ideias relacionadas a essa área específica entre as décadas de 1930 e meados de 1940:

Para o corpo da mulher proliferam técnicas e estratégias de autoconhecimento e autocontrole que consistem não na restrição a sua movimentação mas, exatamente, no seu contrário: através do movimento e pelo movimento são estabelecidas formas sutis de aplicar um rígido controle sobre si mesma. (GOELLNER, 1999, p. 165).

Foi nesse sentido que as práticas incentivadas e ditas normais ao estilo feminino de ser eram, principalmente, a ginástica, a dança e a natação, modalidades que não requisitavam o emprego de demasiada virilidade e, assim, eram capazes de manter a graciosidade e beleza dos corpos e comportamentos das mulheres. (GOELLNER, 1999).

Tais discursos eram tão aceitos que, sob a orientação de um documento elaborado pelo General Newton Cavalcanti em 1941 e aprovado pelo Conselho Nacional de Desportos (CND) em 1965, foi estabelecido que as mulheres fossem proibidas de praticar esportes como futebol, rugby, lutas e halterofilismo (GOELLNER, 2005b). O documento só foi revogado em 1979, mas as tentativas de normatizações

continuaram em voga de forma menos oficial, já que as atletas ainda se viam pressionadas a se manterem dentro dos limites femininos estabelecidos socialmente. No caso específico do futebol feminino, Salvini; Marchi Jr. (2013) mostram que a tradicional revista esportiva Placar, então na década de 1980, além de trazer constantes informações sobre a equipe Esporte Clube Radar, usualmente publicava reportagens sobre aspectos físicos e estéticos de atletas de futebol feminino, inclusive veiculando fotos de atletas apenas de calcinha e a camisa de seus clubes para “promover” o esporte.

Na década de 1990, a mesma revista também passou a repercutir jogos disputados entre equipes formadas unicamente por modelos, algumas inclusive que haviam figurado em capas da Revista *Playboy* em anos anteriores. Tais reproduções criavam uma dicotomia entre beleza e habilidade futebolística e ainda serviam como estratégia para que o futebol feminino fosse aceito, já que ao representar mulheres com corpos esculturais vestidas com uniformes muito curtos e justos, criava-se uma aproximação entre tal esporte e as normatizações de feminilidade vigentes. (SALVINI; MARCHI JR., 2013b).

Na década seguinte, as atletas passaram a estar cada vez mais pressionadas pela dupla missão de jogar futebol em alto nível e ainda assim estarem belas e arrumadas a ponto de não se parecerem com o sexo masculino. (SALVINI; MARCHI JR., 2013c). Entretanto, vale salientar que as orientações estéticas atingem também o esporte masculino, tanto que, atualmente, o número de atletas preocupados com suas imagens e ditames da moda têm crescido substancialmente, e muitos deles se utilizam de seus corpos para assinar milionários contratos de patrocínio. Ainda assim a percepção é a de que essas obrigações ainda estão mais atreladas ao esporte feminino. Corroborada a isso se tem a afirmação de que as jogadoras...

[...] devem ser belas corporalmente para que possam atrair a atenção dos homens heterossexuais para suas apresentações na TV, o que desperta o interesse da mídia por essas transmissões, que oportunizam e valorizam mais as formas feminis das atletas do que seu esforço, habilidade e competência para a determinada prática esportiva. (FERRETI, et al, 2011, p. 119).

Assim, evidenciava-se que, apesar de “o avanço das mulheres no mundo dos esportes [ser] um fenômeno amplamente reconhecido hoje em dia” (ADELMAN, 2006, p. 14), a repercussão do futebol feminino, muitas vezes, se deu de maneira a tratar as atletas como belas e frágeis. (MARTINS; MORAES, 2007).

Essa breve revisão foi feita no intuito de apontar que o tratamento citado tem suas raízes nas distinções de gênero, as quais possuem grande influência nas formações culturais, já que tal termo é entendido, a partir da conceituação da pesquisadora estadunidense Joan Scott, como: “[...] um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e como “[...] uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Judith Butler também contribuiu ao tratamento teórico de tal categoria, afirmando que “[...] gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser.” (BUTLER, 2015, p. 69).

Sabe-se assim, que as normatizações de gênero são, na maioria das vezes, baseadas no:

[...] argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível. Seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem "científica", a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender — e justificar — a desigualdade social. (LOURO, 1997, p. 20-21).

Por esses motivos – por se acreditar que as distinções de tarefas e de níveis de poder entre os sexos são algo natural – em grande parte das famílias e das instituições de ensino, os enquadramentos aos papéis delimitados tendem a ser ensinados e encorajados desde a infância, existindo atividades adequadas para cada sexo (LOURO, 1997; LE BRETON, 2006).

No esporte isso não é diferente, pois o gênero, “[...] em um nível institucional, individual e interacional também está embutido nas estruturas e nos sistemas esportivos” (PFISTER, 2003, p. 33). Mais do que isso, o esporte, como defende Silvana Goellner (2005), produz essas desigualdades e diferenciações de gênero e não apenas reproduz regras existentes. Dessa forma, o futebol se constitui como mais um dos meios pelos quais os padrões de masculinidade e diferenciação entre os sexos se perpetuam, delineando os papéis que devem ser ocupados por homens e mulheres.

No Brasil, por exemplo, ele acabou por se constituir como um esporte amplamente caracterizado como masculino e a mulher, conseqüentemente, esteve afastada da prática regulamentada da modalidade por um longo período de tempo, sendo

que seu caminho em tal esporte se caracterizou como irregular e repleto de interdições, regulamentações e proibições (GOELLNER, 2005a). Assim, possivelmente esse é um dos elementos que fez com que o futebol também fosse historicamente pouco praticado pelas meninas em escolas e espaços de lazer na infância, fazendo com que se perpetuassem as diferenças no número de praticantes, nas oportunidades e nas habilidades apresentadas entre os dois sexos, já que os meninos são geralmente “[...] reiteradamente treinados e assim vão construindo certa habilidade com o manejo da bola. O que, via de regra, não acontece com as garotas, as quais, quando vêm a jogar futebol, o fazem mais tardiamente” (SALES; PARAÍSO, 2011, p. 540). Tais espaços – escola e de lazer – se constituíram como de manifestação de domínio masculino (SOUZA JÚNIOR; DARIDO, 2002).

Apesar disso, sempre existiram meninas que cruzaram as “fronteiras de gênero” – aqui entendidas como as linhas tênues que dividem os comportamentos ditos adequados e culturalmente estabelecidos aos sexos masculino e feminino (SCOTT, 1995; ALTMANN, 1999) – e passaram a conviver com meninos na prática do futebol. Cabe salientar que a ideia de “[...] gênero é sempre relacional, e os padrões de masculinidade são socialmente definidos em oposição a algum modelo (quer real ou imaginário) de feminilidade” (CONNELL; MESSERCHMIDT, 2013, p. 265). Assim, na maioria das vezes, há certo estranhamento quando as fronteiras são minimizadas ou parcialmente transpostas por agentes, seja do sexo feminino ou masculino.

2.1 “O QUE VOCÊ ‘TÁ’ FAZENDO AQUI?” – intrusas conquistando representatividade

O alerta de Verena Alberti, aqui já exposto no capítulo metodológico, de que o trabalho em História Oral “[...] requer uma preparação criteriosa, que nos transforme em interlocutores à altura de nossos entrevistados, capazes de entender suas expressões de vida e de acompanhar seus relatos.” (ALBERTI, 2004, p. 19), mostrou-se muito importante no processo de escuta, já que o fato de uma das pesquisadoras já ter vivido situações parecidas às das atletas, mesmo que em instâncias menos profissionais, facilitou, de certa forma, o entendimento do lugar no qual elas estavam falando. Entretanto, o cuidado para que essa proximidade não causasse interferências nos posicionamentos das atletas e nas próprias análises de suas falas teve de permear todo o trabalho.

Foi perceptível que a paixão pelo esporte e o orgulho das trajetórias estavam claros no tom de voz e nas expressões das atletas. Também era evidente o anseio de entendimento do quão grande haviam sido suas conquistas e do tamanho das provações pelas quais elas tiveram que passar. O fato de terem a oportunidade de contar suas histórias também pareceu ser um fator de grande alegria e motivação. Num país em que quase não se fala de futebol feminino, perceber que alguém se interessa por sua carreira parece lhes dar uma vasta satisfação. Elas jogaram nos principais campeonatos organizados em torno da modalidade no país e algumas disputaram os principais torneios do mundo, mas mesmo assim, o reconhecimento não parece ser algo corriqueiro.

Ao dar seus primeiros toques na bola ou ganhar seus primeiros hematomas nos famosos jogos de rua, lá quando ainda uma grande parcela de crianças sonham em se tornar jogadores (profissionais e famosos) de futebol, no período em que o esporte ainda é tratado como “jogar bola” e atua como atividade aglutinadora em bairros e ruas, é que aparecem para as meninas os primeiros embates em relação aos estereótipos de gênero presentes nas estruturas sociais. Ao se analisarem ambientes formais ou informais de interação na infância, torna-se perceptível que os espaços também são generificados. Exemplo disso foi identificado por Helena Altmann em estudo no qual acompanhou a ocupação do tempo livre por crianças em uma escola municipal em Minas Gerais. A autora percebeu que havia ali uma clara distribuição entre meninos e meninas, por meio da qual os primeiros ocupavam espaços maiores e “[...] o futebol era um esporte considerado masculino e as imagens dos jogadores, independentemente de serem meninas ou meninos, eram associadas à masculinidade.” (ALTMANN, 1999, p. 169).

Cristiane Rozeira, centroavante titular da seleção feminina de futebol, demonstrou compartilhar da ideia de que as barreiras culturais dificultam o ingresso de meninas no futebol. Após a eliminação da equipe na edição olímpica de 2016, ela declarou...

O futebol feminino não faz parte da nossa cultura. Não tem nas escolas, nas escolinhas, não é como nos Estados Unidos onde as crianças dormem e acordam pensando em futebol. Espero que não só a CBF continue com o projeto, mas as confederações, que eles tenham essa vontade de investir. E não adianta ser um mês antes da Olimpíada, porque não dá para fazer milagre. (VEJA, 2016).

Entretanto, é cada vez mais comum que sejam notadas “intrusas” dispostas a disputar esses espaços com seus colegas. Atualmente isso está causando menos estranhamento, mas nem sempre foi assim.

Dayane Rocha foi a primeira entrevistada da presente pesquisa. Com passagens pela seleção brasileira, tanto universitária quanto principal, a atacante participou da campanha da medalha de prata nas Olimpíadas de Atenas, em 2004, e conquistou a artilharia de dois campeonatos mundiais com a seleção brasileira universitária, em 2007 e 2009. A atleta atuou profissionalmente por clubes da Itália e da Espanha.

Quando questionada sobre o papel exercido pelo futebol em sua infância, por meio de suas reminiscências Dayane mostrou que a conhecida estranheza à prática feminina de futebol também esteve presente em seus primeiros passos na modalidade:

Com sete anos de idade meu pai decidiu me colocar em uma escolinha de futebol. Eu era a única menina no meio dos meninos. Sofri um pouco com isso no começo, porque, pense, eu sou de [19]85, então era bem o tempo em que o futebol feminino era muito discriminado e, sendo a única menina no meio dos meninos e podendo jogar uma categoria abaixo, eu era sempre acima deles e em função disso eu sofri muita discriminação, porque os pais vinham de fora e falavam assim: “- Ah como que uma menina joga no meio dos meninos e ainda é a camisa 10 do time?”. Isso foi um dos pontos negativos que eu tive no começo da minha carreira, mas meus pais, a partir disso, decidiram me apoiar, então eu fiquei dos sete aos quatorze anos na escolinha. (DAYANE ROCHA, 2016).

Nesse caso, apesar de ser o relato de uma experiência individual, o episódio coaduna-se com os resultados da imposição dos papéis estabelecidos culturalmente às mulheres na sociedade brasileira, o que dificultou muito sua inserção na prática esportiva, principalmente naquelas modalidades que não primavam pela graciosidade, leveza e plasticidade de movimentos. Sendo o futebol considerado seu mais significativo exemplo, apesar de importante relativização, ele ainda não é facilmente identificado como uma prática para as mulheres (GOELLNER, 2005; 2005a).

A primeira frase da supracitada fala revela algo importante, já que geralmente tem-se naturalizado que o machismo é produzido e aplicado exclusivamente por homens, e, nesse caso, o pai da atleta foi o maior incentivador para que ela entrasse em um ambiente de notável dominância masculina – fenômeno também já constatado em narrativas de atletas em outras pesquisas na área (ALTMANN; REIS, 2013) – em um período que o esporte feminino ainda não havia atingido a relevância que possui atualmente. Apesar disso, a partir de um trecho anterior, as memórias da atleta revelaram que de início enfrentou resistência dentro de seu próprio núcleo familiar:

Aos seis anos de idade eu quebrava tudo dentro da minha casa, porque minha paixão sempre foi o futebol, sempre foi a bola e os meus pais não me apoiavam. Eles não queriam me dar bola, então eu fazia minhas próprias bolas. Cortava cabeça da minha boneca, cortava os cabelos pra fazer de bola, e com isso lutei contra os meus pais até um tempo. (DAYANE ROCHA, 2016).

Dessa forma, é possível a interpretação de que este apoio se deu a partir de insistência por parte da atleta e de sua resistência, inclusive, às tentativas de adequação às normas femininas, visto que ela revela que transformava bonecas (brinquedo amplamente identificado com o gênero feminino) em bolas para jogar futebol – invertendo totalmente a lógica social a qual supostamente deveria seguir¹⁹.

Com discurso símile em relação ao apoio ligado à figura de seu pai, mas com um tom ainda mais ameno em relação às possíveis dificuldades encontradas no início de sua prática esportiva, Marina Toscano Aggio, também ex-atleta da seleção brasileira principal e que atuou durante sua carreira por clubes suecos, italianos e brasileiros, tendo conquistado títulos importantes como o Campeonato Brasileiro e a Copa do Brasil, afirmou:

[...] eu nunca enfrentei, dentro da minha casa, resistência na prática da modalidade, mesmo porque meu pai é um apaixonado pela modalidade, então, desde pequena eu era levada pros campos, brincava, jogava no meio dos homens. Então, toda resistência que normalmente as meninas encontram na prática da modalidade, por causa da família, eu não tive esse problema, porque o meu pai, os meus pais, me deram um aparato, um suporte muito grande durante esse tempo. (MARINA AGGIO, 2016)

O discurso transparece a ciência da atleta em relação às dificuldades que muitas meninas enfrentam no momento em que demonstram interesse pela prática de futebol e assim reitera o que há muito já vem sendo discutido e defendido a respeito das barreiras para o crescimento dessa modalidade no Brasil (KNIJNIK; SOUZA, 2004), sendo ela uma daquelas “sortudas”, pelo menos em seu entendimento, por não ter encarado esse tipo de objeção.

¹⁹ Lógica social que é pautada a partir da denominada heteronormatividade compulsória – sistema por meio do qual são postas expectativas relacionadas às ordens de sexo, de gênero e de desejo a homens e mulheres, designando as performances dita corretas e adequadas a cada um, sendo que aqueles que escapam dessas normas podem ser considerados desviantes (BUTLER, 2015). Tal conceito se fará bastante presente no trabalho, sem necessariamente estar exposto.

Segundo ela, as boas condições para sua prática se estenderam a outros âmbitos de convívio social. Ao responder a um questionamento se havia resistência por parte dos meninos na primeira escola de futebol que participou, a zagueira afirmou que:

No início sim, eu lembro que quando eu fui fazer a inscrição quando a escolinha abriu, nós estávamos em 150 meninos, dentre os quais era só eu de menina, e todo mundo ficava me perguntando: “- O que você tá fazendo aqui?” “- O que você tá fazendo aqui?”. E eu falava: “- Eu vou jogar, eu vou treinar, eu vou ganhar o que vocês vão ganhar né, o mesmo conhecimento que vocês...”, mas foi somente naquele momento, depois os meninos se acostumavam tanto com a minha presença, que quando eu não ia ou quando eu faltava nas aulas, eles ficavam me perguntando o porquê de eu ter faltado. (MARINA AGGIO, 2016).

A construção memorialística de ambas as entrevistadas dá indícios de que elas pouco se importaram com as ações de resistência realizadas sobre suas práticas esportivas e passaram por isso até com certa facilidade para continuar no futebol. Ou, pelo menos, é isso o que desejam transparecer na construção de suas identidades perante o pesquisador (CANDAU, 2011). Vale salientar também que, segundo Marina, houve um rápido processo de aceitação e integração ao grupo de meninos, revelando que o estigma contra meninas praticantes de futebol não deve ser levado como uma regra, principalmente quando se trata do convívio entre crianças. Tal experiência relatada pela atleta coaduna-se com as inferências feitas por Helena Altmann (1999) após analisar o convívio entre meninos e meninas no ambiente escolar, oportunidade na qual ela constatou que a dominação masculina não acontece de forma simples, havendo momentos e episódios em que as meninas a combatem e diminuem sua relevância, sendo o futebol um dos objetos que possibilitam resistências e modificações nas relações entre os sexos.

De forma que demonstra as particularidades de cada trajetória e, também, as divergências na reconstrução de memórias e nos posicionamentos dentro de círculos sociais formados a partir de características em comum (PORTELLI, 2010), Karen Rocha, atleta que disputou o Pan-Americano de 2011 pela seleção brasileira, já atuou pelo Santos Futebol Clube e, recentemente, no ano de 2016, foi campeã brasileira pelo Flamengo/Marinha, afirmou que:

[...] não tinha ideia de como era o preconceito, que menina não podia jogar, mas desde cedo eu sofri com isso, pelo fato: “Ah, essa aí é Maria João” e eu não entendia, pra mim não tinha sentido, porque eu me destacava junto com os meninos, eu cresci junto com eles. Era um padrão só de idade, e fui, fui crescendo com eles e depois começaram as chacotinhas e as brincadeiras de

mau gosto. Dai eu jogava dentro da escola, mas eu tinha que impor (eu não entendia porque), mas eu acabava impondo pra poder jogar, dava porrada nos meninos mesmo [risos]. “Pode me botar” [risos] e dai nisso, tinha uma menina, uma colega da escola que também gostava, então eu tinha uma coleguinha que jogava, então já era um motivo pra eu querer jogar sempre né. (KAREN ROCHA, 2016).

Enquanto Marina Aggio minimizou as dificuldades enfrentadas no início da prática esportiva, Karen Rocha declarou a necessidade de imposição frente aos impedimentos que sofria dos meninos. Entretanto, mais um dos cuidados inerentes à análise de um trabalho com memória se faz necessário a partir das lembranças da atleta, no sentido de que

Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser. As histórias que relembramos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais. (THOMSON, 1997, p. 57).

Assim, pode-se dizer que a relevância desse aspecto de resistência em sua carreira, no fim, depende muito da relevância que ela dá a ele em seu próprio discurso, o que, de maneira alguma, significa que os fatos não tenham acontecido, mas sim, que as narrativas sempre salientam acontecimentos úteis à construção do eu atual. Pois bem, analisando especificamente o conteúdo de sua narrativa, surge outro aspecto fundamental à análise, já que parece existir uma mudança no comportamento dos garotos quando estes saíram da infância para a adolescência – foi nessa fase que começaram os deboches, como revela a atleta. Tal momento se constitui como de maturação biológica e ampla diferenciação entre os sexos, o que pode culminar em um aumento expressivo na lacuna entre as performances físicas de cada um e em uma mudança nos interesses tanto de meninos quanto de meninas, que passam a observar seus pares segundo a visão dualista de gênero encontrada em grande parte das sociedades modernas. Contrariando tais regras sociais, a própria atleta disse ter se utilizado de mecanismos característicos dos enquadramentos de gênero masculino para se estabelecer nesse meio, indo de encontro à defesa dos meninos em relação às suas posições, já que:

As meninas representam uma ameaça nos jogos de futebol, na medida em que elas podem vir a modificar os significados de certos eventos que ocorrem no interior do jogo, podendo, inclusive, destituí-lo da conotação masculina, tendo os meninos de buscar outras estratégias para se fazerem meninos:

aderindo a uma outra modalidade de jogo, na qual não há a presença de meninas, ou admitindo a possibilidade de parâmetros menos ortodoxos em relação à diferenciação de gênero. (DAMO, 2007, p. 147).

Ou seja, ao representar essa ameaça, as meninas acabam muitas vezes sendo deixadas de lado pelos meninos, mesmo que de forma sutil, já que esse meio social é, para eles, uma forma muito utilizada para construção de relações sociais masculinas. Isso também pode levar a percepção de que se mais meninas praticassem a modalidade não existiria essa necessidade de aceitação, visto que o importante parece ser a possibilidade de ter um grupo social para a prática e não se este é constituído de meninos ou meninas.

Dayane Rocha declarou que esse tipo de embate ao qual Karen se referiu também ocorria em seus primeiros passos na modalidade, quando atuava exclusivamente entre garotos:

Nessa época eu tinha sete anos, estamos falando de 1992 por aí, era uma época em que o futebol feminino tinha muito preconceito, mas muito mesmo. Lembro assim, até hoje, que muitas vezes meu pai saiu na porrada com outros pais porque eles falavam: “é, menina tem que estar ajudando a mãe lavar louça, única coisa que sabe fazer é crochê”. Foi uma época em que eu sofri preconceito, e isso afetou a minha família muitas vezes. Por muitas vezes minha mãe falou que eu não iria jogar mais futebol e meu pai defendia que eu iria jogar sim, dizendo que, enquanto ele pudesse lutar junto comigo, eu iria jogar. (DAYANE ROCHA, 2016)

Sua experiência demonstra que há dificuldade de aceitação quando algumas regras ou costumes amplamente enraizados na sociedade são, de alguma forma, transpostos. A atleta narrou que pais de outros atletas tentaram desencorajar sua participação, possivelmente para que características masculinas pudessem ser garantidas ao ambiente no qual eles investiam na formação de seus filhos. Enquanto isso, a mãe da atleta foi mais limitadora para sua sequência no futebol do que seu pai, o que reforça a ideia anteriormente mencionada de que as tentativas de manutenção dos papéis sociais não são exclusividade de um ou de outro sexo.

Além de Dayane Rocha, outra atleta que mencionou essa diferença de posicionamento entre as figuras materna e paterna foi Elisângela Bosa Cordeiro – atleta que disputou campeonatos estaduais por clubes de São Paulo e Paraná e figurou em convocações da seleção brasileira no ano de 2005. Ela narrou que quando começou a procurar meios de sobrevivência no futebol, migrando para times paulistas, sua mãe lhe dizia

[...] “ah, pára de jogar, pára de isso, você só vai, você só quebra a cabeça, está passando fome, está isso”. Meu pai já foi sempre aquele que sempre me ajudou, que sempre me apoiou, aqui em Curitiba ele sempre estava nos jogos comigo, sempre me acompanhava, ia assistir os jogos, então assim, sempre me deu uma força maior. Mas a minha mãe já era mais assim: “não, não vá, fica, está aí passando fome”, principalmente quando machucava, quando chegava machucada alguma coisa, tinha que fazer cirurgia, e ela estava certa né [riso], na verdade eu sempre dependia dela. Quando eu fiz minha cirurgia, quem me cuidou foi ela. (ELISÂNGELA CORDEIRO, 2016).

Entretanto, a preocupação aqui parece possuir teor diferente, já que a mãe da atleta demonstrava estar receosa apenas com a integridade física e com a instabilidade financeira enfrentada pela filha, outro problema bastante recorrente do futebol feminino no Brasil e que será tratado no capítulo subsequente. Já seu pai, talvez por ter compartilhado do mesmo sonho da filha em sua juventude, ou seja, ser um jogador de futebol profissional, assim como acontece com milhares de meninos no Brasil, entendia que essas dificuldades não deveriam ser empecilhos para que ela chegasse ao seu objetivo.

Outro importante aspecto das relações pessoais entre meninos e meninas no futebol, que se revela com as reminiscências das atletas, é que o respeito e a interação entre os pares dependem muito da habilidade demonstrada por elas e da superação do estranhamento inicial à presença feminina. Simone Jatobá – atleta que figurou em convocações da seleção brasileira por cerca de dez anos e conquistou a medalha de ouro no Pan-americano de 2007 com a equipe –, após contar que até os doze anos de idade jogava futebol apenas em meio a garotos e ser perguntada se havia resistência deles à sua presença, respondeu que “[...] antes de tocar na bola, sim, depois que você começa a jogar, eles veem que você não é tão ruim quanto parece, então as coisas mudam um pouco, aí eles começam a te escolher pro time, mas até então: ‘ah, menina não joga futebol, menina não sabe jogar’, aquela coisa toda.” (SIMONE JATOBÁ, 2016). Nota-se aqui que a atleta troca o “eu”, que utilizou durante grande parte de sua narrativa, para “você”. O deslocamento pronominal, tão característico das fontes orais (PORTELLI, 2010), pode ser interpretado como uma tentativa de demonstrar que esse tipo de fenômeno não é uma particularidade de sua experiência. O que se confirma na fala de Elisângela Bosa Cordeiro, que, após lembrar que seu início no futebol se deu por influência de seus irmãos mais velhos e atuando junto a eles, e ser questionada se não houve por parte de outros meninos a resistência em relação a sua presença, respondeu que...

Ali graças a Deus não. Até hoje em campeonatos, em alguma brincadeira, a gente faz amistosos contra homens, contra adolescentes. Meu sobrinho, que também é meu afilhado, tem um time da turminha dele, e como minha mãe mora numa chácara, a gente tem um campo de futebol lá (suíço). Então assim, ele tem uma turminha e às vezes no final de semana, principalmente no domingo, ele chama [os amigos] e fala: “ó, minha tia está aqui, venham aqui pra gente fazer um joguinho”. Então eu joga com piás, adolescentes, de quinze, dezoito anos. Não tive esse preconceito, por ser mulher, jogar no meio de homens, “ah, porque joga mais, porque joga menos”, não tive esse preconceito. (ELISÂNGELA CORDEIRO, 2016).

Além de ter sido aceita desde cedo por seus irmãos e amigos no futebol, Elisângela, atualmente, parece inclusive ser motivo de orgulho para seu sobrinho. Segundo ela o menino anseia por sua presença quando reúne seus amigos para jogar, o que demonstra que, para eles, os fatores que importam são a habilidade e a capacidade em desempenhar bem o papel dentro do campo e não propriamente a figura masculina. Entretanto, logo em seguida a atleta deixou escapar que durante seus primeiros passos na modalidade houve sim momentos em que a lógica de subversão veio à tona. Ao responder se houve alguma diferença ao transitar de jogos com meninas para práticas exclusivamente entre meninas, Elisângela declarou que

É, é diferente. Você jogando com mulheres, jogando com meninas, é diferente do que o masculino. Por mais que você está ali, que você está jogando, muitos não aceitam você dar um drible, fazer uma jogada [riso]. Existem assim algumas impressões: “ah não, não pode me driblar, não pode fazer isso, não pode fazer aquilo”. (ELISÂNGELA CORDEIRO, 2016).

Tal memória da atleta, que num primeiro momento não havia sido evocada, pode indicar que existiam certos limites na aceitação masculina referente àquela menina que integrava seus espaços, ou seja, enquanto ela estava apenas participando estava tudo bem, mas algumas reações negativas passaram a surgir a partir do momento em que ela demonstrou que poderia superá-los esportivamente em algumas situações, principalmente relacionadas ao drible, movimento técnico mais valorizado no futebol brasileiro e aquele que mais “ofende” os oponentes. Essa contradição ao narrar acentua a ideia de que, apesar de não haver mentira em história oral, as declarações dificilmente são totalmente exatas, e, por isso mesmo, tornam-se significativas. (PATAI, 2010). Além disso, as nuances no discurso vão de encontro à ideia de que o “[...] passado que reconstruímos é mais coerente do que foi o passado à época dos acontecimentos.” (LOWENTHAL, 1998, p. 142). Ou seja, apesar de ter tentado narrar os acontecimentos

de forma a lhes dar sentido coeso com seu pensamento atual, Elisângela demonstrou dentro da própria narrativa as várias facetas do passado que vem à tona.

De todo modo, as reminiscências expostas por essas atletas coadunam-se com os elementos constatados por Eustáquia Sousa e Helena Altmann, que ao analisar as interações esportivas em aulas de Educação Física, afirmaram:

[...] o critério de exclusão não é exatamente o fato de elas serem mulheres, mas por serem consideradas mais fracas e menos habilidosas que seus colegas ou mesmo que outras colegas. Ademais, meninas não são as únicas excluídas, pois os meninos mais novos e os considerados fracos ou maus jogadores freqüentam bancos de reserva durante aulas e recreios, e em quadra recebem a bola com menor freqüência até mesmo do que algumas meninas. (SOUSA, ALTMANN, 1999, p. 56).

Elemento também observado por Osmar Moreira de Souza Júnior e Suraya Cristina Darido: “O fato de elas serem mais aceitas quando demonstram saber jogar mostra que a discriminação nas aulas deve-se mais a uma falta de habilidade que ao fato de serem mulheres.” (SOUZA JÚNIOR; DARIDO, 2002, p. 6). Constata-se então que, aos se provarem capazes, as atletas se legitimavam em meio aos meninos. Tal legitimidade tendo sido alcançada, as meninas passavam a fazer parte do grupo, como demonstrou Simone Jatobá

[...] quando eu mudei pra cá [Curitiba], eu ainda continuava jogando com os meninos. Na frente onde eu morava, tinha um condomínio muito grande e sempre os meninos se encontravam. Um senhor, chamado Evaristo, levava esse grupo de meninos pra jogar na praça do Paraná Clube, então eu comecei a jogar bola com eles na rua também e ai ele falou assim: “ah, você pode jogar o torneio pra gente e tal, porque é uma menina, mas não tem problema, é um torneio de futebol de areia”. [Expressões faciais de felicidade, parecendo reviver sentimentos de empolgação]. Então, ele sempre colocava todo mundo no carro, os meninos todos atrás e só eu de menina na frente né, porque todo mundo sem camisa tal e ai a gente ia pra praça pra disputar torneio, pra jogar, então era muito divertido. (SIMONE JATOBÁ, 2016).

Essa integração demonstrou-se tão significativa em alguns momentos que surgiu nas lembranças de Joice Luz – atleta que integrou por vários anos a equipe profissional do Santos Futebol Clube e no ano de 2010 disputou o Torneio da Cidade de São Paulo pela seleção brasileira – a ideia de que ela era tratada por seus colegas como um menino, ou seja, sem distinções relacionadas ao modo de tratamento...

Bom, na verdade eu não me lembro de quando eu comecei a jogar. Eu poderia dizer que eu nasci jogando [risos], porque eu tenho fotos em casa com um ano e pouco, já com a bola no pé. E assim, era tão natural pra mim,

era algo que fazia parte de mim já, era tão natural ir pra rua jogar bola que eu não tinha essa coisa de preconceito sabe...dos meninos também. Era como se eu fosse menino, na verdade assim, pra eles assim. Eu jogava na frente de casa, eu jogava nos campos, eu jogava na escola, era normal assim.

O que reforça a hipótese de que a exclusão se dá muitas vezes pela inabilidade técnica. Ou seja, ao colocar que jogar bola para ela era algo natural, a atleta demonstra que se sentia próxima dos meninos, os quais, no entender dela, também carregavam consigo essa naturalidade. Sua fala, apesar de reforçar que a exclusão de meninas dos jogos de futebol vai além de unicamente preconceito de gênero, revela que a inserção nesse mundo para garotas que não nascem “naturalmente” sabendo jogar bola torna-se bastante difícil, como para aqueles meninos sem tanto talento no esporte. Isso porque essa vontade inata de praticar futebol, a qual Joice se refere, nada mais é do que a possibilidade de praticá-lo desde muito cedo, o que é bastante comum entre meninos, e o que acaba lhes dando uma grande vantagem técnica em relação às meninas. Já que,

Se durante algum tempo tais diferenças foram consideradas inatas e decorrentes de razões biológicas, as pesquisas de gênero contribuíram para compreender que elas são histórica e socialmente construídas. As distintas formas de educar os corpos de meninos e meninas, presentes desde a infância, são hoje tidas como importantes para a compreensão desse fenômeno, o que tem efeitos sobre as habilidades e os envolvimento dos sujeitos com as práticas corporais [...] (ALTMANN; AYOUB; AMARAL, 2011, p. 493).

Esta lógica atua frequentemente no futebol, visto que dificilmente as meninas são incentivadas a praticá-lo nos primeiros anos da infância, e [...] gostar de futebol é considerado quase uma "obrigação" para qualquer garoto "normal" e "sadio" (LOURO, 1997, p. 75). Isso acaba por fazer com que atletas extremamente talentosas sejam exceções, ou no mínimo, estejam presentes em número substancialmente menor do que atletas homens. Logicamente que aqui não se pretende negar as evidentes diferenças biológicas existentes entre indivíduos masculinos e femininos, as quais são responsáveis por grande parte da lacuna de desempenho existente entre eles em algumas modalidades, mas sim acentuar que o desenvolvimento de algumas habilidades ou capacidades físicas também depende de outros fatores, os quais, muitas vezes, são mais favoráveis aos meninos, já que

As expectativas em relação à diferença de comportamento que se deseja para o menino e para a menina, justificadas pelas diferenças biológicas, acabam proporcionando distintas vivências corporais e determinando os corpos

infantis: meninos e meninas têm no corpo a manifestação de suas experiências. (VIANNA; FINCO, 2009, p. 273).

Ou seja, as diferenças culturais de gênero são inscritas nos corpos infantis e algumas distinções passam a ser vistas como naturais, o que afeta em grande escala o universo esportivo e gera implicações de tratamento também distintos entre atletas homens e mulheres.

2.2 “VOCÊ NASCEU MULHER E VOCÊ É MULHER” – feminilidade e pressão estética

As entrevistas demonstraram, pouco a pouco, que a disponibilidade em falar, a qual era bastante grande sobre as participações em convocações da seleção brasileira, sobre a trajetória nos clubes ou sobre campeonatos disputados, não raramente diminuía quando a conversa rumava para assuntos polêmicos que caracterizam as discussões sobre o futebol feminino. Discussões que, em alguns momentos, surpreendentemente, demonstraram-se bem mais presentes no âmbito acadêmico do que no imaginário das atletas. Houve momentos em que algumas perguntas feitas pareciam fora de contexto para elas, como se aquele universo vislumbrado pelos pesquisadores a partir de leituras próprias dessa área de estudos, tivesse sido desenhado a partir de um olhar bem distante do real mundo em que elas viveram. O que pode ter sido causado pela falta de tempo para uma maior aproximação com as entrevistadas, pelo receio delas de que questões muito pessoais viessem à tona ou ainda pela tentativa de silenciamentos sobre assuntos considerados polêmicos envolvendo a prática de mulheres no futebol.

Bem, o fator tratado no subcapítulo anterior, sobre a pequena participação de meninas em jogos de futebol na infância, pode ser considerado como um daqueles que ajudaram a caracterizar o futebol como uma das modalidades na qual as mulheres possuem mais dificuldade de visibilidade e reconhecimento no Brasil. Une-se a ele a recorrente maior valorização da estética corporal em relação ao desempenho esportivo que compõe a visão empregada particularmente sobre a atleta mulher no país e, por isso, questões referentes aos padrões estéticos existentes e aos estereótipos criados em relação às mulheres praticantes de futebol foram colocadas no diálogo pelos pesquisadores. Tais assuntos causaram reações diversas nas atletas. Algumas negaram terem sido vítimas de algum preconceito durante suas carreiras, com frases como: “Não, só as coisas que a gente ouve sempre: ‘ah, mas porque que você escolheu o futebol

feminino, o futebol? É uma coisa masculina. Por que você não vai fazer outra coisa?’ Mais esse tipo de coisa, nada que pudesse chocar né.” (SIMONE JATOBÁ, 2016); “Não. Na verdade não assim. Às vezes você escutava uma gracinha ou outra, mas nada tão agressivo.” (JOICE LUZ, 2016). As duas respostas guardam similaridades, visto que primeiramente houve negação, mas logo em seguida as relativizações apareceram. E tais relativizações podem ter acontecido de forma a naturalizar os comentários de desconfiança em torno da prática feminina do futebol, dando indícios de que isso talvez tenha sido corriqueiro em suas trajetórias. Entretanto, as atletas não demonstraram que isso possa as ter afetado negativamente de alguma forma, sendo que o termo gracinha utilizado por Joice pode ser referente a galanteios recebidos por ela, os quais as lembranças não pareceram despertar nenhum tipo de perturbação.

Já ao falar sobre uma possível necessidade de adequação aos padrões de feminilidade, Joice Luz demonstrou-se desconfortável. Questionada se havia sofrido com isso de forma mais evidente por ser uma atleta de futebol, ela respondeu apenas: “Não. Não. Não.”. E ainda reforçou que não havia tido conhecimento de isso ter ocorrido com outras atletas: “Não... também não”. Levando em conta a ideia de que a memória “[...] ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. [E de que] isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa.” (CANDAU, 2011, p. 16), a brevidade de suas respostas pode ser considerada uma tentativa de silenciamento por parte da atleta, já que ela deu a entender que em sua trajetória aquilo não fazia nenhum sentido, entretanto pode-se também inferir que faltou a pesquisadora a ousadia em ir mais a fundo no assunto, no sentido de que em “[...] ambos os lados do microfone, para amenizar a situação social e para manter a empatia e a harmonia, evitamos as perguntas duras e as respostas desconcertantes.” (GRELE, 2006, p. 273). Além disso, a entrevista realizada com a atleta Joice Luz contou com a presença de outras pessoas relacionadas à pesquisa no ambiente de gravação (colegas do grupo de estudos e orientador), o que pode ter ocasionado sua pequena desenvoltura na narrativa, a qual não foi notada apenas nas supracitadas questões, visto que “[...] a presença de terceiros [...] pode constituir elemento dispersivo e às vezes limitador” (ALBERTI, 2005, p. 109).

Em contrapartida às respostas de negação de Joice, mais uma vez demonstrando que as narrativas são permeadas por nuances que fazem com que grupos formados por

peças de características bastante similares, distanciem-se da heterogeneidade (PORTELLI, 2010), encontram-se falas como...

[...] depois que eu fui pro Santos as pessoas não falavam muito, depois que eu fui pra seleção falaram menos ainda, entendeu? Então, eu conquistei o respeito como atleta, como jogadora né, ah, porque me viam na TV. Mas assim, quando eu falava: “eu jogo bola” (eu não falava o clube), eu falava assim: “ah, eu sou jogadora de futebol”, e as pessoas: “ah, é? Legal” [expressão de pouco interesse]. Não era nem assim que a pessoa falava, mas eu sentia né [o preconceito]. (KAREN ROCHA, 2016)

Esse excerto de fala da atleta Karen Rocha revela um aspecto novo na análise. Ao defender que a desconfiança que sofria se deu até o momento em que passou a integrar equipes de renomados clubes brasileiros, Karen demonstrou que a desconfiança sofrida por algumas atletas pode ser entendida como uma forma de menosprezo ao “não se fazer nada sério” e não propriamente a ser uma atleta mulher. A partir do momento em que as pessoas a sua volta passaram a ver sua atividade esportiva como uma profissão, em decorrência do status das camisas que vestia, mesmo que ela não ganhasse nem mesmo o suficiente para visitar a família, ela passou a ser respeitada.

Perceptível é que, seja de forma clara ou nas entrelinhas, as atletas revelaram alguns aspectos que se coadunam com a existência de uma aproximação feita entre a prática de esportes de alta exigência física, nesse caso o futebol, e a masculinização da mulher. Sendo que, como “[...] resultado dessa representação social, mulheres que praticam esportes considerados masculinos têm que enfrentar estereótipos de gênero, combatendo a crença de que sua participação nesses esportes é menos valiosa do que a dos homens.” (KNIJNIK; SOUZA, 2004, p. 199). Exemplo disso foi delineado por Marina, que usou as seguintes palavras para expressar a sua indignação com os constantes questionamentos sobre a viabilidade de jogar futebol e ao mesmo tempo apresentar-se feminina:

Então assim, uma das minhas críticas com relação à própria mídia é que a mídia influencia muito a relação mulher e esporte. Então, ela quer juntar todos esses fatores, mas, na realidade, isso é muito diferente, porque a ‘mulher-esporte’ é aquela mulher que treina todo dia debaixo de sol, não é bonita, não é maravilhosa e não usa salto, apesar do lindo corpo que ela tem. A ‘mulher-mulher’, que a sociedade quer que ela seja, é uma mulher que é aquela do cotidiano, que não pratica esporte, desculpa, mas essa é a verdade. (MARINA AGGIO, 2016).

O posicionamento de Marina referente ao tratamento midiático encontra ecos em estudos já realizados. Após analisarem diversos recortes de jornais e revistas (Folha de São Paulo, Estadão, Veja, Superinteressante) que noticiavam ou repercutiam o esporte, Jorge Dorfman Knijnik e Juliana Sturmer Souza, afirmaram que...

“[...] comentaristas esportivos normalmente enfocam a atratividade, emotividade, feminilidade e heterossexualidade das atletas (tudo para convencer a audiência que seus estereótipos de gênero são mais salientes que suas habilidades atléticas), enquanto os homens atletas são descritos por seu poder, independência, dominação e valor.” (KNIJNIK; SOUZA, 2004, p. 202).

Assim, existem exemplos de que estes estereótipos se mostram ainda presentes no imaginário social, ainda que importantes relativizações venham ocorrendo ao longo do tempo, já que, por exemplo, Bruno José Gabriel identificou ao analisar publicações especificamente sobre o futebol feminino no periódico Folha de São Paulo entre os anos de 1991 e 2011 que, apesar de pouquíssimas ocorrências sobre o futebol feminino, referente à espetacularização corporal, não se observou “[...] a intenção do jornal em reforçar nas jogadoras os atributos socialmente designados como característico do seu gênero (feminilidade, beleza e sensualidade). Tanto que apenas uma (1) publicação foi encontrada, tratando desse tema.” (GABRIEL, 2015, p. 227).

Entretanto, a concepção da própria atleta é a de que existe um imaginário de que o momento de prática do futebol não combina com a feminilidade (aquela historicamente delineada por meio da heteronormatividade aqui já destacada), já que ela alerta que a perfeita imagem de mulher pela qual se preza, ou seja, de compostura e delicadeza, não combina com o suor e com os sinais deixados pela prática esportiva, o que vai de encontro à sugestão de que “[...] certas configurações culturais do gênero assumem o lugar do ‘real’ e consolidam e incrementam sua hegemonia por meio de uma autonaturalização apta e bem-sucedida.” (BUTLER, 2015, p. 69).

A afirmação feita por Marina indica que seus posicionamentos são influenciados por uma aproximação com os conceitos de gênero em sua formação acadêmica, já que sua criticidade em relação às questões explicitadas dificilmente é percebida em discursos de outras atletas, tanto de futebol quanto de outras modalidades. A mesma aproximação pode ser vista no seguinte trecho, no qual ela defendeu uma atuação mais libertadora e crítica dos professores na Educação Física (área na qual possui graduação e mestrado)...

[...] o professor de Educação Física tem que estar atento a essas questões, porque se leva essas questões de desigualdade de gênero para as aulas de Educação Física e se o professor não tiver uma visão ampliada ou conhecimento sobre essa questão ele deixa passar em branco muitas frases que proliferam a questão da masculinização da modalidade. “Ela não sabe jogar”; “Eu não quero ela porque ela dá canelada”; “Elas não tem o direito de jogar”. Então, o fato de os professores não estarem atentos para esta visão ou talvez porque eles não tenham ganhado conhecimento dentro da universidade para estarem atentos a esta visão, isso tende a se proliferar e reproduzir nas aulas de Educação Física. E para nós, jogadoras de futebol ou pra menina que quer praticar futebol, ela pode se inibir com esse ato e deixar de praticar a modalidade, não só pela modalidade, mas por uma qualidade de vida que o futebol também proporciona. (MARINA AGGIO, 2016).

Por outro lado, do mesmo modo que critica a pressão exercida sobre a mulher atleta e as distinções de gênero realizadas pelo e por meio do esporte, Marina deixa transparecer que acredita ser necessário um cuidado com a aparência para melhorar a imagem do futebol feminino e considera uma “evolução” o fato de ter reduzido muito o número, na atualidade, de atletas com características físicas próximas ao mundo masculino:

Então eu acredito que toda essa visão que nós fomos lá fora e buscamos, eu não falo só eu não, porque eu tive um trabalho com mais de cem meninas aqui no Novo Mundo e eu prezava muito pela estética, porque infelizmente, o nosso país trabalha com essa função estética, essa cultura estética corporal. Infelizmente, nós temos a visão de que a mulher não pratica o futebol feminino, que a mulher ela é masculina, claro, com muitas exceções, hoje o futebol está muito mais evoluído do que antigamente, a mulher tem o cabelo comprido. E umas das minhas brigas em relação a isso é que toda vez que nós íamos dar entrevista, eu tinha que estar linda, eu tinha que estar arrumada, eu tinha que estar perfeita nos programas de televisão, porque as pessoas queriam ver uma Marina que eu não era em campo. (MARINA AGGIO, 2016).

Essas pressões detalhadas por Marina e a narrativa de sua própria atuação na tentativa de incentivo à vaidade de outras atletas coadunam-se com a defesa de que

A reivindicação e argumentação a favor da vaidade do corpo atua como uma espécie de argumento para combater o estereótipo de que alguns esportes masculinizam e podem influenciar as gestualidades das mulheres. Essas mulheres, ao afirmarem a necessidade de cuidar da beleza, pretendem, de certa forma, fortalecer e preservar a sua feminilidade no espaço esportivo que, tradicionalmente, possui identificação com a masculinidade. Portanto, o discurso da manutenção da vaidade é um argumento que procura mediar as identificações masculinas com os esportes de confronto. Essa é uma forma de mostrar que a mulher pode transitar neste espaço sem “deixar de ser mulher”. (MOURA *et al*, 2010, p. 17).

Assim, tal excerto de fala traduz um pouco do paradoxo em que se encontram essas atletas. Ao mesmo tempo em que defende uma padronização ao estilo feminino, Marina Aggio usa a palavra “infelizmente” para opinar sobre a valorização dos padrões de beleza e de feminilidade por meio da qual as relações e opiniões são estabelecidas no Brasil e critica a expectativa empregada sobre ela para que estivesse bela ao deixar o campo de jogo. Marina reforçou essa posição crítica e de resistência ao responder se sofreu preconceito de gênero durante sua carreira

Não, e eu não admitia sofrer, uma vez que eu não tive isso dentro da minha casa, eu não admitia que nenhuma outra pessoa dissesse ao contrário. E eu pratiquei a modalidade durante tantos anos, fui respeitada dentro de todos os clubes que eu passei. É claro, “no início você não ouviu piadinhas?” [simulando um questionamento]. É claro, isso é normal. Só que como eu não tive a dominação masculina dentro da minha casa eu não permitia que ninguém fizesse ao contrário também.

É como se, para ela, seja absurdo a existência de questionamentos referentes ao não pertencimento da mulher ao universo do futebol e esteja tudo bem distanciar-se dos padrões de feminilidade no momento da prática esportiva, contanto que características adequadas esteticamente ao modelo feminino estejam presentes no posterior convívio social. De forma geral, a narrativa de Marina expressou seu desejo em ver o futebol feminino mais valorizado e desenvolvido e também o entendimento de que isso dificilmente ocorrerá se ele continuar sendo visto como uma prática incongruente com a feminilidade valorizada pelos meios de comunicação e pela sociedade de modo geral.

Dayane Rocha apresentou posicionamento parecido sobre essa temática, já que, questionada sobre a existência de preconceito durante sua carreira, respondeu parecendo entender que as atletas deveriam adequar suas imagens para que isso não acontecesse, provavelmente a partir do entendimento de que essa vigilância social sobre a aparência, a qual atua em grande escala na formatação dos gêneros, é natural e irreversível:

Olha, eu não sofri porque eu sempre mantive a aparência que eu quis. Eu sempre tive cabelo comprido, eu sempre me vesti bem. Mas assim, eu tenho amigas que sofreram muito preconceito pelo fato de ter o cabelo curto, pelo fato de não se vestir bem, pelo fato de deixar decair a imagem. (DAYANE ROCHA, 2016).

Essas obrigações referentes ao corpo que se mostra à sociedade foram bem problematizadas por David Le Breton. O sociólogo francês afirma que:

É conveniente que uma etiqueta corporal varie segundo o sexo do interlocutor, seu status, sua idade, o grau de parentesco, ou de familiaridade, o contexto da interação, etc. Toda conduta que escape à sua definição social é ameaçada pela inconveniência. Ela pode suscitar a vergonha daquele que toma consciência de ter rompido um quadro estabelecido, e o mal-estar daquele que é confrontado a esse afastamento. (LE BRETON, 2011, p. 200).

No caso de uma parcela de mulheres praticantes de futebol, adepta ao corte de cabelo curto, o uso de roupas largas e comportamento mais despojado e menos recatado, há uma transgressão de importantes fronteiras de gênero, as quais existem no sentido de garantir comportamentos e características distintas entre homens e mulheres. Por meio desses enquadramentos, se espera que elas sejam delicadas, graciosas e frágeis – marcadamente diferentes dos homens. Diferenciação esta que deveria ocorrer pelo vestuário, pelo cabelo comprido e vistoso e, acima de tudo, por um comportamento condizente com seu sexo, pensando-se em padrões conservadores estabelecidos. Apesar do posicionamento de aceitação em determinados momentos, em outros a atleta se mostrou contrariada com a situação, mostrando claros sinais de resistência aos valores impostos a mulheres esportistas:

A gente teve um problema uma vez dentro da seleção, que uma marca de shampoo queria patrocinar a gente. Foram fazer uma contagem e nós éramos em oito de cabelo comprido e praticamente doze eram de cabelo curto. E a marca do shampoo falou: “- Vou patrocinar quem? Vou patrocinar as oito só que tem cabelo comprido?”. “- A tá, porque as que têm cabelo curto não lavam o cabelo?” Aí a gente entendeu que era mais preconceito, porque menina tinha cabelo curto, entendeu? (DAYANE ROCHA, 2016).

É nítido que as atletas não concordam com as atitudes supostamente preconceituosas em relação àquelas meninas que jogam futebol e possuem características consideradas desviantes ao padrão estabelecido de feminilidade ao mesmo tempo em que tentam deixar claro que elas nunca sofreram nenhum tipo de preconceito, justamente por afastarem-se de tais características. Examinando tal necessidade de afirmação, considera-se que “[...] através desse trabalho de reconstrução de si mesmo o indivíduo tende a definir seu lugar social e sua relação com os outros.” (POLLAK, 1989, p. 14).

Essas organizações de memória para a formação de identidades corporais parecem ser uma necessidade latente às atletas de futebol feminino. Se há tempos atrás estas viam como conveniência a aproximação ao gênero masculino para serem aceitas em universo tão marcadamente dominado por homens como é o futebol, hoje se veem na obrigação de desvincular suas imagens de tais enquadramentos (KNIJINIK; SOUZA,

2004), já que “[...] garotas que se aproximam desta prática se distanciam de um ideal de corpo feminino, sendo muitas vezes questionadas sobre sua sexualidade.” (FURLAN; SANTOS, 2008, p. 39). Entretanto, presume-se que outro fator para aquela caracterização é que mulheres praticantes do futebol encontravam e ainda encontram nesse universo um terreno no qual é possível a exposição e a vivência de sua homossexualidade. O ambiente do futebol tornou-se libertador das normatividades sexuais impostas por outros meios sociais. Vale salientar que tal suposição foi feita a partir de interpretações e observações prévias, as quais necessitariam de estudos mais aprofundados e mesmo entrevistas mais extensas para maiores problematizações.

Essa mudança de perspectiva relacionada ao futebol feminino foi também narrada por Simone Jatobá. A atleta afirmou que

[...] no princípio o futebol era masculino, é masculino né, digamos assim, no princípio, não tinha feminino. Então a visão era assim, os homens que jogavam, então assim, muitas pessoas confundiam, ou seja, tinha que ser parecido, não igual, mas parecido, porque tinha ali o modelo que eram os homens. Mas acho que, com o tempo isso foi modificando, tem muito ainda o que mudar, mas acho que em termos, por exemplo, de aparência, de atitude, eu acho que mudou muito e isso é um ponto positivo pro Brasil. (SIMONE JATOBÁ, 2016).

Então, a tentativa de desvinculação desse passado torna-se comum e pode mais uma vez ser notado em um trecho de fala de Marina Toscano, que quando questionada sobre a existência de algum tipo de imposição por parte da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) em relação às normatizações de feminilidade, respondeu: “Eu não cheguei a presenciar nenhum tipo de imposição sobre isso, mesmo porque a minha imagem sempre foi muito feminina e eu sempre me preocupei muito com isso.” (MARINA AGGIO, 2016). E também na narrativa de Elisângela Cordeiro, que afirmou “Eu sempre fui desse meu jeito mesmo, na verdade sempre fui assim, um pouquinho feminina [riso], sempre fui desse meu jeito. Nunca tive esse problema não.” (ELISÂNGELA CORDEIRO, 2016).

Entretanto, em alguns relatos, pode-se observar que as pressões referentes às normatizações sociais de heteronormatividade já aconteceram de forma explícita. Dayane Rocha relatou o fato de que a própria CBF trabalhou para adequar os corpos e a imagem das atletas aos padrões adequados socialmente, aconselhando para que as meninas deixassem seus cabelos mais compridos e trazendo para a concentração da seleção brasileira profissionais de beleza, como manicures, pedólogos e cabeleireiros.

Referente a isso, a atleta demonstrou concordar com as iniciativas, já que ela mesma disse já ter tomado atitudes similares quando esteve no papel de conselheira de atletas mais jovens

[...] lá dentro da nossa equipe a gente sempre conversa em relação a isso, porque a gente faz um trabalho meio social também, então a gente às vezes tira algumas meninas de uma área de risco e traz pro nosso time, pra começar a jogar no sub15, sub17. E são meninas que chegam com esses aspectos, com alargador, de boné, querem treinar de boné, chegam de cabelo curto, então durante o ano assim, a gente vai tentando ganhar elas, fazer com que deixem o cabelo crescer, que não usem mais esse tipo de coisa, mas é um trabalho bem longo.

Esse trecho de sua narrativa revela que a perpetuação de estereótipos no futebol feminino não pode ser tratada como algo manifestado apenas de cima para baixo, de forma unidirecional dos dirigentes às atletas, da sociedade para elas, ou ainda a partir da repercussão midiática, trata-se de discursos e normatizações de origens mais complexas e naturalizadas. Determinadas vezes, a pressão aconteceu de forma mais camuflada, como novamente relatou Marina:

Então assim, uma vez, uma repórter: “- Aah, mas você passa batom? Você passa isso?” Eu disse pra ela assim (depois de muitos anos a gente fala o que a gente pensa): “- Você veio falar da Marina atleta ou da Marina mulher? Porque se for da Marina mulher nós vamos responder essa pergunta, mas a Marina atleta ela não entra em campo cheirosa, ela não entra em campo com rímel, porque o rímel borra, porque eu tenho noventa minutos em baixo de um sol pra correr e a Marina atleta ela sua e ela necessita de músculos pra correr e ela não é tão feminina como você gostaria que ela fosse. Agora se você quiser falar da Marina mulher eu vou dizer pra você, que a minha vida fora de campo é assim, com maquiagem, com salto, com tudo aquilo que a sociedade quer ver.” (MARINA AGGIO, 2016).

Esse momento se configurou como um daqueles no qual se pôde observar a irritação da atleta em relação aos aspectos de embate no futebol feminino. Apesar de ter se colocado como adequadamente inserida dentro do padrão estabelecido de feminilidade, Marina viu essa segurança abalada pelo fato de alguém (mulher, inclusive) vir de “fora” e duvidar disso ao relacionar sua prática com uma possível “falha” na elaboração da imagem feminina a qual toda mulher deveria seguir. Essa “falha” se estabelece porque o corpo deve:

[...] se dissolver nos códigos em vigor, e cada um deve poder encontrar em seus interlocutores, como em um espelho, suas próprias atitudes corporais e uma imagem que não a surpreenda. É nesse sentido que aquele que não joga o jogo, deliberadamente ou à sua revelia, provoca um incômodo profundo.

[...] A diferença transforma-se em estigma mais ou menos altamente afirmada. (LE BRETON, 2011, p. 212-213).

Códigos estes que se tornam evidentes e atuantes nos imaginários relacionados a corpos femininos e masculinos. Dessa forma, acredita-se que a diferença em relação aos sexos nada mais é do que uma construção social que pode variar seu nível de distanciamento e influência sobre esses corpos. Novamente na colaboração de Le Breton tem-se que:

Em nossas sociedades²⁰, o menino recebe uma educação com relação à dor ligada à imagem de virilidade, de força do caráter. Em princípio, os pais esforçam-se para impedir as tendências para a emotividade ou para a negligência. O mais depressa possível, ele deve assimilar as qualidades que imaginamos serem as do homem; ao contrário, toleramos facilmente e até mesmo encorajamos, as manifestações de sensibilidade da menina: as lágrimas e o lamento são menos admitidos no menino do que na menina, supostamente mais delicada. A educação transforma assim as crianças em atores conforme à imagem da mulher e do homem em vigor na sociedade. (LE BRETON, 2006, p. 54).

Duas importantes questões vêm à tona com a supracitada constatação. Primeiro, as imposições sociais sobre os sexos acontecem para ambos os agentes, homens e/ou mulheres. Sobre o menino também recaem obrigações sobre seus corpos e comportamentos, que certamente provocam os mesmos efeitos de subversão que recaem sobre as meninas, mas esse é um tema que não cabe ao presente trabalho. Segundo, o sociólogo usa muito bem os verbos de ação na primeira pessoa do plural, ou seja, somos todos participantes e agentes nesses processos de enquadramento social dos sexos presentes em nossos corpos. Isso pode ser visto manifestado na fala de Simone Jatobá, que ao se referir a possíveis preocupações de dirigentes de futebol em relação à estética das atletas em outros países nos quais jogou, respondeu que

Não, lá na França não, na Rússia também não tive problema nenhum e na Espanha também não né, em relação a isso. Lá as meninas sempre são bem femininas, claro que você vê uma ou outra que tem cabelo curto, mas acho que isso não tem nada a ver também né, não é porque você tem cabelo curto que você tem que ser masculina né, pelo contrário, eu acho que a sua atitude, a sua maneira de ser que vai passar quanto feminina você é, quanto mulher você é. (SIMONE JATOBÁ, 2016).

A defesa da atleta revela aspecto pertinente, já que outros fatores do que é ser mulher socialmente surgem em sua análise. Segundo ela, mais do que possuir

²⁰ Le Breton refere-se às sociedades ocidentais, nas quais se podem incluir o caso brasileiro.

características físicas condizentes, é necessário que se porte com uma mulher, ou seja, adotando atitudes, reações e comportamentos compatíveis com o que historicamente foi tratado como feminino.

Outra particularidade da prática feminina de futebol que pôde ser notada nas falas de algumas entrevistadas foi o receio de que suas atividades fossem atreladas a homossexualidade, já que, inegavelmente, o futebol feminino, e o esporte como um todo, estão bastante permeados por essa questão (SIMÕES, CONCEIÇÃO, NERY, 2004). Pois bem, isso ainda se agrava pelo fato de que há grande confusão entre o que se caracteriza como identidade de gênero e o que se remete à sexualidade. Segundo Guacira Lopes Louro,

[...] é evidente que essas identidades (sexuais e de gênero) estão profundamente inter-relacionadas; nossa linguagem e nossas práticas muito freqüentemente as confundem, tornando difícil pensá-las distintivamente. No entanto, elas não são a mesma coisa. Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais (e, ao mesmo tempo, eles também podem ser negros, brancos, ou índios, ricos ou pobres etc). O que importa aqui considerar é que — tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade — as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. (LOURO, 1997, p. 26-27).

Assim, a insegurança demonstrada pelas entrevistadas ao falar desse assunto é totalmente plausível, já que a imagem da mulher praticante de futebol, que inegavelmente rompe com as fronteiras de gênero culturalmente estabelecidas, é rapidamente relacionada à masculinidade e a postura homossexual, como se escapar dos padrões relacionados às atividades historicamente impostas às mulheres fosse fator que obrigatoriamente às levasse a se afastar do parâmetro heterossexual. A confusão é tão latente, que, em inúmeras vezes, revela-se a surpresa de muitas pessoas ao constatar que mulheres enquadradas aos papéis femininos de gênero possuem relações homo afetivas, sendo o inverso igualmente verdadeiro. Isso acontece porque a “[...] ligação entre gênero e sexualidade que já foi desconstruída no meio acadêmico, [ainda é] muito forte no senso comum. (FERRETI et al, 2011, p. 123-124).

Como um exemplo desse negativo estereótipo relacionado à modalidade tem-se a seguinte narrativa da atleta Elisângela Cordeiro:

[...] eu acho que para o futebol feminino ser um pouquinho mais valorizado, você, eu atleta, eu mulher, eu jogadora, eu mãe, principalmente a gente tem que se valorizar [mão no peito], se a gente não se valorizar um pouquinho, a gente não vai conseguir alavancar isso, a gente não vai conseguir realizar ou

ver um investimento maior. Falo isso porque, como eu estava conversando com você antes da entrevista, hoje eu joga só fut7, futebol society, e meu esposo Daniel é o diretor, foi convidado para ser o diretor da CBF7 [Confederação Brasileira de Futebol 7], e esses dias ele me contando que ele estava numa reunião e ali veio o comentário do futebol feminino, sobre investir, sobre isso, sobre aquilo e uma pessoa falou assim: “vou falar uma coisa bem sincera pra vocês, hoje você está no meio, já trabalhou com atletas, trabalha no meio”, e a gente começou a pensar e realmente é isso. Ele falou bem assim: “no futebol feminino a gente não investe, tem muitas empresas que eu sei que não investem, porque muitas [atletas] não se valorizam. A questão se eu sou lésbica, se eu gosto de...né, mas assim, se valorizar, se é, é”. Daí meu esposo falou assim: “Tá, mas você acha que no masculino não tem? Você acha que no vôlei não tem?”. Ele deu a seguinte resposta pro Daniel: “tem sim, mas eles não ficam expondo, eles não ficam andando de agarramento, hoje você vai num estádio e estão lá num agarramento”. Então isso pro futebol feminino eu acho que é um ponto a menos.

Isso demonstra que a maciça presença da homossexualidade no futebol feminino, o que, vale lembrar, não é uma particularidade dessa modalidade, parece incomodar muitas pessoas, entre elas, investidores. A própria atleta demonstrou concordar que esses fatores atrapalham o crescimento da modalidade, e apesar de defender que não lhe incomodava em nada a opção sexual de cada um, ela gostaria que isso fosse mantido de forma mais discreta, para que a visão preconceituosa em relação ao futebol feminino pudesse diminuir. Isso pode ser, de certa forma, compreensível, pois a

[...] forte identificação do esporte com a subcultura do lesbianismo tende a coibir a participação de mulheres heterossexuais, enquanto as concepções em torno da mulher macho tendem a aumentar a imagem negativa e os estigmas em torno das mulheres homossexuais. A incorporação do gestual e da indumentária masculinos pelas mulheres enfraquece o denominado *sex appeal*, ou seja, o poder da imagem da mulher nos meios de comunicação, fato que justificaria o pequeno espaço dado na mídia às competições femininas. (SIMÕES; CONCEIÇÃO; NERY, 2004, p. 84).

O que parece claro é que a sociedade de uma forma geral ainda está muito pautada na visão dualista de gênero – aquela na qual a ordem é estabelecida a partir de enquadramentos adequados a cada sexo, e também no discurso heteronormativo. Nesse caso, a prática feminina de futebol é tratada de maneira bastante complexa. Pelo fato de esse esporte ser amplamente e culturalmente atrelado ao masculino, a mulher que o pratica, mesmo que esteja enquadrada em praticamente todos os outros quesitos normativos de gênero, possivelmente já sofreu alguma retaliação referente a isso, ou, ao menos, sua escolha foi tratada com estranhamento. As retaliações aumentam consideravelmente quando referentes àquelas mulheres que não possuem características

de vestuário, estéticas e de comportamento condizentes ao modelo que foi historicamente produzido para o feminino, já que “[...] habitualmente punimos os que não desempenham corretamente o seu gênero” (BUTLER, 2015, p. 241). Vale lembrar ainda que

A ação da aparência coloca o ator sob o olhar apreciativo do outro e, principalmente, na tabela do preconceito que a fixa de antemão numa categoria social ou moral conforme o aspecto ou o detalhe da vestimenta, conforme também a forma do corpo ou do rosto. Os estereótipos se fixam com predileção sobre as aparências físicas e as transformam naturalmente em estigmas, em marcas fatais de imperfeição moral [...]. (LE BRETON, 2006, p. 78).

Ademais, as objeções tornam-se ainda mais desfavoráveis àquelas que não seguem normatizações afetivas ditas “adequadas” – heterossexuais. E é nesse sentido que parecem aflorar alguns dos fatores que dificultam o crescimento do futebol feminino no Brasil, pois algumas atletas aliam características histórica e culturalmente consideradas negativas – prática de atividades físicas eminentemente ligadas ao universo masculino, relações homossexuais e mudança de comportamento e vestuário que as distanciam do que se convencionou chamar de feminilidade – e parece ser sobre as representantes desse grupo que recaem a maior parte dos impedimentos e retaliações. A atleta Elisângela revelou quão presente se faz no universo do futebol feminino essa ligação entre o esporte e a homossexualidade, já que quando questionada sobre a existência de preconceito, respondeu

Já, já tive algum...é que é aquela coisa né: “ah, você joga futebol”. Eu já tive casos de estar trocada pra ir jogar e você escutar da arquibancada: “ah, o time chegou, vai jogar o time de sapatão, time disso, time daquilo”. Então assim, todo lugar tem, não adianta, a sociedade hoje em dia aceita, melhorou um pouquinho em relação a isso, mas é como eu falei, não é só o futebol feminino, acho que se você olhar em todas as modalidades né. Então, acho que o preconceito sempre vai existir [expressão de pesar]. (ELISÂNGELA CORDEIRO, 2016).

A partir do conhecimento sobre a existência dessas características consideradas desviantes no futebol feminino é que se repercute a ideia de que...

Tornar as jogadoras heterossexualmente desejáveis aos homens seria uma forma de ocultar a homossexualidade de algumas jogadoras devido a ligação que se faz com a mulher feminina com a sua heterossexualidade, como também não causar repúdio aos telespectadores homófobos. (FERRETI, et al, 2011, p. 119).

Dessa forma, não foram raras as tentativas elaboradas a fim de tornar o futebol feminino um produto mais passível de consumo masculino. Isso se mostrou presente nas lembranças de algumas atletas. Marina Aggio afirmou que...

Em 2007, se eu não me engano, se não me falha a memória, a Federação Paulista de Futebol fez uma paulistana, na época era intitulada de paulistana, a qual ela contratou modelos pra colocar dentro do campeonato paulista, achando que essas meninas dariam um perfil muito mais feminino a modalidade. O resultado disso tudo Maria, foi que existiu beleza e o técnico e o tático caiu lá em baixo, foi por água abaixo. Então assim, o campeonato foi de **baixíssimo** nível, porque uma vez que você coloca uma modelo que não sabe nem chutar uma bola [risos], não é que o campeonato seria de grande valia, e foi praticamente um fracasso. Então foi somente uma vez que aconteceu com a paulista, não aconteceu nunca mais, visto que o nível caiu muito.

A atleta refere-se, provavelmente, ao campeonato Paulista de 2001, no qual aconteceram por parte de dirigentes da Federação Paulista de Futebol (FPF) tentativas exacerbadas de normatização das atletas à feminilidade valorizada socialmente. A prioridade nas seletivas para as equipes era dada para atletas de cabelos longos e com idade abaixo de 23 anos. Como tudo possivelmente ocorreu no intuito de melhorar a imagem midiática a ser comercializada, já que atletas mais novas e de cabelos longos são mais facilmente erotizadas (KNIJNIK, VASCONCELLOS, 2003), Marina passou a ligar esses acontecimentos com a imagem de modelos contratadas para atuar como atletas (na época essas modelos estampavam folhetos para promover as seletivas para o campeonato), e isso pode ser tratado de maneira singular, visto que “[...] a história não é apenas sobre eventos, ou estruturas ou padrões de comportamento, mas também sobre como são eles vivenciados e lembrados na imaginação.” (THOMPSON, 1992, p. 184). Ou seja, “Não temos, pois, a certeza do fato, mas apenas a certeza do texto: o que nossas fontes dizem pode não haver sucedido verdadeiramente, mas está contado de modo verdadeiro.” (PORTELLI, 1996, p. 4). Outro indício de que talvez Marina tenha se equivocado em relação às datas e a exatidão dos acontecimentos é que o campeonato de 2001 foi citado por Simone Jatobá ao comentar essas questões

Olha, comigo sempre foi muito tranquilo assim, eu nunca tive nenhum problema em relação a isso. Mas eu lembro muito bem do campeonato de 2001 que eles fizeram...acho que foi a Paulistana, que a gente teve que jogar com shortinho super curto, foi televisionado, acho que pra tentar passar uma imagem né... (SIMONE JATOBÁ, 2016).

É evidente que a modalidade passou por tentativas explícitas de mudança de hábitos e características de suas atletas, para que se tornasse mais compatível com a ordem social feminina. Isso contou com a concordância de muitas – a maioria das entrevistadas viu isso como uma boa alternativa para alavancar a modalidade, como pode ser visto novamente na fala de Simone

[...] (não sei se pode complementar ou não), mas eu acho importante, porque é uma imagem que a gente tem que passar né, então não é porque a gente joga futebol que a gente tem que ser homem, independente da opção de cada um, você nasceu mulher e você é mulher, então você tem que passar uma imagem feminina, eu acho isso importante, já é difícil a sociedade, as pessoas aceitarem o futebol feminino, então, se colocar uma imagem não muito boa fica pior ainda né. (SIMONE JATOBÁ, 2016).

Este excerto pode ser interpretado de duas formas. Por um lado, a atleta parece empregar a visão amplamente enraizada de que por se nascer mulher, todas devem seguir o que se acredita ser a imagem correta para esse sexo, ou seja, que os desvios de padrão, representados por atletas que se aproximam do comportamento relacionado ao sexo masculino, devem ser minimizados para que a imagem da modalidade não seja afetada. Por outro, sua defesa ainda pode relacionar-se ao cuidado de imagem que impera na sociedade – independente de características de gênero, já que o corpo que se apresenta é a forma como se interage com o mundo e a maneira como todos, na maioria das vezes, avaliam e são avaliados.

Tal posicionamento também pode ser visto na narrativa de Joice Luz. Após relatar que ouvia boatos de que a CBF orientava as atletas sobre “[...] não deixar o calção muito caído, muito pra baixo, a camisa muito solta” (JOICE LUZ, 2016), e ser questionada sobre o que achava dessas interferências, respondeu que

Ah, eu acredito que é uma forma de...é uma modalidade feminina, entendeu? Não que tenha preconceito porque tem cabelo curto, não, mas eu vejo como foi o vôlei, entendeu? Acho que as meninas vestiram a camisa de serem femininas e aí a modalidade cresceu. Eu acho que é bem por esse lado assim, não precisa agredir com a sua imagem, tem que vender uma boa imagem. (JOICE LUZ, 2016).

Sua fala corrobora a ideia de que a sociedade é pautada por ideias e ações generificadas. Apesar de defender não ter preconceito, a atleta menciona mulheres que mantêm cabelo curto para lembrar a possível imagem inadequada que isso pode causar ao futebol feminino, sendo que essa menção ao corte de cabelo surgiu sem ter aparecido anteriormente ao se falar sobre as orientações da CBF, ou seja, surgiu pela ligação feita

pela própria atleta com o imaginário de feminilidade. Ela ainda lembra como exemplo positivo o caso do crescimento do voleibol, modalidade que parece ser aquela na qual as atletas tem perfil mais perfeitamente adequado àquele valorizado socialmente e, mais do que isso, procura salientar as curvas corporais das atletas, com uniformes curtos e aderentes ao corpo, curvas estas que são constantemente e amplamente valorizadas na cobertura midiática, que em alguns casos, dá inclusive maior atenção a isso do que às performances das atletas (ROMERO *et al*, 2014). Nesse sentido, a análise de Joice se mostra bastante coerente, já que a valorização estética pode ter sido realmente um fator para o desenvolvimento dessa modalidade feminina no Brasil, a qual talvez seja aquela com maior aceitação e divulgação no país, talvez justamente por ter conseguido atingir o público masculino – aquele que é o grande consumidor esportivo.

A narrativa de Joice ainda demonstra uma particularidade da História Oral. Nota-se em sua fala a utilização reiterada de ferramenta de busca por concordância dos pesquisadores, ou seja, ao questionar “entendeu?” ela procura na figura com quem dialoga uma reciprocidade de posicionamento e opinião, ou pelo menos, o entendimento referente à lógica que defende, característica esta amplamente presente nas mais variadas formas de relações sociais – não diferente no diálogo oportunizado pela História Oral.

Já Karen Rocha, ao dissertar sobre questões similares, lembrou a campanha publicitária realizada com atletas do Santos recentemente

Eu não lembro o ano, mas quando surgiu as sereias da vila eles fizeram um calendário feminino, onde elas meio que posaram sensuais, fizeram poses sensuais e fizeram um calendário pra arrecadar dinheiro e tal. Eu achei bacana né, falei: “pô, é uma ideia bacana”, mas depois, olhando assim, eu entendi que aquilo ali era um jogo de marketing pra trazer as pessoas não pelo futebol, mas sim pela beleza, por aquilo tudo. E elas todas assim, entraram em um padrão de como se comportar, de como agir, todas jogavam (a maioria jogava) maquiada. E eu falo que eu não tenho tanto essa coisa né, então eu achei que foi um pouquinho forçado assim pra que elas tivessem um seguimento assim de postura e tal. E eu, sei lá, não achei muito [expressões de dúvida]...ao mesmo tempo era legal assim né, eu acho legal mostrar que a gente tem sentimento, que nós somos mulheres independente de qualquer coisa, que nós merecemos respeito, mas eu acho que mostrar o corpo, ir além... não é uma coisa que nem você vê o Neymar fazer uma propaganda, porque beleza, por mais que seja uma propaganda de Zorba ou qualquer outra coisa, tudo bem, mas ele está ganhando pra aquilo né, está recebendo um dinheiro muito alto. Não, elas não, elas estavam fazendo aquilo ali pra promover o futebol feminino e daí eu já não achei legal. Depois pensando né, revendo, então sei lá, ao mesmo tempo é legal, ao mesmo tempo não (porque dai tem os dois lados né). (KAREN ROCHA, 2016).

Tal iniciativa aconteceu no ano de 2011, como parte de uma campanha de lançamento do calendário do centenário do Santos Futebol Clube, que aconteceria em 2012. Todas as atletas santistas desfilaram de biquínis e depois posaram para estampar os calendários. (UOL, 2011). A narrativa de Karen aponta para uma possível existência de orientações institucionais no sentido de padronização das atletas santistas naquela época e a sua própria insegurança ao falar do tema manifesta como isso deve ter sido assunto de debate, ou pelo menos, repercussão entre as futebolistas. Logo do lançamento da campanha a atleta diz ter a entendido como uma boa notícia em relação a dar visibilidade ao futebol feminino, mas posteriormente mudou sua opinião ao entender que o que estava ali sendo vinculado era o corpo das atletas e não sua prática esportiva, sendo que, além disso, segundo ela, as atletas não receberam para atuar em tal função. Karen, por meio de seu discurso, ainda tentou distanciar-se das normatizações as quais disse que estavam ocorrendo – ao declarar que ela mesma não possuía as características que as atletas estavam aderindo, indicou que tais ações poderiam estar sendo forçadas a algumas delas. Sua narrativa, então, demonstra que, por mais que ela desejasse visibilidade para sua modalidade e, assim, entendesse que aquela iniciativa midiática pudesse ser útil, isso não significava que acreditasse ser aquela a forma correta de mobilizar a mídia e o público em torno das atletas. Tanto que afirmou

Quando se trata de futebol feminino, de esporte pra mulher, o futebol feminino e isso eu vejo em outras modalidades, as pessoas, o homem em si, não se interessa muito, se não for atrativo pra ele, se a mulher não usar uma coisa sensual. De alguma forma, isso pra mim já é um tipo de preconceito sério, entendeu? Se a menina não for bonita, se a menina tem cabelo curtinho. Hoje em dia as mulheres estão entrando num padrão bem feminino pra poder tentar atrair a família, o homem para o esporte. (KAREN ROCHA, 2016).

O que a atleta parece defender é que as pressões estéticas para a mulher se apresentam de forma evidente no esporte. É a velha história de ter que se provar mulher e, ainda, desejável para merecer admiração e nesse sentido, ela ainda afirmou que há um movimento das próprias atletas no sentido de conseguirem êxito nessa tarefa de se mostrarem belas e femininas para alcançar representatividade e visibilidade, sendo que ela mesma citou o público masculino para exemplificar o desinteresse pelo futebol feminino – nota-se uma dependência da apreciação dos homens para que a modalidade seja representativa. Bem, essas obrigações são extensões das próprias premissas sociais, já que o não enquadramento nos padrões corporais estéticos pode ser tratado como uma das formas mais cruéis de discriminação e exclusão nas sociedades modernas, com

grandes atenuações referentes ao corpo feminino. O ponto positivo nisso tudo é que, como afirmam Vilhena e Novaes (2003, p. 33) “Não há como pensar que todas as mulheres vivem essas transformações de forma passiva e acrítica.” Karen Rocha parece se enquadrar nesse grupo de resistência.

Além disso, suas reminiscências permitem aferir que o processo de exclusão por conta de questões de estética corporal e de enquadramento de gênero também acontece no meio do futebol feminino, já que defendeu existirem discursos que dividem atletas por suas características físicas:

“Ah, essas aqui são as meninas [braço estendido para um lado], e tem meninas que são um pouco mais masculinas [braço estendido para o outro lado], então, há uma separação...tipo, não é o padrão feminino: ‘ah, eu não vou ver homem jogar’, então eles acabam tirando de lado, acabam afastando, entendeu?” (KAREN ROCHA, 2016).

2.3 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

As memórias das entrevistadas permitiram constatar que todas elas iniciaram a prática do futebol apenas entre garotos na infância, e então, posteriormente encontraram ambientes em que puderam jogar exclusivamente com meninas. Alguns aspectos encontrados em suas narrativas revelaram que a maioria delas encontrou tentativas de impedimento ou restrições à prática de futebol, seja por meio do desencorajamento de familiares, ofensas ou a exclusão inicial do convívio masculino. Isso não significa que as memórias foram narradas de forma uniforme, já que houve muitas dissonâncias na maneira como essas atletas disseram enfrentar as objeções (até porque estas ocorreram em proporções distintas) e mesmo na forma como elas trataram essas questões no momento da narrativa. Enquanto algumas deram pouca importância às objeções externas, tratando-as como normais, outras fizeram questão de demonstrar a resistência necessária para ultrapassá-las.

Além disso, as entrevistas permitiram aferir que as interdições em relação às meninas no futebol não se dão necessariamente ou exclusivamente por seu sexo, mas sim pela diferença de habilidade técnica apresentada em relação à maioria dos meninos, dedução símile àquelas expostas em outros estudos de mesma temática (SOUSA; ALTMANN, 1999). Apesar disso, cabe ressaltar que grande parte de tal diferença existe justamente em decorrências das expectativas criadas e das características valorizadas em relação a meninos e meninas, o que gera desigualdades de incentivo e tempo de prática.

Isso foi exemplificado pelo fato de que entre todas as atletas nenhuma foi inserida na modalidade por incentivo de seus pais, mas sim após própria demonstração de interesse.

Assim, tais aspectos culturais foram minimizados no caso dessas atletas, precisamente pela constante participação nas brincadeiras relacionadas ao futebol, o que pode as caracterizar como exceções. Sendo assim, no que tange suas memórias, a partir do momento em que estavam inseridas em um meio majoritariamente masculino para a prática do futebol e apresentavam qualidades técnicas similares às deles, essas atletas eram bem aceitas e passavam a fazer parte do grupo, ainda que valha a ressalva de que “[...] por meio do ato de narrar, eventos dispersos se transformam em um todo com significado” (PATAI, 2010, p. 59), ou seja, há indícios de que as atletas tendem a contar suas histórias no esporte como uma caminhada evolutiva e crescente, como se os retrocessos ou períodos de fracasso fossem momentos menos importantes. Além disso, a instabilidade do passado que vem à tona pôde ser percebida, como demonstrado por meio da alternância das memórias de Elisângela Cordeiro, que num primeiro momento disse nunca ter sofrido objeções dos meninos e posteriormente revelou que algumas vezes eles não aceitavam serem driblados por ela.

O processo de entrevistas também revelou que existem nas reminiscências das atletas algumas marcas de pressões exercidas para uma adequação aos padrões sociais de feminilidade, que ocorreram – ora de forma explícita ora de maneira mais camuflada – sobre os corpos. As reflexões de David Le Breton (2006) colaboraram com a análise ao mostrar que o incômodo com o diferente é sentido pelos agentes sociais pelo fato de que há o desejo de que os corpos se dissolvam nas similaridades, ou seja, as coisas em seus “devidos lugares” trazem o sentimento de organização e segurança social e tudo o que foge desse esquema é tratado como desviante e passível de retaliação. No caso do futebol feminino, isso se torna bem perceptível, já que as fronteiras de gênero rompidas por algumas dessas atletas atingem variadas bases dessa organização social já definida, principalmente em relação à aparência, vestuário e comportamento (KNIJNIK; SOUZA, 2004; GOELLNER, 2005b).

Por essa razão, a maioria das atletas entrevistadas, no processo de formação de identidade elaborado pela memória, tentaram ao máximo se afastar de uma imagem que pudesse as colocar próximas a esse estigma. Com afirmações de que sabiam sobre o preconceito e com o conhecimento de que ele é bem comum, as atletas se disseram imunes e se definiram como femininas, a ponto de justificar que, por esse motivo, o preconceito perante elas não seria possível. Apesar disso, alguns aspectos de suas

memórias revelam que elas tiveram dificuldades na inserção no futebol e/ou, conviveram com certo desconforto pelo fato de praticarem modalidade tão marcada por características tidas socialmente como masculinas e ainda, na qual se sabe que há grande presença de relações homoafetivas. Essas construções de memória também apontam para a existência de diferentes formas de se sentir feminina. Não há uma forma de ser mulher e sim várias maneiras de se viver e entender sua própria feminilidade.

Foi notável ainda que algumas atletas, ao mesmo tempo em que se sentem prejudicadas por algumas pressões exercidas, agem elas mesmas na consolidação dos padrões que, aparentemente, deveriam ser seguidos, já que defendem uma mudança na aparência das jogadoras de futebol para que possa haver um desenvolvimento e uma aceitação maior das mulheres na modalidade. Posicionamento entendido como paradoxal. Entretanto, não há como estabelecer conclusões homogêneas referentes aos posicionamentos e narrativas, visto que por mais que possuam trajetórias similares, essas atletas interpretaram e deram significados distintos às suas histórias de vida e ao seu papel no futebol. Exemplo disso é que uma delas pareceu bem mais incomodada com as pressões estéticas e de enquadramento de gênero referentes às atletas de futebol feminino. Outra mesclou em sua narrativa elementos da experiência como atleta e de suas pesquisas acadêmicas, o que deu um tom mais teórico à sua fala e fez com que houvesse contradições dentro de sua própria linha de pensamento.

Cabe salientar que tais narrativas, apesar de “[...] capazes de comunicar experiências que vão além da trajetória particular de determinado entrevistado” (ALBERTI, 2004, p. 110), ou seja, que podem elucidar questões mais amplas em relação aos grupos e atividades sociais aos quais essas atletas estão vinculadas, são construções elaboradas no encontro entre pesquisador e colaboradores. Assim, a presença do primeiro, sua proximidade com o entrevistado, seu status social, sua aparência e seu modelo de interação durante a gravação são elementos que contribuem e afetam a maneira com que memórias e acontecimentos são narrados. Não se pode negligenciar a tentativa de representação de uma identidade a partir da defesa de características como resiliência e coragem para superar obstáculos e a autovalorização técnica dessas atletas ao avaliarem que suas habilidades as faziam ser aceitas, já que “[...] não há busca identitária sem memória e, inversamente, a busca memorial é sempre acompanhada de um sentimento de identidade, pelo menos individualmente” (CANDAU, 2011, p. 19). Ademais, a memória, por se constituir como uma atividade seletiva (POLLAK, 1992), molda a narrativa a fim de deixá-la agradável às expectativas

que os colaboradores acreditam ser àquelas que os pesquisadores apreciariam e tenta tornar o todo significativo e coerente.

3. CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL E O UNIVERSO FEMININO DA MODALIDADE NA ÓTICA DAS COLABORADORAS

A mensagem mais clara transmitida pelas atletas entrevistadas foi de orgulho e satisfação. Sensações essas que sentiram ao serem convocadas para a seleção brasileira e ao disputarem jogos representando o país. O tom de suas vozes e a expressão em seus rostos transmitiram o sentimento de saudosismo pelo qual estavam passando naqueles momentos de rememoração (principalmente daquelas que não atuaram em clubes de outros países) e como os períodos de treinamentos pela seleção podiam ser considerados exceções nas complicadas rotinas das atletas que constituíram suas trajetórias atuando em clubes brasileiros. Tendo em vista que “[...] embora não possamos estabelecer uma norma geral de interpretação: apoiar-se em um episódio pode ser um caminho para salientar sua importância [...]” (PORTELLI, 1997, p. 29), a relevância desses aspectos se mostrou bastante presente durante as narrativas e na própria identificação e caracterização daquelas mulheres como atletas.

Entretanto, como se tornaram muito comuns e recorrentes as reclamações feitas por várias atletas brasileiras ao modelo de gestão e à qualidade oferecida pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) ao futebol feminino nacional, já que essa é a entidade responsável pela condução desse esporte no país e, conseqüentemente, pelas tão comentadas experiências dessas atletas na seleção brasileira, o papel exercido pela instituição na gestão dessa modalidade foi um dos temas abordados nas entrevistas. Assim, um dos tópicos que serão tratados nesse capítulo diz respeito às impressões e opiniões das atletas entrevistadas sobre esse assunto.

Suas memórias também apontam algumas particularidades de como o futebol feminino é gerido, acompanhado e praticado no Brasil: clube gigante do futebol nacional que mantinha time feminino, mas não pagava salários às atletas; transferências sem movimentação monetária; campeonatos esvaziados ou inexistentes pela falta de clubes ou ainda realizados a partir da boa vontade de um presidente de clube, já que os demais não tinham condições financeiras de disputa; estádios e campos em condições precárias; contratações de atletas por meio de contatos entre elas mesmas (e, em determinadas ocasiões, a partir de insistência individual e informal da própria atleta para atingir pessoas responsáveis pela gestão de alguns clubes); dificuldade em conseguir patrocinadores; enfim... Características e informações estas que foram narradas pelas

atletas e ajudaram a constituir o quadro sobre o contexto do futebol feminino brasileiro em um passado recente, o qual também será detalhado nas páginas que se seguem.

A Confederação Brasileira de Futebol (CBF) foi criada no ano de 1979, após o desmembramento da antiga Confederação Brasileira de Desportos (CBD), que era encarregada de todas as modalidades esportivas nacionais, em várias confederações esportivas independentes (SARMENTO, 2006). Responsável pela organização do Campeonato Brasileiro de Futebol e da Copa do Brasil, adequação do calendário dos torneios estaduais e coordenação da seleção brasileira, a CBF é a principal atuante no universo futebolístico brasileiro até a atualidade.

Apesar disso, a entidade manteve-se longe da organização da modalidade feminina durante muito tempo. E apesar de, como aqui foi demonstrado, o Conselho Nacional de Desportos (CND) ter reconhecido o futebol feminino como modalidade esportiva nacional desde o ano de 1983, a modalidade não contou com uma seleção brasileira oficial durante toda a década de 1980. (MOREL; SALLES; DA COSTA, 2006). As décadas seguintes se constituíram como uma sucessão de boas aparições da seleção brasileira, as quais davam esperança para atletas e simpatizantes da modalidade e logo em seguida promessas que não se cumpriam, sendo que geralmente sobre o que mais se comentava era a escassez de campeonatos regulamentados para disputas entre clubes, como salientou em 2006 o técnico da equipe feminina do Santos à época, Kleiton Lima: “Em 1997, quando foi realizado o primeiro Paulista, todos os grandes tinham equipe. E por que não têm hoje? Porque não há calendário definido” (TRIBUNA, 2006).

Ou seja, a seleção brasileira conquistava alguns importantes resultados em um universo bastante recente de disputas internacionais da modalidade, como o quarto lugar nas Olimpíadas de Atlanta, em 1996, e a prata olímpica em Atenas, em 2004, mas as condições das disputas nacionais (quando estas eram realizadas) continuavam precárias em relação aos gramados, aos estádios, a quantidade de público e ao número de partidas. Além disso, a estabilidade para as atletas praticamente inexistia no país. Situações que provocaram constantes reivindicações públicas por melhores condições de trabalho por parte de algumas atletas com maior representatividade, principalmente após efêmera visibilidade alcançada pela exposição midiática em períodos de competição com a seleção.

Que as atletas agora contem as suas versões da história...

3.1 “CHEGAR A UM LUGAR QUE TODO MUNDO QUER IR” – formato das convocações e orgulho em representar o país

Aspectos da dificuldade que enfrentaram e reclamações relacionadas à CBF (sobre sua gestão do futebol de clubes no país) permearam grande parte das narrativas, entretanto os prazeres proporcionados pelo futebol e a satisfação de poderem representar o Brasil foram visualizados constantemente. Dayane Rocha narrou...

Nunca deixei de servir a seleção brasileira nesse meio tempo [enquanto jogava fora do país], por mais que eu não tivesse o apoio da CBF, pois a entidade só disponibiliza passagens para as atletas em data FIFA, ou seja, se você for convocada para treinamentos, mas não é uma data FIFA, ou você paga [as passagens] ou você não é convocada. Na época eu estava bem dentro do clube, tinha o salário em dia e optei por fazer esse gasto. Fiquei sete meses me deslocando entre Verona e Rio de Janeiro (DAYANE ROCHA, 2016).

O excerto revela que nem sempre os critérios para escolha das jogadoras que compunham a seleção brasileira eram técnicos, já que Dayane demonstrou que se não pagasse com recurso próprio as passagens para comparecer aos treinamentos, uma atleta em condições mais favoráveis – por residir no país – seria chamada. Ao mesmo tempo, ao esclarecer que se disponibilizava a vir mesmo sem esse apoio, ela construiu uma imagem de perseverança e carinho à seleção, a qual acaba por constituir a personalidade que ela está disposta a representar (CANDAU, 2011). A informação foi também exposta na fala de Marina Toscano Aggio, que afirmou “[...] na época [que estava jogando na Suécia] eles convocavam jogadoras que estavam no Brasil e não convocavam as jogadoras que estavam fora, pelo custeio, custo benefício de trazer uma jogadora de fora somente pra testes” (MARINA AGGIO, 2016). Da mesma forma, Simone Jatobá, reforçou que os investimentos eram feitos realmente apenas em períodos de competições: “[...] quando era campeonato, eles sempre custeavam, mas nunca vim pra treino, sempre pra jogos mesmo. Justamente por isso, né? Porque fica caro, então não vai trazer só pra treinar.” (SIMONE JATOBÁ, 2016).

A partir do confronto entre a fala das três supracitadas atletas, que durante parte significativa das suas carreiras jogaram futebol fora do país, com as falas das atletas que construíram suas trajetórias exclusivamente em território nacional, percebe-se que o fato de a CBF custear ou não as passagens, dependia realmente se elas estavam jogando no país ou não, pois Elisângela Bosa Cordeiro afirmou que a entidade lhe dava passagens “[...] tanto de ida quanto de volta. Se você estava aqui, se você estava em São Paulo, se

você estava em Maringá. Esse dia que ia ser a convocação, se eu estava jogando em Maringá, então eles compravam passagem [...]” (ELISÂNGELA CORDEIRO, 2016) e Joice Luz confirmou que sempre teve suas passagens à disposição para se apresentar para treinos. Tais informações demonstram que a formação da seleção depende muito da disponibilidade das atletas, ou pelo menos dependia, já que as fontes dão conta do período entre 2000 e 2012. Isso deixa aberta a possibilidade de interpretação de que no período de competições a equipe era substancialmente diferenciada daquela que passava por períodos de treinamento em conjunto. Para as importantes competições as atletas que atuavam nas principais ligas europeias e dos Estados Unidos da América eram chamadas e muitas daquelas que participavam dos treinamentos passavam a não fazer parte do grupo.

Entretanto, essas reclamações (se é que assim podem ser chamadas) se misturaram com narrativas bastante positivas sobre as experiências de se treinar nas dependências e perante os cuidados da CBF, o que parece ser totalmente contrastante com a realidade dos demais âmbitos competitivos da modalidade no país:

[...] lá dentro você não tem gasto nenhum, tem uma vida de rainha, tendo do bom e melhor para comer, para treinar e para dormir. A gente usa toda a estrutura do masculino, tem uma comissão técnica com todos os componentes possíveis que vocês possam imaginar. [...] Então assim, a CBF sempre deu do bom e do melhor para gente, então não tem como reclamar a respeito disso. [...] Quanto a CBF, em relação a isso, o que eles oferecem para gente é bem bom, mas se a gente falar a respeito de campeonatos e essas coisas, ainda deixa meio a desejar. Mas em relação a CBF eu acho que eles dão total apoio para gente. (DAYANE ROCHA, 2016).

A utilização de constante repetição de frases de mesmo sentido assume papel importante na tentativa da atleta de solidificar sua opinião favorável à estrutura oferecida pela entidade à seleção feminina, já que a reiteração é uma das formas encontradas pela oralidade para atingir a estabilidade da escrita (PORTELLI, 2010).

Sobre a mesma temática, Joice Luz afirmou que...

Lá dentro não diferem do futebol masculino, assim. A estrutura, tanto física quanto o campo, uniforme, sempre ótimo assim [silêncio enquanto aguarda a próxima pergunta]. Bom, eu posso dizer da época que eu estava lá né? Eu não sei se antes ou depois teve algum problema. Mas assim, das vezes que eu estive lá, pra mim pareceu muito bom. (JOICE LUZ, 2016).

As memórias das atletas revelaram quão diferente para elas era o ambiente de total profissionalismo nas dependências da CBF, tanto em relação à já mencionada

estrutura quanto a aspectos como disciplina de horários e alimentação, que foram lembrados como um diferencial nos treinamentos, como pode ser notado no excerto de fala de Elisângela Cordeiro...

Na questão da seleção a estrutura é fantástica, geralmente os treinos eram na Granja Comary. A estrutura, os campos, você tinha um cronograma, horário pra acordar, horário pra sair pra treinamento, horário pra almoçar, horário pra jantar, horário pra sair no treino à noite, horário pra dormir. Então assim, o cronograma é seguido na risca. A estrutura é fantástica. (ELISÂNGELA CORDEIRO, 2016).

Esses cuidados são comuns aos clubes profissionais de futebol masculino no Brasil, mas a narrativa da atleta demonstra que esse modelo de gestão profissional nunca esteve presente nos clubes pelos quais passou, o que a fez ter uma grande mudança de experiência ao ser convocada para a seleção.

Essa visão de encantamento e orgulho também foi compartilhada por Marina Aggio, a qual questionada sobre a experiência de ser convocada para a seleção brasileira, afirmou:

A sensação é maravilhosa, você chegar a um lugar que todo mundo quer ir, você estava entre as vinte e cinco melhores jogadoras do país, em um lugar que a televisão mostra o tempo todo, que era Teresópolis, com uma estrutura maravilhosa, um preparador físico, um fisioterapeuta, uma psicóloga, uma nutricionista, uma ginecologista, uma dentista e tudo aquilo pra mim era novidade, porque então, você sai de um processo amador que são os clubes e vai pra um processo profissional...você se vangloria. O problema é voltar pra realidade do amadorismo do Brasil. (MARINA AGGIO, 2016).

Marina aproveitou a pergunta para, além de elogiar o trabalho realizado na seleção brasileira, enfatizar sua opinião sobre o amadorismo no qual os clubes estão inseridos no Brasil, revelando assim, que esse é um ponto crucial de sua análise. Cabe aqui lembrar que:

Uma entrevista de história oral não apenas fornece relatos de ações passadas, mas é ela mesma um conjunto de ações que visa determinados efeitos – efeitos que se pretende que ajam sobre o interlocutor na própria entrevista, e efeitos que se pretende que repercutam para além da relação de entrevista, no público que a consulta e eventualmente na sociedade como um todo (ALBERTI, 2004, p. 114).

Ou seja, a zagueira provavelmente pretendia que sua fala tivesse efeitos em outras esferas, pelo menos para alertar sobre as tão comentadas dificuldades nas quais as atletas esbarram. Em relação a essas dificuldades, as diárias recebidas pelos períodos de

treinamento na CBF foram lembradas por Karen Rocha como um alento na situação vivenciada pelas atletas em clubes do futebol brasileiro...

[...] eu não lembro se era vinte, era alguma coisa assim, mas pra gente era muito. Quinze dias dava setecentos, oitocentos reais, eu não sei, eu não tenho ideia, você tem que dividir aí, porque eu não sei, eu não lembro exatamente, porque depois eu lembro que era quarenta reais e a gente falava: “nossa, era pouquinho”. Mas em comparação com o masculino era muito inferior, né? Mas a gente se contentava com pouco sabe, porque quando você gosta de fazer uma coisa...eu tinha pretensão de trabalhar, comprar uma casa jogando bola, então sabe, um carro, conquistar tudo aquilo através do futebol. E o futebol eu sabia que não ia me trazer aquilo, pelas condições que as equipes tinham. (KAREN ROCHA, 2016).

Apesar de ter lembrado a grande diferença em relação aos valores pagos aos atletas homens, Karen demonstrou que eles ainda significavam bem mais do que ela ganhava nos clubes pelos quais passou. A atleta ainda deixou transparecer um sentimento de pesar pelo fato de que o futebol não funcionou para ela como profissão, já que após vários anos de dedicação ela não conseguiu conquistar significativos bens materiais por meio de seu trabalho.

A representatividade dos ganhos adquiridos a partir das convocações também foi mencionada por Elisângela Cordeiro. A atleta, que não teve uma trajetória longa com a camisa da seleção, demonstrou muita alegria ao relembrar o que significou o dinheiro recebido após os serviços prestados ao futebol brasileiro que, segundo ela, era de aproximadamente mil reais pelo período de treinamento...

Eu sei que ali que eu comecei a comprar minhas coisas assim, que eu falei “nossa”. Um dinheiro que na verdade eu investi em mim, investi um pouquinho na minha mãe, algumas coisas pra ela, mas ali que eu comprei, na verdade, que tinha a esteira, que não era elétrica ainda [riso], que tinha aquela esteira que você tinha que correr, comprei minha primeira esteira com o dinheiro da seleção, minha primeira bicicleta ergométrica, alguns aparelhos pra eu poder me especializar mais [riso]. (ELISÂNGELA CORDEIRO, 2016).

Vê-se aqui que, apesar de o futebol não ter lhe dado boas condições financeiras durante sua trajetória, quando algum retorno lhe foi dado a partir de sua prática, a atleta decidiu investir em aparelhos úteis para sua própria evolução física, para que pudesse continuar se dedicando ao esporte que tanto gostava. Além disso, durante tal lembrança era notória a sua animação ao falar no assunto, talvez por ter sido aquele momento um dos únicos no qual ela se sentiu uma profissional de futebol, visto que defendeu que “[...] para o futebol feminino, era uma quantidade ótima.”

(ELISÂNGELA CORDEIRO, 2016). Sua afirmação ainda demonstra a naturalidade como as diferenças de remuneração são tratadas pelas próprias atletas em relação ao futebol masculino, o que é bastante compreensível, já que é consenso que apesar de existirem algumas exceções, nas “[...] mesmas modalidades e para se submeterem a situações igualmente extenuantes, as mulheres não são recompensadas financeiramente da mesma forma que os homens.” (SIMÕES; CORTEZ; CONCEIÇÃO, 2004, p. 151). Vale aqui salientar que o futebol masculino configura-se como um caso totalmente diferenciado das demais modalidades esportivas, sejam elas masculinas ou femininas, visto que a movimentação monetária e a espetacularização em torno de seus eventos transcendem a simples competição em vários níveis.

O fato de não receberem uma remuneração digna não parece ter sido um fator de desencorajamento para as atletas, visto que, mesmo sem essa condição, o orgulho que demonstraram ao falar das convocações para a seleção brasileira foi bastante evidente. Esse aspecto já havia sido notado em outro estudo realizado em torno das vivências femininas no futebol. Jorge Dorfman Knijnik e Esdras Guerreiro Vasconcellos afirmaram:

Duas questões aparecem constantemente, e de forma recorrente e marcante, no discurso das futebolistas. A primeira delas é o gosto e a paixão pelo futebol, e os desdobramentos que este amor pela atividade possui na vida delas. Elas irão lutar até o fim para se manter jogando futebol, moverão mundos, mas não deixarão de lado essa atividade futebolística. (KNIJNIK; VASCONCELLOS, 2003, p. 9).

A afirmação dos autores foi realizada após a análise de entrevistas com três atletas que disputaram o campeonato paulista de 2001. Já na corrente pesquisa, além das narrativas já expostas, ainda encontraram-se falas como a seguinte, na qual Simone Jatobá descreveu a sensação de disputar uma edição de Jogos Olímpicos pela seleção...

[...] você está representando o teu país, né?... nosso país é imenso. Estar representando o nosso país em uma competição tão importante é algo assim inexplicável, como a Copa do Mundo, né? Acho que são as duas competições mais importantes, então assim, é uma sensação que você não tem como descrever. Você entrar no campo, ver o estádio cheio e você estar representando seu país, assim, eu particularmente, né? A partir do momento que eu estou no vestiário, estou no túnel antes de entrar no jogo eu fico arrepiada assim pelo menos até os quinze ou vinte minutos do primeiro tempo, porque, assim, é algo muito forte, né? (SIMONE JATOBÁ, 2016).

E também a de Joice Luz, que durante a narrativa de sua participação em jogos pela seleção brasileira demonstrou animação e expressões faciais que não foram comuns em outras oportunidades de sua entrevista...

Nossa, eu fiquei muito feliz, eu lembro até hoje como que foi [sorriso e animação]. Infelizmente, ou felizmente, eu fui convocada pra jogar a Taça Cidade de São Paulo no lugar da Maurine, que tinha se machucado e que jogava comigo no Santos. Infelizmente porque ela tinha se machucado e é uma grande atleta, mas felizmente porque eu fui convocada [sorriso]. Eu fiquei muito feliz assim, eu não sabia o que fazer, sabe? Eu fiquei: “vou pra seleção, nossa [expressão de espanto]. Já vou direto pra um campeonato.” Foi muito legal. (JOICE LUZ, 2016).

Além de seu entusiasmo ser notado por meio de sua fala, o relevante significado que esse episódio teve em sua vida pôde ser percebido pelo gesto de a atleta carregar consigo para a entrevista uma camisa da seleção, utilizada por ela na disputa desse campeonato citado. Isso geralmente ocorre porque a “[...] memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (NORA, 1993, p. 9), ou seja, o fato de ter um signo concreto de sua experiência dá mais vida à sua memória e aproxima a atleta do momento ao qual narra. A importância destinada ao acontecimento ainda aparece pelo espaço claro reservado a ele em sua memória, já que ela defendeu que lembrava até aquele momento como tudo havia acontecido. Vale a lembrança de que “[...] [a memória] é resultado de um trabalho de organização e de seleção do que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência – isto é, de identidade” (ALBERTI, 2008, p. 167). Assim, aquele campeonato tem lugar garantido na sua seleção, consciente ou inconsciente, de memória, até porque ele se torna um elemento de distinção para a atleta, visto que ter passagens pela seleção brasileira é um aspecto altamente formador da imagem de sucesso por meio da qual as atletas se legitimam.

A importância desse feito também pôde ser percebida na fala de Elisângela Cordeiro, já que questionada sobre o momento de maior satisfação na carreira, respondeu...

[...] eu acho que foi a primeira convocação, que eu era muito novinha e daí fui pra uma seleção assim que já tinha os nomes, na época da Sissi, na época da Formiga, da Pretinha, da Maicon, tipo assim eu era novinha e me sentia um peixinho fora d’água, mas eu estava assim “nossa, eu na seleção”, eu estava realizada. Acho que minha primeira convocação de [19]98 foi fantástica. (ELISÂNGELA CORDEIRO, 2016).

Além dela, Karen Rocha também citou um momento com a seleção brasileira como aquele mais satisfatório. A atleta relembrou a disputa da final do Pan-Americano de 2011 contra o Canadá...

Poder representar o país, saber que a minha família estava acompanhando, assistindo. Não só a minha família, como meus amigos. Realmente, assim, eu estava sendo reconhecida pelo que eu estava fazendo, pelo meu trabalho...nem tinha dinheiro até. A seleção não estava... antigamente a gente até recebia mais [...]. Não era dinheiro, era satisfação, era satisfação das pessoas realmente verem que eu não estava brincando, que eu realmente saí de casa, que eu fui correr atrás do meu sonho, que eu estava realizando um sonho. Assim, eram muitas coisas envolvidas, e realmente pra mostrar pra minha família que tudo estava valendo a pena. Naquele momento estava valendo a pena. [Expressão de pesar, como se lembrasse de tudo o que havia passado para chegar ao momento da referida competição]. Que eu tinha chegado. Poxa...na seleção brasileira quem não quer chegar né? E estava realizando um sonho de ainda disputar uma final, e eu jogando. Então era um... eram um, nossa, era muita coisa na minha cabeça, assim, ao mesmo tempo. (KAREN ROCHA, 2016).

As hesitações na narrativa, demonstradas por frases inacabadas, apontam para o fato de que a memória ainda evoca muitas emoções na atleta, mesmo depois de cinco anos do evento. A memória é viva e isso remete ao alerta de que “[...] os documentos que produzimos não são produtos da época que investigamos, e sim do aqui e agora.” (GRELE, 2006, p. 276). O sentimento que ela disse ter na época era de tanta realização que até mesmo posteriormente ela não conseguiu a expressão objetiva para descrevê-la. Além disso, a forma como ela detalhou o que tinha em mente no momento em que chegou àquela final se torna bastante revelador em relação aos embates pelos quais teve que passar durante sua carreira, já que a necessidade de provar para as pessoas, e principalmente para sua família, que sua atividade era séria, parece a ter acompanhado durante toda sua trajetória.

Outra atleta que escolheu um momento na seleção como sua experiência mais significativa foi Dayane Rocha...

Meu maior sucesso eu acho que foi quando eu tinha 20 anos, que voltei das Olimpíadas, depois fiz mais uns dois anos de seleção, cheguei a disputar o mundial e não esqueço até hoje quando fui jogar um sul-americano no Rio de Janeiro e minha família inteira viajou para me ver jogar e teve um pênalti na final. Era nós e Argentina na final e o jogo estava zero a zero. A batera oficial era eu. Foi um momento da minha vida que me marcou demais, porque você veja –, uma menina que com 19 anos, praticamente, tinha uma responsabilidade dessas, ainda mais vendo minha família atrás do gol. Eu nunca tremi tanto na minha vida para arrumar uma bola e para bater um pênalti. Naquele momento, é incrível como você não consegue pensar em nada sabe, o estádio cheio, lotado, e aquele momento que você põe a mão na

cintura para respirar é um momento que na verdade você tenta colocar tua cabeça de novo ali no jogo, porque você não consegue saber o que está acontecendo. É um momento que foge tudo da tua cabeça. E o momento que ele [árbitro] apita e que você tem que correr para bola, é um momento de tomada de decisão e naquela decisão, naquele momento eu resolvi chutar a bola no meio e a goleira caiu e eu fiz o gol, mas se você me pergunta: “você quis chutar no meio?” Não sei o que eu quis fazer, porque naquele momento não passa nada na tua cabeça, é uma pressão tão grande. (DAYANE ROCHA, 2016).

Evidência que pode ser notada em sua narrativa é a de que, assim como Karen Rocha já demonstrou, a apreciação familiar era um elemento de muita relevância na trajetória das atletas, visto que a pressão daquele momento decisivo pelo qual a atleta estava passando – cobrança de uma penalidade –, aumentou substancialmente pela presença de seus familiares no estádio. Isso pode ser entendido como característica bastante presente em esportes que não possuem grande repercussão midiática, visto que aqueles que acompanham as carreiras das atletas são geralmente pessoas bastante próximas e então as respostas dadas e os resultados parecem se dirigir a elas.

De uma forma geral as memórias das atletas apontaram para a ideia de que as tentativas de desenvolvimento da modalidade no país parecem estar sendo feitas de cima para baixo. A preocupação e os investimentos são realizados no topo no processo, com aquelas atletas já formadas, o que não parece ser a forma correta de gestão, pelo menos no que tange as opiniões recolhidas no processo de entrevistas.

As narrativas sobre suas vivências relacionadas à seleção brasileira de futebol, como já demonstrado, desenharam um “oásis” em meio ao cenário de desorganização do futebol de clubes no país. Essa distância parece ser agora ainda maior, já que houve no início de 2015 a criação de uma seleção permanente da modalidade. Esse projeto consiste na manutenção de um grupo de atletas treinando em período integral nas dependências da CBF – elas são contratadas pela própria entidade e não fazem parte de um clube que disputa competições nacionais. As informações existentes dão conta de que as atletas selecionadas nesse modelo recebem entre 10.750 e 13.550 reais por mês (SETO, 2016), o que as coloca em um patamar extremamente superior às demais mulheres praticantes no país e lhes dão, inclusive, melhores condições salariais do que 97% dos homens que tem o futebol como profissão no Brasil, número este calculado a partir de informações divulgadas referentes ao balanço do ano de 2015 sobre a modalidade nacional (CBF, 2016).

Esse modelo de formação do selecionado nacional causou impressões diversas nas atletas componentes da presente pesquisa. Seguindo o mesmo caminho de

criticidade que apresentou durante toda a entrevista, Marina Aggio falou sobre a existência da seleção permanente:

[...] pra seleção permanente a CBF faz um bom trabalho. Haja vista que eu não concorde com o trabalho que ela faz, ela faz. Hoje ela paga um salário para essas atletas, ela dá uma estrutura de treinamento, com grandes profissionais. [...] Mas quando a CBF vai em busca de jogadora, ela vai aonde? Ela vai no clube. E aí no clube ela vai lá e pega aquela jogadora formada e leva pra dentro da CBF, teoricamente formada, porque ainda existe um déficit muito grande na formação das nossas jogadoras. Ela vai lá e busca e coloca dentro da seleção e deixa o clube ao Deus dará, ou seja, o clube que formou durante dez anos, cinco anos ou essa menina se destacou, a CBF simplesmente pega e coloca dentro da seleção permanente, paga um salário pra ela e ela vai, porque aquele salário é maior do que o que ela ganha no clube. (MARINA AGGIO, 2016).

A mesma opinião também foi compartilhada por Dayane Rocha, que em tom um pouco mais ameno, afirmou:

Olha, para seleção é ótimo, porque você tem aí, vamos dizer 25 ou 30 meninas a tua disposição a hora que você quiser, quando você quiser, mas para você que é dona de um clube, você acaba perdendo duas ou três peças importantes durante um ano e você não consegue repor essas peças. [...] Para a seleção, pra CBF em si, é um bom negócio da seleção permanente. Claro, existem os investimentos que saem dos patrocinadores e tudo, mas acho que o clube deixa um pouco a perder quando não tem essas peças importantes. (DAYANE ROCHA, 2016).

Ambas as atletas vislumbram que os resultados técnicos para a seleção em competições pode evoluir com essa estratégia da CBF. Por outro lado, entendem que isso é, na verdade, uma manobra provisória no intuito de atingir resultados imediatos²¹. Enquanto isso, os clubes continuam em condições precárias, sem investimento e sem as principais atletas, o que acarreta em um campeonato nacional esvaziado e de menor qualidade técnica e, conseqüentemente, com menor visibilidade e apelo midiático, apesar da realização de um *draft* na edição de 2016, a partir do qual as equipes do Brasileirão que haviam se classificado para a segunda fase da competição pudessem contar com uma ou duas dessas atletas nos jogos finais (BARLEM, 2016). Essa situação faz com que a grande maioria das jogadoras que atuam no Brasil não tenha condições de viver com o salário de atleta e dessa forma, tenham que dividir seu esforço esportivo com os estudos ou outros empregos (PISANI, 2014). O que uma grande parte deseja,

²¹ Tanto na Copa do Mundo de 2015 (na qual o projeto não atingiu seu objetivo, já que a seleção não apresentou bom desempenho e foi eliminada nas oitavas de final) quanto nas Olimpíadas de 2016, que era o objetivo maior da administração (no período das entrevistas essa edição olímpica ainda não havia acontecido – a seleção ficou em 4º lugar na competição).

então, é uma transferência para clubes de países com futebol feminino mais estruturado, assim como fizeram as duas entrevistadas supracitadas.

Segundo Elisângela Cordeiro, essa estratégia fecha as portas da seleção brasileira...

[...] essa questão da seleção permanente fica entre algumas atletas e eles esquecem o resto, então como teve essa seleção, algumas eram da seleção, algumas estavam jogando fora e tinham ali um ajuda, mas eu acho que se você rodar esse Brasil e começar a investir mais em campeonatos estaduais, nos campeonatos estaduais, a gente conseguir ajuda, conseguir patrocínio pra isso, eu acho que tem muita menina boa de bola aí pra rodar essa seleção, não ficar só na seleção permanente, onde vinte atletas recebem uma quantidade X, sabendo que tem muitas meninas que jogam muito e que não estão tendo essa oportunidade de estar na seleção. É claro que a gente precisa começar com os campeonatos de base, as seleções de base né, então lá de baixo tem que começar a investir mais, investir mais nos clubes brasileiros, assim, eu acho que só assim a gente vai conseguir alavancar o futebol feminino. (ELISÂNGELA CORDEIRO, 2016).

A atleta defendeu que as condições deveriam ser dadas para que os clubes e campeonatos nacionais fossem fortalecidos, o que acarretaria maior possibilidade de observação de várias atletas pelo país e, assim, a seleção poderia ser constituída a partir de avaliações mais precisas e igualitárias. Simone Jatobá também seguiu a mesma linha de pensamento ao defender sua posição referente ao assunto...

Olha, eu particularmente não vejo como uma coisa muito boa. Porque assim, a escolha do treinador são vinte e cinco, trinta meninas. Dentro desse grupo de vinte e cinco, trinta meninas, eu acredito que cinco ou seis podem não estar em uma boa fase, porque o futebol é de fase, tem momentos que a gente está bem, tem momentos em que a gente não está bem. E o Brasil é tão amplo, tão grande e tem tanta qualidade que a gente não pode só ficar restrito a um grupo, eu acho que, claro, tem que trabalhar pra que pegue um pouco de jogo entre elas, mas eu acho que tem que ser visualizado e abrir portas pras outras também, porque, nossa, o Brasil tem (por mais que não tenha qualidade muito grande), tem meninas no nordeste, no Rio Grande do Sul, tem meninas em todo quanto é lugar, só esperando uma oportunidade. Eu acho que é legal por uma parte, mas por outra parte fecha portas pra muitas atletas. (SIMONE JATOBÁ, 2016).

A principal preocupação de Simone parece ser referente à questão do merecimento. Em sua opinião a manutenção do mesmo grupo por um longo período de tempo faz com que atletas que passam por momentos de baixa qualidade física e técnica ocupem vagas daquelas que estão em condições melhores, aspecto este (o de selecionar as melhores por posição), que se constitui exatamente como o maior privilégio das seleções em relação aos clubes.

Já Joice Luz trouxe novo aspecto à abordagem. De acordo com ela a seleção brasileira sempre foi constituída por um grupo uniforme de atletas:

Ah, eu acho bacana, sabe? Porque é uma ajuda para as meninas. Antigamente tinha a seleção e quase sempre eram as mesmas jogadoras e hoje em dia poder ter algo certo eu acho que é bem legal, bem importante assim, você poder treinar. Eu acho que eles estão visando lá na frente, né? Copa do Mundo, as Olimpíadas agora. Você poder treinar...não só se reunir quinze dias pra treinar, mas ter uma continuidade de trabalho, é bem legal. (JOICE LUZ, 2016).

Sua narrativa demonstra que o processo de escolha basicamente se manteve o mesmo. Se antes quase sempre se reunia um grupo e se mantinha com ele por grandes períodos, o que mudou é que agora esse grupo tem melhores condições de trabalho e uma estabilidade salarial garantida. Segundo a atleta, sua própria convocação apenas ocorreu devido a uma fatalidade, já que foi chamada para substituir a lateral Maurine, que havia se lesionado durante a preparação para o Torneio da Cidade de São Paulo. Assim, questionada sobre as razões que levavam a essa pouca diversidade de nomes nas constantes convocações da seleção brasileira, ela defendeu que “[...] não era muito divulgado. Era mais ali Rio e São Paulo e uma ou outra que conhecia, tal. Hoje em dia têm times lá no Amazonas, Pernambuco, Pará, Rio Grande do Sul. Antigamente era mais São Paulo e Rio, então era mais concentrado ali.” (JOICE LUZ, 2016).

Essa pouca variedade de atletas convocadas durante um longo período de tempo foi considerada inclusive um problema de adaptação para Elisângela Cordeiro. A atleta demonstrou certa decepção com a existência de grupos consolidados dentro da equipe brasileira...

No começo assim, você está querendo realizar o sonho, mas, ao mesmo tempo, quer ir embora. Na verdade já existe, desde lá existe a panelinha das mais velhas, sempre existiu, até hoje. E acho que enquanto não mudar isso, a questão do futebol feminino não vai alavancar. (ELISÂNGELA CORDEIRO, 2016).

Sua narrativa dá indícios de que sempre houve atletas que exerceram posições de liderança (e até de comando) dentro da seleção brasileira, o que dificultava a inserção de atletas mais novas e menos experientes. Tal aspecto revela que muitas vezes o desejo por mudança não passa pela unanimidade de atletas. Aquelas que já haviam se estabelecido em local privilegiado no ambiente do futebol feminino no país poderiam não fazer tanta questão de que o sistema fosse alterado.

Nesse contexto, a ideia de amadorismo foi utilizada pela atleta Marina Aggio para detalhar como essas convocações para a seleção ocorriam na época em que ela fazia parte do elenco:

Normalmente eles mandam, eles mandavam... primeiro eles ligam pra atleta [risos] de forma muito amadora, inclusive, primeiro a atleta depois o clube, isso foi várias vezes comigo. Em 2002 eles ligavam: “– Marina, olha, nós somos da CBF, estamos observando você, você é uma jogadora que nos interessa e você vai ser convocada para o próximo período de treinamento em Teresópolis”. Desde então, o clube ficaria sabendo, o coordenador do clube ficaria sabendo, mandariam essa convocação oficial para o clube e o clube entregaria pra atleta. Então, em muitos momentos isso se inverte – atleta/clube – quando deveria ser ao contrário – clube/atleta. (MARINA AGGIO, 2016).

Esse sistema referente às convocações demonstra a pouca representatividade que os clubes no cenário do futebol feminino brasileiro tinham na época. Além disso, a atleta Dayane Rocha reforçou em sua narrativa que havia uma grande reincidência nas convocações das atletas após a primeira chamada para compor a seleção, o que mais uma vez aponta para a dificuldade de acompanhamento mais diversificado em relação ao contexto do futebol praticado pelo país...

Então, o processo na verdade assim, o que é difícil é a primeira entrada lá. Porque a tua primeira entrada você tem que passar por uma seletiva dentro da tua região, então eu entrei com 16 anos lá. E depois disso, a cada convocação sua, se você vai mantendo um ritmo bom, um nível elevado, eles vão te convocando. Aí eles te ligam 5 ou 6 dias antes de sair a convocação, perguntam se você não está machucada, perguntam peso, altura, tamanho de roupa, [pausa relembando] conta bancária, RG para ser emitida a passagem, uma vez que você não esteja lesionada a convocação sai, mas sai com você já sabendo que vai ser chamada. (DAYANE ROCHA, 2016).

Ao afirmar que saía de uma convocação já sabendo que estaria na próxima, Dayane demonstrou mais uma vez como o futebol feminino no país era amplamente centralizado na seleção brasileira, visto que a avaliação referente às convocações era feita de acordo com o desempenho da atleta nos treinamentos e jogos da equipe brasileira e não por aquele realizado em seu clube nos períodos que antecederiam as convocações, tanto que ela relatou que as pessoas responsáveis por sua convocação nem sabiam quais eram suas condições físicas ao entrarem em contato.

Karen Rocha narrou assim o processo pelo qual foi integrada ao grupo da seleção para a disputa do Pan-americano em 2011...

Eu tive a competição da Universidade e foi justamente com o técnico da seleção na época, que era o Kleiton Lima. Ele me convidou porque me viu jogando a final em 2010, (eu já tinha sido atleta dele), e aí ele foi, me convidou e eu fui pra Universidade. Na Universidade eu fui muito bem... Na competição até foi a Thaisinha, foi a Debinha, foram algumas jogadoras que depois ele convocou para o Pan-americano. E como eu tinha ido bem, foi dois meses antes do Pan-americano, aí ele foi e me convocou de novo, e nessa eu fui, entendeu? (KAREN ROCHA, 2016).

A competição a qual a atleta se refere é o mundial universitário, evento no qual se fazem presentes atletas universitários de diversas modalidades e que acontece de dois em dois anos. Karen participou da edição de 2011, realizada na China e isso, segundo ela, foi determinante para sua convocação para a competição pan-americana naquele mesmo ano. Sua fala evidencia como as participações em jogos pela seleção brasileira são bastante facilitadas pela proximidade com o técnico. Este, o qual não tem condições de avaliação ampla em relação a todo o futebol realizado no território nacional, e muito menos em relação a atletas que atuam fora do país, escolhe aquelas atletas com as quais já trabalhou em algum momento. Isso pôde também ser visto na narrativa de Joice Luz, a atleta contou que...

Então, na verdade, o nosso técnico, que era o técnico da seleção na época, ele era o nosso técnico no Santos, então ele acompanhava não somente os jogos né?... como o dia a dia. Então ele já conhecia o meu trabalho e foi assim, ele falou que ia me convocar e meu nome saiu na lista [sorriso]. (JOICE LUZ, 2016).

Esses indícios parecem desenhar um universo de relações bastante pessoais dentro do futebol feminino brasileiro. Simone Jatobá afirmou que as convocações eram feitas por meio de “[...] ligação ou e-mail, coisas assim.” (SIMONE JATOBÁ, 2016). Demonstra-se que os contatos entre atletas, dirigentes da CBF e técnico são mais diretos e todos os procedimentos em torno da modalidade se configuram como bastante informais. Outro aspecto pertinente para a análise é o fato de que Joice afirmou que Kleiton Lima atuava tanto como técnico da seleção quanto no comando da equipe do Santos F. C., demonstrando a pouca variedade no calendário de jogos, visto que ele podia dividir seus esforços entre duas equipes distintas, além disso, este é mais um indicativo de quão restrita é a margem de análise das convocações para a seleção, já que é evidente que as atletas da equipe santista se mantinham em posição privilegiada para serem notadas e lembradas pelo técnico da seleção.

3.2 “[LÁ] EU SÓ ERA JOGADORA DE FUTEBOL” – amadorismo nacional x profissionalismo europeu

Após a apresentação da gestão da CBF referente à seleção brasileira do futebol e das memórias das atletas em relação aos seus períodos de treinamento e disputa de campeonatos com a seleção brasileira, parte-se para uma análise específica sobre como os campeonatos nacionais entre clubes aconteciam (e ainda acontecem) e sobre como narraram suas experiências as atletas que decidiram por seguir os caminhos complicados que essa modalidade oferece no país. O descontentamento com a situação do esporte encontrou-se deveras presente nas narrativas das mulheres entrevistadas, e o caminho de transferências para clubes estrangeiros se mostrou como uma opção muito desejada por elas, muitas vezes inclusive, como única solução.

Esse descontentamento foi grande principalmente em relação ao papel exercido pela CBF na organização da modalidade. Karen Rocha declarou...

[...] eu não sei até aonde a CBF quer que o futebol feminino realmente cresça no país, porque já era pra ter estourado, já era pra seleção feminina ter conquistado a medalha de ouro, realmente ter tido espaço no futebol brasileiro. E a questão é que eu acho que não tem o apoio merecido mesmo. A CBF não tem muito interesse com as competições no país. Nós sabemos que o [Campeonato] Brasileiro (isso é a informação que eu tenho, eu não sei se é a verdadeira), mas eu sei que a CBF recebe 10 milhões só pra fazer o Campeonato Brasileiro, fora o que recebe da FIFA. E a competição é rápida, o que era pra durar seis meses, dura três meses, entendeu? E as equipes ainda passam perrengues, porque eles demoram pra reembolsar as equipes, e as equipes nem sempre fornecem o conforto que a competição deve dar para as atletas, né? Enfim, é um monte de coisa que acontece que a gente fica até desanimada, né? Porque a gente não sabe onde está essa fiscalização, porque eu acho que deveria ter uma fiscalização, eu acho que deveria ter um acompanhamento pra ver se todo esse dinheiro está realmente sendo distribuído pra competição, para as equipes. 10 milhões é muito dinheiro, pra mim é muito dinheiro, são muitas coisas que acontecem [gestos de confusão], é muito dinheiro, muito dinheiro envolvido e a gente não vê esse dinheiro rodar, entendeu? (KAREN ROCHA, 2016).

Esse trecho, assim como vários outros dentro das narrativas, demonstra claramente que “[...] as fontes orais não são *encontradas*, mas *cocriadas* pelo historiador. Elas não existiriam sob a forma em que existem sem a presença, o estímulo e o papel ativo do historiador na entrevista feita no campo.” (PORTELLI, 2016, p. 10). Isto porque a atleta procura constantemente na figura da pesquisadora sinais de entendimento, a partir da utilização de questionamentos como “né?” e “entendeu?”, e parece moldar suas palavras a fim de que sua narrativa esteja de acordo com um

posicionamento que esta consideraria plausível, visto que se trata de um assunto bastante polêmico...

A atleta, que foi inclusive campeã do campeonato ao qual se refere no ano de 2016 defendendo a equipe do Flamengo/Marinha, demonstrou desconfiança em relação à idoneidade da confederação na organização dos torneios nacionais, visto que, segundo ela, o dinheiro a ser utilizado não parecia estar sendo empregado de forma clara, pois muitos atrasos nos pagamentos dos auxílios às equipes vinham ocorrendo e a competição acontecia apenas durante um curto período de tempo.

Em 2016 o Campeonato Brasileiro foi realizado aproximadamente durante três meses, como a atleta mencionou, já que no site oficial da CBF têm-se registrado como data de início da primeira fase o dia 20 de janeiro e como data da final o dia 17 de maio do referido ano. Tal competição contou com a participação de 16 clubes, e as equipes finalistas fizeram um total de 14 partidas no torneio. A reclamação de Karen torna-se então pertinente para a análise, visto que aquela que é considerada a mais importante competição nacional teve um calendário de no máximo 14 datas para as equipes, ou seja, a situação para outras equipes foi ainda menos favorável, já que as que foram eliminadas na primeira fase fizeram apenas cinco jogos. Apesar disso, tendo em vista que no total a competição contou com setenta jogos e que a CBF foi a responsável pelo pagamento de todos os gastos de times mandantes e visitantes, além de ter arcado com o pagamento de premiações para as equipes que atingiram as fases finais, o orçamento de 10 milhões de reais não se torna tão absurdo.

Marina Aggio também demonstrou o mesmo tipo de preocupação em relação ao destino dado ao dinheiro na realização das competições nacionais e ainda enfatizou que seria necessária maior atenção às categorias de base para formação de atletas...

A minha crítica maior é: se você vai buscar jogadora dentro do clube, porque você não ajuda na formação dessa jogadora, certo? “Ah, mas eu faço Copa do Brasil” [imaginando uma possível fala de defesa da CBF]. “Tá, é pra adulta, certo?” “Ah, eu faço Copa do Brasil”... “e ela dura dois meses, não mais que isso”. Aí o Ministério do Esporte entra com o brasileiro, que se gasta um absurdo pra dois meses também, e a gente nunca sabe pra onde vai o valor desse dinheiro, porque afinal de contas são 10 milhões cedidos pela CAIXA e que acontece em dois meses. Aí as federações entram com os pequenos campeonatos, campeonato paranaense, paulista, cearense e blá, blá, blá, blá, blá, blá. Então, minha crítica maior pra CBF é: se você busca jogadoras dentro do clube, então dê estrutura financeira para que os clubes formem essas jogadoras e você tenha a possibilidade de buscar. O fato de você buscar essa jogadora dentro do clube sem dar nenhum centavo pra formação dela é muito fácil. (MARINA AGGIO, 2016).

O descontentamento das atletas referente às competições nacionais organizadas pela CBF se justifica pela provável discrepância do alto valor ao qual elas se referem e as condições oferecidas às equipes nos jogos dos campeonatos, visto que, por exemplo, no jogo final do Campeonato Brasileiro de 2016, entre Flamengo/Marinha e Rio Preto realizado no estádio Anísio Haddad em São José do Rio Preto e transmitido pelo canal de televisão fechada Sportv, a iluminação parecia bastante precária e a logística do evento não traduzia a importância que uma final de futebol profissional no Brasil deveria possuir. Entretanto, o que se vê é que esses campeonatos já representam uma evolução no que tange o passado recente do calendário competitivo no Brasil, visto que Joice Luz, questionada sobre as condições encontradas nas competições em que participou durante sua carreira, afirmou...

Bom, aqui em Curitiba, no começo, era bem precário. Eram poucos times. Na verdade o técnico que carregava todas as atletas e eu acho que isso acontece até hoje. No Santos, no começo era também difícil, porque quando eu fui pra lá nós morávamos em outra cidade, morávamos em Itanhanhim, porque era uma cidade que na verdade bancava o time e nós só tínhamos a camisa do Santos, mas também eram campeonatos assim, a gente vivia de campeonatos regionais e campeonatos abertos, e às vezes um campeonato da cidade, mas nada muito oficial assim. [...] Lá em Pernambuco também, só que lá acho que tem seis times no estado todo e o time que pagava mesmo era o Vitória e tinha o Sport, mas as meninas tinham que se juntar pra jogar. E assim, os outros eram times de cidades pequenas, que a grande maioria das vezes o presidente do nosso time que mandava o ônibus pra ir buscar as atletas pra poder ter jogo. (JOICE LUZ, 2016).

As memórias da atleta demonstram o caráter amador com que o futebol feminino convive no Brasil. O fato de que o presidente de um dos clubes se disponibilizava a buscar atletas de outras equipes para que os jogos pudessem ocorrer mostra o quão desamparada de recursos se encontravam os clubes que disputavam o campeonato pernambucano há dois anos. Esses fatos ainda apontam para a dependência que essas equipes possuem de amparo em instituições regulamentadoras, visto que não possuem patrocínio ou públicos em seus jogos que os permitam manter suas atletas ou mesmo a administração dos gastos da equipe.

A mesma precariedade foi lembrada por Elisângela Cordeiro...

[...] já aconteceu de a gente jogar o paranaense, de chegar lá, e, por exemplo, o vestiário ser muito pequenininho, as condições de campo, por chuva, por alguma outra coisa – infelizmente porque a gente tinha viajado, tinha que ter o jogo, pra não perder o que a gente gastou com a viagem – eram bem precárias, não todos, não vou colocar todos, mas alguns sim. Em alguns, depois que você terminava, sabia que ia ter que voltar de viagem e não tinha

uma água quente pra você tomar banho, tinha um chuveiro funcionando pra quinze, vinte atletas tomarem banho. Era complicado. (ELISÂNGELA CORDEIRO, 2016).

As péssimas condições vivenciadas nos campos brasileiros fizeram inclusive com que certa vez a atleta Karen Rocha desistisse de sua trajetória na modalidade...

[...] a gente sabia que a nossa realidade dentro do país era aquilo ali e a gente se mantinha pelas promessas dos dirigentes dos clubes, das pessoas que eram envolvidas, e a gente não tinha ideia de como era uma mentira grandiosa. Talvez eles – até hoje eu não sei –, se por trás disso eles ganharam muito dinheiro, porque o que eu via era que não faltava nada pra eles, mas as jogadoras (as pessoas que eram responsáveis pela equipe, que seguravam as pontas, que estavam ali sofrendo realmente) não tinham valor nenhum. Isso era o que me incomodava e até por isso que eu parei em 2006. Quando eu vi que isso... quando eu fui pro São José do Rio Preto (que eu até comentei com você, que é o atual campeão brasileiro), assim, eu tive uma briga séria com o técnico, porque eu fiquei muito brava. Eu estava indo pra seleção principal e quando eu cheguei na equipe as meninas estavam pedindo, implorando por dinheiro pra comprar absorvente, porque não tinha, eles não davam dinheiro para as jogadoras, nem pra mim... não pagaram nem um mês que eu fiquei lá. E aquilo estava me incomodando, às vezes eu tirava do meu bolso pra ajudar: “vai lá comprar”, entendeu? Porque eu achava um absurdo, como que a menina vai ficar sem absorvente? E a maioria das meninas era carente, não tinha condições de ficar ligando pra casa para o pai sustentar, realmente todo mundo morava ali. (KAREN ROCHA, 2016).

Tal experiência da atleta aconteceu durante sua passagem pelo São José do Rio Preto, que é uma das equipes, atualmente, mais bem estruturadas no futebol nacional e campeã da edição de 2015 do Campeonato Brasileiro, como a própria atleta mencionou. Entretanto, as condições lá encontradas por ela passavam longe de serem consideradas profissionais, visto que as atletas não tinham recursos nem mesmo para comprar itens básicos de higiene pessoal e assim passavam por situações bastante constrangedoras e inquietantes. Isso ainda somava-se a desconfiança da atleta de que recursos que deveriam ser destinados a elas estavam sendo desviados, o que culminou com a sua desistência da sonhada carreira de futebolista naquele momento.

Outra atleta que disse ter tomado decisão parecida foi Dayane Rocha. Após sete anos jogando futebol profissional na Itália, a atacante voltou ao Brasil devido a uma lesão que a afastou dos gramados, mas mesmo após recuperar suas condições físicas não retomou sua carreira em equipes brasileiras, já que...

[...] infelizmente aqui em Curitiba o futebol feminino não tem apoio, os clubes não conseguem se manter, então assim, não digo que encerrei minha carreira no futebol, mas enquanto eu não tiver um clube decente que não me der o mínimo, o básico que eu preciso, eu não vou jogar futebol de campo

mais, seja aqui em Curitiba, já tive oferta pra ir pra São Paulo, para o Rio, pra Vitória, mas eu jamais vou largar o conforto da minha casa pra ir jogar ou morar em uma cidade aqui dentro do Brasil aonde eu passe dificuldades, apertos. (DAYANE ROCHA, 2016).

A consciência das condições precárias oferecidas pela maioria dos clubes às mulheres praticantes de futebol no Brasil fez com que Dayane nem sequer cogitasse a possibilidade de se aventurar em novos desafios em território nacional, visto que dificilmente, segundo ela, encontraria estrutura melhor do que aquela garantida a ela em seu lar, em Curitiba. Logo após a entrevista a atleta voltou à Itália para atuar na elite do futsal daquele país, e atualmente (2016) defende a equipe *ASD Olimpus Roma*.

Essa sua preferência pode ser facilmente entendida, já que as condições narradas pelas atletas sobre suas rotinas no futebol nacional revelam o contraste referente ao esporte vivenciado por algumas delas em outros países. Simone Jatobá, questionada sobre essas possíveis diferenças em clubes europeus e brasileiros pelos quais atuou, afirmou que lá...

A estrutura dos clubes é extraordinária. O transporte, por exemplo, quando eu jogava no Lyon (não é o caso desse meu time atual), mas eles fretavam um avião só para o time feminino ir jogar a *Champions League* em outros países, ou até mesmo em outras cidades um pouco longe. Então assim, a estrutura que eles colocam para o time feminino é semelhante a do time masculino. Claro que a gente não fala de salários, porque salários é algo assim grotesco [a diferença]. Em termos de estrutura e até mesmo de salários, são salários que a gente não tem aqui no Brasil [futebol feminino]. Então você tem o apoio, você vê o estádio que realmente tem muita gente vendo o jogo, os jogos passam pela TV, patrocínios, você vê empresas e muitas pessoas se interessando, dando apoio, não vendo se o sexo é feminino ou masculino, mas sim o esporte, o jogo bem jogado. Então assim, essa é uma diferença que a gente tem muito grande entre o Brasil e a Europa. (SIMONE JATOBÁ, 2016).

Vê-se que o panorama descrito por ela é totalmente oposto ao das narrativas expostas acima sobre o futebol brasileiro. A narrativa de Simone desenha um contexto no qual o futebol feminino já parece ser culturalmente aceito e valorizado. Apesar de segundo ela existirem diferenças absurdas relacionadas aos salários de atletas homens e mulheres nos mesmos clubes, a estrutura e o respeito a eles oferecidos é bastante similar. A atleta citou questões de infraestrutura, transporte, salários e público nos jogos para demonstrar quão grande foram as dissonâncias encontradas em sua experiência internacional. Em relação a este último aspecto – a presença de público nos estádios – Marina Aggio também narrou de maneira semelhante...

[...] lá dentro da Europa, no caso da Suécia, nós tínhamos uma média de 3, 4 mil pessoas aos jogos, então, apesar de o nosso estádio ser um estádio pequeno, todo jogo dentro de casa era um jogo que estava sempre com as arquibancadas lotadas. No período que eu joguei Champions League na Itália, nós levamos vinte mil pessoas ao estádio do Verona Calcio Maschio. (MARINA AGGIO, 2016).

Esse constante acompanhamento de torcedores não é algo comum às equipes brasileiras, segundo Elisângela Cordeiro, o número de pessoas em seus jogos era...

Muito pequeno, muito pequeno. Geralmente é amiga, é família. Não tem apoio nenhum. Aqui em Curitiba, eu falo assim, a gente fica muito triste, porque às vezes a gente tenta divulgar, a gente tenta divulgar. Acho que a minha maior felicidade acho que foi esse ano da Copa do Brasil [2009], que foi no Couto Pereira, que a gente conseguiu levar quase quinze mil pessoas, mas foi porque a gente estava jogando contra o Santos, que era praticamente a própria seleção brasileira. A gente jogou aqui e depois jogamos lá em Santos. A base da seleção estava no Santos, que era a Marta, Cristiane, Maurine, Andreia, Ester, toda essa base. Então acho que o maior público que eu vi até hoje porque foi em uma competição nacional. (ELISÂNGELA CORDEIRO, 2016).

Pode-se notar como um jogo que consegue reunir um número alto de espectadores fica bastante gravado na memória das atletas, possivelmente por ser um evento raro. Por outro lado, as narrativas também demonstram que no Brasil é possível que um evento de futebol feminino reúna torcedores de forma significativa, visto que a atleta Elisângela lembrou a grande presença deles em um jogo de torneio nacional.

Outro aspecto acrescentado ao argumento de que é possível proporcionar grandes espetáculos de futebol feminino pôde ser visto durante os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016, dado que na primeira rodada do torneio feminino de futebol a média de público foi superior a 16 mil pagantes por jogo (GLOBOESPORTE, 2016). Apesar de revelar certa esperança, esses dados se combinam a conclusão de Martins e Moraes (2007) de que a atenção da mídia ao futebol feminino no Brasil se dá apenas durante períodos de importantes competições internacionais, ou seja, a atenção do público também ocorre apenas nesse espaço de tempo ou em raras aparições de Marta e Cristiane, estrelas do esporte a nível mundial, em campos brasileiros, como foi no caso do jogo rememorado por Elisângela.

Assim, a grande diferença em relação aos países que possuem o futebol feminino em estágio mais avançado de desenvolvimento parece ser a constância com que jogos importantes e com grande presença de público acontecem, visto que o calendário de

competições no Brasil é pouco divulgado e jogos como esse narrado por Elisângela se tornam esporádicos em meio a tantos outros com mínima participação de espectadores.

Bem, essa irregularidade no calendário pode ser contrastada com a narrativa de Simone Jatobá sobre sua experiência europeia. A atleta afirmou que

[...] lá na França você tem praticamente um mês de pré-temporada. Nessa pré-temporada você trabalha no clube durante dez dias e depois pega uma semana, dez dias e vai pra uma outra cidade, vai para as montanhas, pra algum outro lugar pra fazer a pré-temporada, dois ou três períodos de treinamento todos os dias. Você volta, aí você tem vários jogos amistosos com times internacionais, aí você tem o campeonato francês, aí você tem o campeonato estadual, você tem a Copa da França e para os times mais de elite tem a *Champions League*. Então assim, o calendário deles é bem pleno, bem cheio mesmo e você não tem tempo de parar. (SIMONE JATOBÁ, 2016).

A ideia expressa é a de que o futebol feminino lá é praticado de maneira consideravelmente mais profissional, e talvez por isso tenha um acompanhamento também bastante superior da população. O que se pode aferir desse contexto é que as condições dadas às atletas e aos clubes permitem que o espetáculo apresentado nas disputas torne-se interessante aos espectadores, o que não acontece no cenário brasileiro, visto que as grandes atletas não jogam no país, os grandes clubes não possuem times femininos e assim os campeonatos não se tornam atrativos. Clara expressão de que esses fatores podem ajudar no desenvolvimento da modalidade foi justamente citado por uma das atletas – a equipe do Santos Futebol Clube, de grande tradição nacional, composta por atletas como Marta e Cristiane e jogando em um ótimo estádio como o Couto Pereira conseguiu dar grande visibilidade ao evento e atrair um grande contingente de pessoas.

O profissionalismo e a estrutura do futebol feminino europeu também foram salientados por Marina Aggio. Durante a livre narrativa sobre sua trajetória no futebol, ela afirmou o seguinte sobre sua primeira passagem pelo futebol do velho continente...

[...] foi quando eu consigo analisar minha trajetória de vida como atleta profissional, antes Suécia, pós Suécia, pré Suécia e pós Suécia, por quê?...Porque eu aprendi o que é ser uma jogadora profissional lá fora, com treinamentos profissionais, com horários regulares, com uma equipe muito disciplinar que trabalhava o tempo todo conosco, além do salário, né? Porque lá fora se ganhava muito melhor do que aqui. (MARINA AGGIO, 2016).

Percebe-se que para Marina tão ou mais importante quanto à boa remuneração recebida na Europa para a solidificação de perfil de atleta profissional foi a rotina que vivenciava na Suécia. Mais do que defender uma equipe, ela vivia realmente uma vida regrada e destinada ao desenvolvimento de suas capacidades técnicas e físicas em prol do clube ao qual defendia e isso lhe garantia satisfação tremenda.

Já Dayane Rocha, questionada sobre sua motivação para seguir jogando futebol, demonstrou mais uma vez as diferenças entre os dois modelos de estruturas do esporte...

Lá fora minha motivação, não adianta, é o dinheiro que cai no bolso, quanto mais você joga mais você ganha, mais resultados você tem, mais dinheiro você tem e mais visibilidade assim no mercado europeu você tem, mas aqui mesmo é paixão pelo esporte só que eu tenho. (DAYANE ROCHA, 2016).

Sua fala transmite a ideia de que os valores recebidos em seu período na Europa foram muito satisfatórios. Aspecto que se solidifica a partir da reiteração do seu discurso...

[...] renda mensal que entrava diariamente só tive mesmo quando fui jogar para fora. Aí eu tinha contrato, recebia todo mês certinho, eles me davam passagem aérea, pagavam meu apartamento, pagavam luz, água, me deixavam um carro à disposição, davam um bicho por jogo, mas aqui dentro do Brasil nunca tive salário regular, sempre jogando através de bolsa de estudos, através de uma ajuda de custo, mas salário propriamente dito não. (DAYANE ROCHA, 2016).

As ótimas condições que lhe foram oferecidas em clubes europeus deram a ela um tom de nostalgia e encantamento, o que não foi uma particularidade de sua narrativa, visto que Marina Aggio e Simone Jatobá, que também atuaram na Europa, demonstraram aspectos similares de análise. Nas memórias dessas atletas, a experiência profissional em clubes estrangeiros parece rivalizar (ou superar) em importância as participações em partidas pela seleção brasileira, o que faz que seja possível atentar para a ideia de que o topo da carreira para elas foi disputar competição entre clubes na Europa, enquanto como já demonstrado, para aquelas atletas que jogaram exclusivamente no Brasil, esse topo foi certamente alcançado ao vestir a camisa amarela.

Nesse sentido, ainda no intuito de demonstrar as dificuldades encontradas em sua carreira – acreditando que, possivelmente, o problema se estendia a maioria das atletas de futebol feminino no Brasil, já que usou a expressão “a gente” – Dayane Rocha questionou:

[...] aqui dentro [no Brasil], como que a gente sobrevivia? Porque todo mês a gente era chamada para a seleção então você ganhava uma diária, na época uma diarista ganhava mais que a gente. A gente tinha uma diária de 45 reais, você faça isso ficar 10 dias, 450, desconta INSS, desconta isso, desconta aquilo, você vem para casa com 320 reais no máximo. A gente sobrevivia com isso, com diárias, com bicho de jogos que a gente ganhava, mas renda mensal que entrava diariamente só tive mesmo quando fui jogar fora. (DAYANE ROCHA, 2016).

O deslocamento pronominal, muito característico de narrativas orais e utilizado no intuito de dividir as responsabilidades (PORTELLI, 2010), revela que, primeiramente, Dayane falou em nome de um grupo de atletas que treinavam e jogavam pela seleção – se auto instituiu; posteriormente, utilizou de frase no singular para falar sobre o salário recebido fora do país. Este caminho percorrido por ela não esteve ao alcance de todas, logo, a maioria, provavelmente, teve que permanecer na péssima situação do futebol feminino brasileiro.

Fica mais uma vez claro nas reminiscências da atleta que ela não considera o futebol feminino praticado no Brasil, profissional, mas sim, aquele ao qual vivenciou em países europeus. Mesma visão empregada por Marina Aggio, que declarou...

Eu tive oportunidade de jogar campeonatos, inclusive Champions League, e essa Champions League te levava pra um país extremamente profissional, tudo aquilo bonito e aí você volta para o estado de São Paulo é aquela várzea, não tinha nem se quer, às vezes, ambulância nos dias dos jogos, o juiz atrasava. Então você fala assim: “– Puxa vida, passei por uma Champions League aonde era tudo muito profissional, as pessoas iam receber você na entrada do hotel, era tudo cinco estrelas, era isso, era aquilo, de repente você vem pra uma várzea” [expressões e tom de voz de indignação]. (MARINA AGGIO, 2016).

Várzea. As palavras e o modo de expressão dão o tom para a construção de um panorama de como o futebol feminino se encontra no Brasil. Pelo menos segundo a ótica totalmente encantada por meio da qual a atleta enxerga a administração europeia do esporte, e assim, conseqüentemente, percebe a latente diferença entre os modelos de condução da modalidade.

No excerto de fala da atleta Simone Jatobá sobre a estrutura do clube francês pelo qual atuou, exposto nas páginas anteriores, pode-se salientar outra questão bastante significativa para as diferenças existentes entre o cenário nacional e europeu da prática de futebol feminino. Ela cita a existência de patrocínios regulares que ajudam a manter

o funcionamento das equipes femininas, aspecto totalmente diferente daquele encontrado aqui no Brasil. Segundo Marina Aggio...

Atualmente a CAIXA, que é o poder público, investe no futebol feminino. Eu participei em Araraquara durante duas temporadas e lá nós tínhamos o patrocínio da CAIXA, que pagava o nosso salário. O Brasileiro é patrocinado pela CAIXA, via ministério do esporte. Demais clubes, pouquíssimos patrocínios, pouquíssimos. Interior de São Paulo são as prefeituras, grande parte, são as prefeituras que bancam, porque elas tem interesse que essas equipes participem dos [Jogos] Abertos, que é um campeonato importante dentro de São Paulo, jogos importantes em São Paulo. Demais equipes são pessoas que gostam do futebol. [...] Não posso citar nenhum grande a não ser a CAIXA que é público, sai do meu, do seu dinheiro. (MARINA AGGIO, 2016).

Essa falta de investimento privado dificulta muito a manutenção das equipes em condições favoráveis às atletas, tanto que Simone Jatobá quando questionada sobre a principal dificuldade encontrada ao jogar futebol no Brasil, defendeu que...

A dificuldade que tem até hoje é a aceitação, né? Da sociedade, dos grandes clubes e das pessoas que realmente têm preconceito em relação a capacidade que a mulher pode ter dentro do campo. Então assim, pra mim foi um pouco mais complicado em relação a isso, porque os times montavam um time super bom, por exemplo, eu fui para o São Paulo, aí ele durou dois anos, acabou, acabou o time feminino, aí depois fui pra outro time, durou mais um, dois anos e acabou. Então a grande dificuldade é isso, os times montarem uma super equipe ou uma equipe pra disputar um campeonato e depois acabar. (SIMONE JATOBÁ, 2016).

A falta de interesse pela prática feminina, a qual vem atrelada aos aspectos culturais tratados no capítulo anterior, torna a trajetória dessas atletas cheia de altos e baixos, inconstância que incomoda e dificulta o crescimento técnico e atlético delas. A memória de Simone sobre sua trajetória encontra eco em importante pesquisa sobre o contexto nacional da modalidade...

É bastante comum no cenário do futebol de mulheres que times declarem problemas financeiros e a quase falência, essa instabilidade de que nos fala Williams, e que assola o futebol de mulheres em nível nacional ou internacional, faz com que muitas jogadoras troquem anualmente de times, ora porque estes fecham, ora porque não podem mais manter todas as atletas na equipe. (PISANI, 2014, p. 7).

Seguindo essa lógica de trocas constantes, ainda é importante mencionar que o modelo de transferências no futebol feminino segue modelo bastante particular. Isso pode ser percebido nas memórias daquelas atletas que migraram para clubes

estrangeiros. A narrativa de Dayane Rocha torna-se sintomática nesse sentido. Ela relatou que teve muitas dificuldades quando disputou as principais ligas nacionais na Espanha, visto que na época os clubes daquele país só podiam ter uma atleta estrangeira em seus elencos, e assim a concorrência ficava muito acirrada. Dessa forma, sabendo que os regulamentos da maioria dos países na Europa funcionavam nesse mesmo modelo, decidiu que seria útil correr atrás de documentos comprobatórios sobre sua descendência italiana, para que nesse país ela pudesse ter mais tranquilidade ao disputar vagas em times profissionais...

[...] eu voltei para o Brasil depois de dois anos jogando na Espanha, e nesse meio tempo sempre tentando estudar, nunca abandonei os estudos, levei dez anos pra me formar, mas me formei. Eu lembro que na época minha família estava passando por dificuldades financeiras e meu pai, não sei de onde, me deu dinheiro, e falou: filha, se é o teu sonho, vai correr atrás do papéis e vai em busca do que você quer. Consegui reunir 11 das doze certidões que eu precisava, sem empresário, sem nada. Me enfiava na frente do computador e enviava e-mail para uns times. Em um desses times que eu mandei e-mail a resposta voltou em português, de um preparador físico de um time suíço. Eu peguei todos os times, então uns faziam fronteira, né? Assim, esse time que achei que era italiano na verdade era suíço. Esse rapaz me ajudou e falou que eu estava enviando meu currículo para os lugares errados, porque pelo que ele via meu currículo era para times de série A e qualquer clube italiano me daria uma mão para tirar a cidadania italiana. Ele inclusive me ofereceu ajuda para quando eu chegasse lá, caso precisasse. Eu embarquei para a Itália, já tinha 25 para 26 anos, menos, 23, e consegui um contrato de um ano com um time que estava jogando UEFA Champions League. Cheguei na cidade achando que ia encontrar um time fenomenal, na verdade, não, foi bem ao contrário. Um time com restrições de atletas, de qualidade baixa, mas foi o clube que me abriu as portas, nos primeiros seis meses não consegui jogar porque eu não achava a certidão de nascimento do meu bisavô, pois é uma coisa muito difícil, dentro da Itália, de ser feita. Depois consegui achar, virei cidadã italiana dentro de 15 ou 20 dias e comecei a jogar dentro da Itália, fiquei sete anos jogando lá. (DAYANE ROCHA, 2016).

A atleta demonstrou com essa narrativa a forma tão marcadamente informal como as transações e contratações ocorrem no futebol feminino, e aqui não apenas em reação ao futebol nacional, visto que em clubes estrangeiros, tão elogiados pelas atletas que por lá atuaram, a lógica é a mesma nesse sentido. Além disso, seu empenho em conseguir uma vaga em um desses clubes significa quanto ela sabia que isso lhe seria vantajoso, visto que...

[...] através dessas migrações, as jogadoras sentem-se valorizadas, reconhecidas e prestigiadas. Elas relatam que quando jogam em times de fora do Brasil são mais reconhecidas por seu trabalho e possuem até maior quantidade de fãs. Além disso, atuar em um time no exterior permite que a jogadora receba salários dignos, o que facilita o retorno e a ajuda financeira

que oferecem aos seus familiares que ficam no Brasil. E quando voltam ao Brasil recai sobre elas uma maior valorização dentro do cenário esportivo [...]. (PISANI, 2014, p. 9).

Mais um exemplo de como acontecem transações econômicas no contexto do futebol feminino foi dada por Marina Aggio. A atleta revelou a relação de sua contratação com a própria Dayane Rocha...

Recebi uma proposta de ir embora pra Itália, na qual a Dayane Rocha intercedeu, fez toda a intercessão junto ao clube e eu fui embora por mais duas temporadas pra Itália. Eu sou cidadã italiana também, tenho duplo passaporte, então ficou mais fácil jogar, porque o campeonato italiano você só pode jogar se for italiana, eles tem uma restrição quanto as estrangeiras, então só entra duas estrangeiras por time, e já tinham duas suecas no caso, então eu entrei como italiana.

Bem, nesse sentido de informalidade e mais uma vez na contribuição da pesquisa de Mariane da Silva Pisani, têm-se que...

As jogadoras deixam bem claro que, mais do que ser uma boa atleta, é preciso ter um círculo de convivência e de relacionamento muito bom. Não adianta só ir para os treinos e jogos e fazer gols. Se fora de campo não tiver um bom relacionamento com as colegas, menores serão as chances de ser lembrada no exterior. Além disso, uma vez que as mulheres não possuem empresários que as auxiliam na transferência e adaptação ao novo país, geralmente essa ajuda vem de outras jogadoras brasileiras que já estão atuando no exterior. Nas redes informais criadas entre si, essas mulheres reforçam seus laços de amizade e garantem uma permanência maior nos times fora do Brasil, ajudando-se mutuamente na solução das dificuldades encontradas. (PISANI, 2014, p. 7).

A situação da contratação de Marina pelo clube italiano demonstra muito bem essa lógica de informalidade. Além de ambas as atletas revelarem que não possuíam empresários para o auxílio em suas trajetórias no futebol, seus exemplos reforçam a ideia de que o acompanhamento das atletas de alto nível é bastante difícil por parte dos dirigentes de clubes profissionais, visto que a visibilidade na mídia é quase nula.

No caso de Simone Jatobá, o processo de contratação se deu de forma bastante similar aos de Dayane e Marina. Questionada sobre como se concretizou sua chegada ao futebol europeu, ela respondeu:

Então, foi assim: depois que eu fui pro São Paulo, em [19]99, aí 2001 acabou o time. Em 2000 eu tive minha primeira convocação pra seleção, que a gente fez torneios nos Estados Unidos e aí já teve as Olimpíadas e aí então já fui para as Olimpíadas e continuei na seleção. Aí em 2003, a gente foi pra uma excursão nos Estados Unidos, a gente ficou acho que um mês lá dando aula

de futebol, clínica, né? E aí eu conheci a Milene, ex-esposa do Ronaldo, e aí em algumas atividades a gente fazia juntas, né? Dar aula pras meninas e aí a gente começou a pegar... não uma amizade, né? Mais uma afinidade digamos assim. E ei, depois a gente voltou e continuou em contato e ela jogava no Rayo Vallecano de Madrid nessa época e aí eu falei: “Olha Milene, se você souber de algum time que queira uma brasileira, eu estou disposta a ir pra fora”. Porque eu já estava muito cansada, isso no final de 2003 e começo de 2004, porque os times estavam na mesma coisa, começavam e terminavam, começavam e terminavam, e eu já estava cansada dessa rotina ruim que se tem no Brasil, esse hábito ruim e eu queria ver como as coisas funcionavam fora, a cultura, não só no futebol mas fora disso, aprender uma outra língua e ela falou que o time dela estava precisando de uma jogadora, aí eu mandei meu currículo, mandei alguns vídeos e eles me contrataram. Depois de lá, teve um empresário de uma amiga, Lindsay Camila, ela jogava no Brasil, aí ela foi pra Portugal e depois de Portugal ela foi pra França, e o empresário dela falou que o Lyon estava com um super time, estava com algumas americanas e eles queriam reforçar o time, queriam uma brasileira e tal. E aí eu mandei meu currículo pra ela, ela passou pra ele e aí eu fui pro Lyon, no ano seguinte já, em 2005. (SIMONE JATOBÁ, 2016).

Vê-se na narrativa de Simone como ela correu atrás, por conta própria, de uma vaga no futebol europeu após sentir a necessidade de ir além daquela inconstância já mencionada e também como mais uma vez o círculo de amizades foi fundamental para o êxito nessa tarefa. Além disso, percebe-se que as transações aqui mencionadas não acarretaram em lucro a clubes ou jogadoras, visto que dificilmente as atletas aqui no Brasil têm seus passes vinculados contratualmente a alguma instituição e isso pode ser considerado mais um dos fatores que dificultam a manutenção econômica desses clubes.

Em relação a esses esforços individuais para transferências internacionais, problematiza-se que esse é um das únicas formas encontradas pelas atletas para obtenção de sucesso profissional na modalidade, já que o encantamento com a estrutura europeia ou com a visibilidade do futebol feminino nos Estados Unidos demonstrou-se presente, inclusive em narrativas de atletas que não atuaram por clubes de outros países. Karen Rocha afirmou...

[...] eu acho que a CBF nessa parte está muito longe de qualquer equipe de fora, do Canadá ou dos Estados Unidos. Você vai lá para os Estados Unidos, eu não sei se você viu, mas esses dias passou um amistoso contra a seleção e as meninas estavam lá pra se despedir da seleção, e aí tinham máscaras das meninas, a torcida fazendo festa, o estádio lotado, porque que lá é diferente daqui? E isso com certeza tem o apoio da Federação dos Estados Unidos, com certeza, né? Então assim, é frustrante ver a situação em outros países e saber que no país do futebol não tem esse apoio, é difícil. (KAREN ROCHA, 2016).

A decepção de Karen em relação a CBF se demonstrou mais uma vez presente, visto que ela lembrou a possível responsabilidade da federação dos Estados Unidos no

sucesso e respeito que a equipe feminina detém com o público naquele país, enquanto reclamou do engajamento em torno da seleção brasileira.

O sucesso encontrado em outros países parece ser um fator de bastante troca de informações entre atletas, e isso pode ser considerado como mais um elemento constituinte de suas memórias, já que segundo Michael Pollak, esses elementos... “Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que chamaria de "vividos por tabela", ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer.” (POLLAK, 1992, p. 201). Assim, aquelas que não jogaram fora têm ideia de quão grandes são as diferenças por meio das narrativas de suas colegas, e propagam seus discursos, como o fez Joice Luz...

Ah, [lá existe] uma estrutura totalmente diferente, né? Com valorização lá em cima. Aqui existe muita dificuldade, né? Você tem que (muitas, né?), tem que desdobrar, tem que trabalhar. Eu, no meu caso assim, tinha que cuidar da casa, cuidar do filho. E assim, o que eu recebia dava pra eu sobreviver, dava pra **sobreviver**. Entendeu? Mas não que fosse suficiente, e lá é suficiente, eu acho. Elas comentavam que era uma coisa diferente daqui. As meninas que vinham de fora, que eram americanas ou até mesmo as europeias, elas viam mais porque – o país do futebol – mas quando chegavam aqui percebiam que não era nada daquilo que elas pensavam que era. (JOICE LUZ, 2016).

Elisângela Cordeiro também mencionou a mesma impressão recebida de experiências de amigas que jogaram em outros países...

Algumas jogadoras, até a Mayara que está no Corinthians e jogou aqui no Novo Mundo, a Ester que teve uma passagem fora também, [falaram que] é outro mundo, outro nível. Eles investem em categorias de base, em toda universidade nos Estados Unidos eles investem no futebol feminino, então assim, é gratificante, é gratificante. Eu não tive essa oportunidade de jogar fora, de ir pra fora, na verdade foi bem nessa época que eu, em [19]99, que era São Paulo, que era pra eu ir para os Estados Unidos, que eu acabei lesionando meu joelho, então eu não tive esse prazer, não tive essa oportunidade, mas acho que assim, pra carreira de uma atleta é tudo, é uma experiência fantástica. (ELISÂNGELA CORDEIRO, 2016).

Além de demonstrar que sabia da enorme diferença encontrada, Elisângela mencionou que teria ido para os Estados Unidos não fosse uma lesão que lhe tirou essa oportunidade. E isso não foi particularidade de sua trajetória, visto que Karen Rocha em tom de pesar lamentou a chance que lhe escapou de jogar em uma universidade americana...

Eu tinha recebido um convite pra ir morar em Nova York e eu ia ter no começo uma pessoa só pra me ajudar nessa parte pra aprender o inglês. Eu ia pra lá justamente pra jogar, né? Ia pagar tudo com o futebol. No contrato que eles me enviaram por carta, e-mail, tudo certinho pra eu poder ir pra lá, o meu problema foi a escola, porque eu estava no segundo ano, eu estava no primeiro ano, eu acho, e aí eu não consegui. (KAREN ROCHA, 2016).

Karen não conseguiu sua transferência devido à falta de conclusão do Ensino Médio e por isso ela parece tratar esse episódio como sua grande oportunidade perdida em viver tranquilamente por meio do futebol, sendo que ela foi a atleta que se demonstrou mais desacreditada em relação ao crescimento do futebol no Brasil durante toda sua narrativa.

Oportunidade perdida porque as entrevistas demonstraram que, além de toda a estrutura diferenciada oferecida por clubes de países nos quais o futebol feminino é bastante desenvolvido, há também uma enorme diferença na remuneração das atletas. Dayane Rocha declarou “[quando] eu fui para o Lyon da França eu tinha um salário astronômico, eu não sabia nem o que fazer com o dinheiro, eu dava para os meus pais e eles foram mantendo a base [equilibrando as contas da família].” (DAYANE ROCHA, 2016). Já Simone Jatobá, apesar de ter afirmado que nos clubes europeus pelos quais passou o salário nem se comparava aqueles recebidos aqui, contou que sua primeira remuneração ocorreu ainda...

[...] no São Paulo Futebol Clube, que na época tinha um time muito bom, e aí eu fui para o time e foi o primeiro time onde eu realmente tinha carteira assinada [risos] e comecei a receber um salário pra jogar futebol. [...] não era aquele salário, mas era uma coisa que, não sei, acho que na época deveria ser três ou quatro salários mínimos, então assim, era tranquilo, né? (SIMONE JATOBÁ, 2016).

Esses casos se mostram como exceções na história do futebol de mulheres no Brasil. Karen Rocha afirmou que...

Sempre foi ajuda de custo no futebol feminino, talvez não pra algumas jogadoras, né? Mas pra quem estava iniciando era ajuda de custo. Mas eu tive muita dificuldade. Quando eu fui para o Santos, eu recebia de vez em quando uma ajuda de cem reais. E nessa época era muito difícil... Eu acho que eu recebi duzentos reais no primeiro ano que eu fui... foram seis meses que eu fiquei. (KAREN ROCHA, 2016).

Elisângela Cordeiro demonstrou a angústia que sentiu ao se aventurar por clubes que não conseguiam honrar os compromissos financeiros. Questionada se conseguiu viver com os ganhos do futebol, respondeu...

Não, infelizmente não. Assim, é o sonho de qualquer jogadora, vou ir lá, vou ter um salário. Nessa época lá atrás, quando eu fui, vamos colocar de 1999 a 2005, que foi quando eu resolvi sair, assim, as promessas eram grandes, “ah, você vai ganhar isso, você vai”, um mês, dois meses, ok, depois não tinha, não tinha como, atrasava. Não só a questão de pagar, a questão de, acho que você, por mais que você está lá, está longe da família, está longe de tudo, você tem que ter um lugar bom pra você dormir, pra você se alimentar bem, então começou a vir isso, começou a pesar mais isso, tive que ligar pra família “ó, compra passagem pra mim, que eu só vou retirar lá” e vim embora. (ELISÂNGELA CORDEIRO, 2016).

Outra atleta que demonstrou a instabilidade encontrada nesse meio foi Joice Luz, assim como Karen Rocha ela jogou no Santos Futebol Clube e lá conviveu com momentos distintos em relação aos pagamentos recebidos...

Foi quando eu fui pro Santos. Na verdade quando eu jogava aqui (acho que 2000, 2001 – que foi quando eu joguei no Novo Mundo), eles davam uma ajudinha e tal, mas nada que me ajudasse...que eu vivesse disso. Mas foi na época que eu fui pro Santos. Isso no ano de 2006, porque antes disso o Santos dava também só uma ajuda de custo e aí também eu precisava trabalhar, então eu trabalhava e jogava. (JOICE LUZ, 2016).

Essa questão foi tão latente na trajetória das atletas que Joice Luz questionada sobre a principal dificuldade encontrada em sua carreira, respondeu...

[Havia] a falta de dinheiro muitas vezes pra ir pra casa. Assim, você jogava ali, na verdade você joga por amor, nada que você possa guardar muito dinheiro pra falar assim “comprei isso”, lógico por uma época sim, é como eu te disse, instabilidade – um tempo você tem, outro tempo você não tem nada. Entendeu? É isso. (JOICE LUZ, 2016).

Marina Aggio, mais uma daquelas que teve a oportunidade de experimentar diferentes vivências no exterior, concluiu...

[...] eu me considero profissional desde o dia em que eu recebi meu primeiro salário na Suécia, porque ali era um salário que eu só vivia pra fazer aquilo, eu só era jogadora de futebol, com esse registro inclusive em carteira na época [...]. Então, a partir daquele momento, eu, Marina me considero profissional porque recebi meu primeiro salário exclusivamente fazendo aquilo. No Brasil, não recebi um salário, era apenas uma ajuda de custo e as passagens, que no caso as equipes proporcionavam [...]. (MARINA AGGIO, 2016).

A atleta defendeu mais uma vez a ideia de que se tornou profissional de futebol a partir do momento de sua passagem pela Europa, assim como já havia feito em outros momentos da entrevista, acentuando que o que se tem aqui no Brasil são trajetórias conturbadas dentro de um futebol que mescla aspectos de amadorismo e profissionalismo, sendo que são poucos os casos nos quais as atletas conseguem se manter apenas com os ganhos do esporte, ao contrário daquelas que jogam em outros países, que demonstraram ser possível, inclusive, fazer uma considerável reserva de dinheiro a partir de suas atividades profissionais nesses lugares.

Vale, entretanto, a ressalva de que ao colocarem suas experiências na Europa em um patamar tão elevado em relação ao futebol praticado no Brasil, as atletas podem também estar relevando seus modos de distinção nesse esporte, visto que no jogo simbólico, atuar em clubes de fora do país torna-se importante ferramenta no ganho de representatividade nesse meio competitivo. Nesse sentido, possíveis relativizações em relação a experiências ruins no exterior não podem ser descartados. Exemplo disso foi o episódio relatado por Dayane Rocha...

[...] já estava aos 40 minutos do segundo tempo quando eu fui fazer um cruzamento e uma atleta haitiana veio com um carrinho e eu acabei rompendo o [ligamento] colateral [do joelho]. Foi uma lesão que me deixou muito pra baixo porque eu perdi meu contrato no clube por causa disso, claro, você volta da seleção machucada, não é fácil para ninguém manter uma atleta assim. (DAYANE ROCHA, 2016).

A atleta estava se referindo a um episódio ocorrido durante um amistoso da seleção brasileira contra a seleção do Haiti, no qual ela sofreu uma grave lesão. A atacante atuava na Itália naquele período e foi desligada de seu clube por não apresentar condições físicas ideais, para onde retornou após um período de tratamento por conta própria no Brasil, ou seja, apesar da fala de Dayane sobre a ótima estrutura existente no clube, este não lhe deu condições de tratamento para que ela voltasse a atuar e mesmo assim isso não foi um aspecto ao qual ela tenha dado relevância em seu discurso sobre sua experiência europeia – “[...] existem nas lembranças de uns e de outros, zonas de sombra” (POLLAK, 1989, p.8). Esse abrandamento no discurso pode ter sido também em decorrência da passagem do tempo, já que o evento foi traumático no período em que ocorreu, mas em sua narrativa ele já aparece de forma relativizada.

3.3 “O BRASIL PRECISA DE MUITA COISA AINDA” – caminhos para o desenvolvimento do futebol feminino no país

A impressão geral retirada das falas das atletas sobre as melhorias no panorama do futebol feminino nacional é a de que elas, apesar de notáveis, ainda não são suficientes para garantir trajetórias tranquilas e com certa estabilidade para as mulheres nesse esporte. Dayane Rocha citou elementos que na opinião dela fazem com que atualmente seja mais fácil para que meninas adentrem o universo do futebol...

Na época que eu comecei só existia a seleção sub20 e a adulta. Existia seletiva uma vez ao ano e olha lá. Era uma seletiva no Rio de Janeiro, por exemplo, e ia todo mundo naquele dia para o Rio de Janeiro. Você tinha 40 minutos pra mostrar que você sabia fazer alguma coisa. E hoje em dia não, hoje em dia é diferente. [...] Hoje em dia aqui em Curitiba já existem escolinhas só para o público feminino. [...] Então, assim, hoje em dia está mais fácil jogar futebol, hoje nós temos clube, cito como exemplos São Paulo e Santa Catarina, que investem nisso, tem a casa do atleta, que é só do futebol feminino. É diferente, é uma coisa diferente, não é o clube que tem o masculino e tem que montar o feminino de qualquer jeito, não, são pessoas que em algum momento viram a dificuldade do futebol feminino, abraçaram a causa e montaram esses times. (DAYANE ROCHA, 2016).

Sua opinião foi compartilhada por Elisângela Cordeiro, que questionada sobre uma possível evolução no contexto do futebol brasileiro, respondeu afirmativamente que ela ocorreu: “Ah, assim, acho que melhorou bastante, tudo, as condições. Têm alguns campeonatos estaduais, por exemplo, acho que Rio de Janeiro e São Paulo, muito fortes nisso, melhorou bastante, [principalmente o] campeonato Paulista.” (ELISÂNGELA CORDEIRO, 2016).

Joice Luz também mencionou melhorias “[...] porque têm clubes que até têm as categorias de base”. Entretanto logo em seguida relatou que “[...] são raríssimos, são poucos, você conta nos dedos quantos são.” (JOICE LUZ, 2016).

Nesse sentido, sobre os caminhos possíveis para um desenvolvimento contínuo e para a criação de condições melhores para as atletas de futebol feminino no país, Dayane Rocha acredita que, por meio da seleção permanente, o futebol feminino “[...] [mesmo] engatinhando ainda está evoluindo” (DAYANE ROCHA, 2016), mas, ao mesmo tempo, afirmou contundentemente que não sairia de Curitiba para se aventurar em clubes nacionais por ter consciência das condições mínimas de estrutura que estes são capazes de oferecer às suas atletas.

Ou seja, apesar de defender que o futebol feminino esteja evoluindo no país, ela nem sequer pensava na possibilidade de arriscar o conforto de residir na sua cidade natal para aceitar propostas de atuar por clubes brasileiros. Marina Aggio, em tom mais enfático, defendeu que: “A melhora seria que nós, ex-jogadoras, fizéssemos esse retorno pra modalidade e trouxéssemos um pouco da nossa profissionalização pra isso, mas é um mundo extremamente masculino, difícil de penetrar” (MARINA AGGIO, 2016). Seu discurso que cita essa dificuldade de penetração no universo futebolístico coaduna-se com os elementos trazidos há algum tempo por estudos sobre a predominância masculina que impera nesse ambiente, principalmente no que tange aos cargos diretivos dessa e de outras modalidades (MOURÃO; GOMES, 2004). Em um desses estudos é afirmado...

[...] o esporte moderno acaba assumindo um caráter predominantemente masculino – entendendo este masculino em uma de suas formas mais conhecidas e, como dito, dominante. Este esporte foi formado por e para homens e expressa hábitos e identidades masculinas. (KNIJNIK; SOUZA, 2004, p.9)

Marina também argumentou que “[...] precisamos de pessoas mais qualificadas, de jogadoras com visões mais críticas, de reorganização da CBF em relação ao calendário do futebol feminino e um trabalho em conjunto com federações e confederação, sem isso a modalidade não cresce dentro dos estados.” (MARINA AGGIO, 2016). Suas considerações não são comuns às da maioria das mulheres que vivenciam o esporte, já que as lamúrias decorrentes da não espetacularização do futebol feminino estão presentes nos discursos. Discursos estes que são amplamente criticados por Hugo Lovisoló, Antonio Jorge Soares e Tiago Lisboa Bartholo (2006), os quais afirmam que não há mais espaço para lamentações no que tange a sub-valorização das mulheres nos mais variados ambientes sociais, inclusive no esporte, já que os efeitos das diferenças recaem sobre ambos os sexos, e de que, agora, é tempo para decidir o que fazer com o que já foi conquistado. Além disso, a visão de Marina sobre a falta de uma participação ativa das próprias mulheres nas decisões no futebol corrobora a afirmação de que...

Não houve, no esporte, um movimento feminino - menos ainda feminista - pela equalização de gênero, conforme se pode verificar pela ausência de movimento contestador das esportistas brasileiras, num contexto em que é o homem, em sua maioria absoluta, que comanda as federações, confederações, clubes e ligas como dirigente, técnico e árbitro. (MOURÃO, 2000, p. 8).

Outra questão levantada por Marina é a necessária reorganização do calendário, que parece ser um ponto chave para o desenvolvimento da modalidade, já que a atleta disputou várias competições do circuito nacional e não enxerga condições adequadas de disputa e de condução da modalidade pela CBF. A atleta criticou a atuação da CBF no que tange principalmente a formação de atletas, já que disse serem escassos os campeonatos organizados para jogadoras com baixa faixa etária, além de ter defendido que, mesmo os campeonatos existentes para a categoria adulta, não preenchem o calendário anual de maneira satisfatória. As expressões e reações da atleta durante o discurso sobre essas questões revelaram clara irritação, sendo que ela demonstrou estar farta da desorganização com que o futebol feminino é mantido no Brasil. Ela também pareceu duvidar da transparência com que os recursos destinados à modalidade são utilizados. Em relação a estes questionamentos, o futebol feminino não se difere muito de seu correspondente masculino, certo?

Sobre os caminhos possíveis para o desenvolvimento da modalidade, Elisângela Cordeiro opinou que...

[...] acho que para o desenvolvimento do futebol feminino tem muita coisa [ainda a melhorar], principalmente a questão dos clubes e da seleção. Acho que tem que mudar muita coisa, primeiro tem que mudar dentro da CBF. Continuo acreditando depois das Olimpíadas, torci cada jogo, cada minuto para as meninas e eu acho que tem que mudar lá dentro. Acho que continua uma panelinha, eu acho que é preciso pessoas novas ali, pessoas que cobrem mais a questão do futebol feminino não só na seleção em si, mas em todos os estados. (ELISÂNGELA CORDEIRO, 2016).

A atleta referiu-se a uma “panelinha”, provavelmente ao visualizar a grande continuidade de poder existente dentro da confederação, o que dificulta a criação de novos segmentos e da abertura de novos olhares para o universo do futebol feminino no país. Elisângela ainda ponderou...

Eu acho que a realização de um sonho meu, falo assim, posso estar com cinquenta anos, mas eu vou trabalhar pra isso, hoje só estou no fut7, mas assim, a realização de um sonho, porque assim, hoje jogo fut7, mas minha paixão sempre foi campo, sempre foi futebol de campo, então assim, um gosto muito. Um sonho meu, que eu queria ver, é um campeonato brasileiro no estilo do masculino. Acho que todo clube que está disputando a série A do brasileiro masculino tinha que ter um time feminino. Então assim, um time que está na série A tinha que ter um time feminino e a mesma tabela do masculino, mesma tabela no feminino. Claro que na fase final lá, por causa das classificações, iria dar umas contradições na tabela, mas aí você ia ver em todos os estádios. Ah, não tem? Aí você ia ter que chamar atletas, vai ter que compor. Acho que não precisa nem investir na questão do futebol, mas só de

você estar participando, por exemplo assim, vamos imaginar, você tendo o time do Coritiba feminino e o Flamengo do Rio, então assim, o coxa masculino e o Flamengo vão jogar aqui no Couto Pereira, a preliminar antes seria um feminino entre Coritiba e Flamengo e no segundo turno a mesma coisa seria no Maracanã. Então assim, eu espero um dia ver isso. (ELISÂNGELA CORDEIRO, 2016).

A atleta, então, acredita que a força dos gigantes clubes já consolidados no Brasil por meio do futebol de homens poderia trazer a visibilidade que tanto se implora ao futebol de mulheres. Posicionamento parecido aquele defendido por Dayane Rocha, que se demonstrou animada com a adesão de um desses clubes ao universo da modalidade...

Olha, é, assim, fiquei feliz que esse ano a gente teve alguns clubes de camisa montando time, um exemplo deles é o São Paulo, né? [...] Então assim, fico feliz que alguns clubes consigam dar uma grande passada pra frente, mas também é triste ver que outros fecham as portas, né? (DAYANE ROCHA, 2016).

Após essa declaração, a atleta relembrou que o futsal feminino também passa por muitas dificuldades e que por isso o paranaense da modalidade diminuiu as taxas de inscrição e arbitragem para que mais clubes pudessem participar. Falou isso para salientar que...

O futebol de campo não tem campeonato por causa disso [dificuldade financeira], porque o paranaense é feito de ida e volta, então pensa: você pega um time, que é realidade, né?... de Curitiba pra jogar contra Foz de Iguaçu, faz doze horas pra ir, doze horas pra voltar. Olha quanto você gasta pra ir, olha quanto você gasta pra voltar e tem mais taxa de arbitragem, então assim, acredito que em alguns aspectos o futebol anda pra frente e em outro eles voltam pra trás. (DAYANE ROCHA, 2016).

A utilização da paixão clubística poderia realmente ser um fator de mudança para alavancar os times femininos em busca de representatividade e assim proporcionar melhores condições de trabalho para um maior número de atletas. Entretanto, em contraposição a este suposto desenvolvimento que poderia ocorrer com a vinculação de times femininos a grandes nomes do futebol nacional, Marina Aggio defendeu outro argumento...

É outra crítica que eu faço, porque eu acho que enquanto estivermos vinculados às equipes masculinas, em algumas situações, elas estão pouco preocupadas com a modalidade, o que interessa é que elas mantenham a equipe com uma pequena proporção de rendimento às atletas, haja vista que a

dívida que eles têm no ministério público é muito alta e eles são obrigados a manter, porque nem todos os clubes mantem. (MARINA AGGIO, 2016).

Sua opinião é a de que os clubes grandes geralmente só montam equipes femininas ou se associam a elas em decorrência de ações regulamentares que as obriguem ou orientem a isso e, dessa forma, há segundo a atleta uma preocupação apenas com possíveis retaliações e não necessariamente com o desenvolvimento da modalidade. Sua argumentação parece bem coerente, já que se têm exemplos atuais desse modelo de faixa adotado por alguns clubes. Karen Rocha, após relatar que na equipe que defende – Flamengo/Marinha – o clube não tem participação alguma no pagamento dos salários das atletas que vestem seu uniforme, explicou da seguinte forma a parceria...

[...] a Marinha não é clube, é instituição, e por isso ela não pode participar das competições nacionais. Então a maioria dos atletas que treinam, (porque são muitas modalidades, tudo o que você imaginar que tem nas Olimpíadas tem dentro da Marinha, Exército e Aeronáutica, das forças armadas) fazem parceria com os clubes. Então ela já fez parceria com o Vasco, com o Botafogo e agora com o Flamengo. [...] a Marinha entra com o produto que somos nós e eles na verdade só dão a camisa, então o Flamengo só está com essa parceria com a gente porque só está com a camisa. (KAREN ROCHA, 2016).

Divergências à parte, o fato é que Dayane Rocha apontou que o Campeonato Paranaense da modalidade não vem sendo realizado. Informação que também é confirmada ao se visitar o site da Confederação Paranaense de Futebol, no qual se observa que o último campeonato feminino organizado pela entidade aconteceu em 2014, com a participação de apenas três equipes. Nesse sentido, concorda-se com a afirmação de que “Há no FF [futebol feminino] um movimento “sanfona”, ou seja, oscilações constantes que parecem representar uma condição de instabilidade das mulheres nos campos.” (MOURÃO; MOREL, 2005, p. 84).

E isso não é uma realidade exclusiva do Paraná, já que em vários outros estados que são tradicionalmente fortes no âmbito do futebol profissional (masculino) no Brasil, a lógica se mantém, por exemplo: o campeonato goiano também não teve sua edição em 2016, tendo registrado seu último campeonato em 2015, com três equipes; o campeonato carioca foi realizado em 2016 com apenas cinco equipes; o mineiro com seis; e o catarinense com quatro equipes, sendo que esse último é especificado como torneio de futebol amador no site da Confederação Catarinense de Futebol e tem data prevista de realização em um período curtíssimo de tempo – entre os dias 2 e 4 de

dezembro. Além desses, se observa uma iniciativa diferente no Rio Grande do Sul, estado no qual houve um descolamento da Federação Gaúcha de Futebol e foi criada a Associação Gaúcha de Futebol Feminino, a qual organizou em 2016 um campeonato com a participação de 12 times. O campeonato baiano e o pernambucano contaram ambos com a participação de dez equipes. Por fim, tem-se o exemplo de maior sucesso e aquele que oferece parâmetros contundentes para uma boa organização a nível estadual do futebol feminino: o campeonato paulista – composto por 12 equipes em 2016, tendo sido realizado por mais de quatro meses (entre 9 de abril e 28 de agosto) com aproximadamente 80 jogos e acompanhamento regular de notícias referentes aos jogos e clubes publicados no site da federação. Além disso, o Paulistão feminino teve pela primeira vez em seu encerramento a realização de uma festa para premiação das melhores atletas da competição, inclusive com a presença de Oswaldo Furneiro Alvarez (Vadão), técnico da seleção brasileira à época. Muito dessa evolução pode ser ligada a Aline Pelegrino, ex-atleta da seleção brasileira, que se tornou a coordenadora de futebol feminino da Federação Paulista de Futebol (FPF).

Joice Luz, após demonstrar certa desesperança em relação a possíveis melhorias no panorama do futebol feminino no Brasil – “[...] como eu te disse, é tão instável. Eu torço, eu torço para que as coisas só tendam a crescer, entendeu? Mas, da visão que eu tenho, do que eu vivi, não sei muito no que acreditar, entendeu?” (JOICE LUZ, 2016) – comentou...

Eu acho que eles deviam começar cedo, entendeu? Ter mais escolinhas, não só a menina começar com dezesseis anos a jogar, que é o que acontece, né? Vai para os clubes já com quinze, dezesseis anos. Não, começar ali com sete anos, que é o que acontece nos Estados Unidos, sabe? Investir nas categorias de base. (JOICE LUZ, 2016).

Outra atleta que também citou a importância de se incentivar que as meninas comecem a praticar futebol ainda na infância foi Karen Rocha. Ela ainda demonstrou ceticismo em relação a possíveis melhorias de curto prazo e também em relação ao comprometimento das pessoas responsáveis pelo desenvolvimento da modalidade...

[...] o meu sonho é que realmente o esporte tenha o devido valor, e eu sei que não vai ser pra mim, vai ser pra outras jogadoras, outras gerações que vão vir depois. A questão é que eu não consigo ver, o nosso país tem uma corrupção tão grande [risos], as pessoas se vendem por tão pouco, que eu não consigo ver isso tão próximo. [...] foi divulgado algumas coisas, notas assim que a FIFA mandou dinheiro justamente pra difundir o futebol no país. Então assim, se as crianças começarem a ter interesse em jogar futebol, pra mim já

vai ser uma grande coisa, porque, pelo menos, eu, de alguma forma, ajudei. Agora, eu realmente ter certeza que isso vai acontecer, eu já não sei, porque a pessoa que estiver a frente não pode viver nesse mundo de corrupção que acontece no país, ela tem que ter uma cabeça muito boa, então eu já não sei, eu não sei se eu consigo ter esperança. Eu tenho expectativas que aconteça, mas esperança que isso vai acontecer logo [negação com a cabeça]. Na minha geração não. (KAREN ROCHA, 2016).

O discurso de Simone Jatobá também não fugiu desse tom de descrédito que os dirigentes responsáveis pelo futebol têm entre as atletas mulheres no país...

Olha, vivenciando, vivendo e aprendendo agora como treinadora (e atrás de tudo isso também, porque a gente aprende em projetos e muitas outras coisas de como realmente comandar um time), você vê que o Brasil precisa de muita coisa ainda, muita, muita coisa, o Brasil realmente não está nem engatinhando em relação a muitos clubes europeus ou até mesmo de outros continentes. É difícil, é difícil, porque tem que ter um princípio assim pela parte administrativa, né? Regras, entre outras coisas pra você colocar pra que um time, pra que um campeonato [evolua]. Compromisso e dedicação, né? Isso tudo a gente não vê muito aqui, se vê mais interesse pelo financeiro, realmente esquece que esse financeiro acaba e depois não tem mais nada e inclusive não tem mais time. Então você tem que começar realmente pelo princípio, né? Pra que as coisas deem certo. Eu acho que o mais simples vai ser depois dentro de campo. O fora de campo aqui está realmente bem complicado. (SIMONE JATOBÁ, 2016).

Simone demonstrou mais uma vez sua visão calcada pela experiência de jogar fora do país ao comparar o desenvolvimento do futebol feminino no Brasil ao de outros continentes. Ela também defendeu que a melhoria nas condições técnicas do futebol nacional deve passar obrigatoriamente pelo desenvolvimento de estruturas e regulamentos que facilitem a participação da mulher nesse esporte.

3.4 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A primeira breve constatação ou reflexão retirada das considerações e narrativas reveladas pelas atletas foi a de que suas críticas destinadas ao modelo de organização da CBF poderiam não ter sido as mesmas se elas ainda estivessem inseridas no contexto da seleção brasileira. Muitas delas já viveram boa parte de suas carreiras e algumas já não disputam campeonatos profissionais, assim não tiveram motivos para preservar as suas imagens junto à entidade, já que não possuem mais aspirações de serem convocadas.

Suas falas também demonstraram que as participações em convocações da seleção brasileira se constituíram como momentos de grande orgulho, com efeitos em

suas vidas até a atualidade – elemento que pode ser entendido como a representação de um sentimento de pertencimento a uma identidade nacional²².

O sentido prático do que se pode identificar em suas narrativas é a de que a estrutura oferecida pela CBF para a seleção brasileira parece ser uma grande exceção em meio ao universo caótico que a modalidade vive no país. As condições dos clubes e dos campeonatos nacionais são precárias, as jogadoras recebem salários baixos e, geralmente, não conseguem viver apenas com os ganhos da modalidade e quando são convocadas passam a ter contato com instalações, acompanhamento profissional e regularidade de treinamentos que não estavam acostumadas. Além disso, as atletas relataram que as diárias recebidas pelos períodos de serviço à seleção brasileira representavam um alento nas condições em que muitas atletas se encontravam.

Outro aspecto percebido dizia respeito ao pouco acompanhamento possível do universo do futebol de mulheres no Brasil pela própria comissão técnica da seleção brasileira, visto que uma das atletas narrou que, na época em que jogava, anteriormente a uma convocação as pessoas responsáveis pela equipe não sabiam ao menos sua condição física. Isso fazia com que as atletas fossem muitas vezes chamadas a partir de contatos com pessoas envolvidas nesse cenário, como foi o caso de Karen Rocha e Joice Luz que puderam demonstrar suas capacidades ao serem treinadas em outros momentos pelo próprio técnico da seleção e posteriormente foram convocadas. E também que poucas mudanças ocorressem na base da equipe, já que uma vez chamadas, as atletas tendiam a continuar fazendo parte do grupo por bastante tempo. Situação que acarretou certo desconforto para atletas novas naquele meio.

A seleção permanente, segundo a maioria das atletas, pode ser considerada o maior exemplo de uma aparência que a entidade tenta criar. Ela garante que as melhores jogadoras do país treinem em tempo integral sob sua tutela, no intuito de obter ótimos resultados em megaeventos (que são os que aparecem e repercutem amplamente na mídia), mas ao mesmo tempo deixa os clubes “ao Deus dará”, como nos lembrou Marina Aggio.

Algumas particularidades da modalidade também foram percebidas em suas narrativas. Por exemplo: as contratações eram feitas geralmente sem o auxílio de

²² [...] a identidade é uma construção simbólica que se faz em relação a um referente. Os referentes são múltiplos, étnicos, de gênero, regionais e, no caso que nos interessa, nacionais. Neste sentido, toda identidade é uma representação e não um dado concreto que pode ser elucidado ou descoberto, não existe identidade autêntica ou inautêntica, verdadeira ou falsa, mas representações do que seria um país e seus habitantes. (ORTIZ, 2013, p. 621-622).

empresários e por meio de esforços individuais das próprias atletas ou a partir de contatos dentro das comunidades que elas mesmas formavam. Por isso as relações pessoais tornam-se tão importantes nesse meio.

Uma das questões mais perceptíveis ao se analisar as narrativas foi que estas constroem um panorama totalmente diverso do futebol praticado no Brasil em relação àquele que é desenvolvido em países europeus nos quais algumas atletas jogaram. Segundo elas, seus salários nesses países eram bastante satisfatórios e substancialmente superiores aos que se ganhava no Brasil, além disso, as instalações dos clubes, a logística das viagens, as condições dos campos, as comissões profissionais e a apreciação do público constituíam um contexto diferenciado e uma rotina que fizeram com que elas se sentissem realmente profissionais naqueles lugares, em contraposição ao amadorismo que descreveram ter vivenciado no Brasil, onde praticamente não há investimento privado no futebol feminino e os clubes acabam por constituir um ciclo instável de montagem e rápida desfiguração das equipes. Justamente por isso, aspectos de decepção por não terem conseguido atuar em outros países puderam ser percebidos nas narrativas daquelas atletas que jogaram por clubes somente no país.

Apesar disso, alguns aspectos não permitem que a situação nacional seja considerada terra arrasada, visto que houve em suas narrativas a menção a algumas iniciativas responsáveis por proporcionar condições favoráveis às atletas. Karen Rocha na época da entrevista estava treinando e defendendo a camisa do Flamengo em parceria com a Marinha do Rio de Janeiro, a qual era responsável por seu salário; Joice Luz e Simone Jatobá relataram períodos em que disputando campeonatos por grandes clubes – São Paulo e Santos – conseguiram viver apenas com os ganhos advindos de sua prática esportiva e praticamente todas as atletas defenderam que nos últimos anos as oportunidades para meninas ingressarem na prática do futebol têm aumentado consideravelmente.

Para o desenvolvimento da modalidade, as atletas descreveram algumas alternativas, das quais se destacam um maior investimento nas categorias de base e a maior participação das próprias atletas na organização do futebol. Além disso, entre algumas delas surgiu a ideia de que seria necessário que grandes clubes investissem em equipes femininas para que lhe fossem agregadas representatividade. Torna-se importante ouvir e expor essas opiniões já que foram as atletas que conviveram durante muito tempo nesse universo do futebol feminino brasileiro e na seleção brasileira e assim podem trazer aspectos práticos desse esporte. A História Oral pode contribuir

nesse sentido, visto que a utilização da voz “[...] altera não só a textura da história, mas seu conteúdo. Desloca o centro de atenção, das leis, estatísticas, administradores e governos, para as pessoas.” (THOMPSON, 1992, p. 334).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS – para além de deduções científicas

Posteriormente a apresentação das narrativas das atletas nos capítulos anteriores, foram expostas considerações preliminares sobre os temas trabalhados. Assim, em última instância optou-se pela apresentação das nuances que caracterizaram o trabalho de pesquisa a partir da utilização das vozes dessas agentes que constituíram suas vidas em torno da prática de futebol.

Primeiramente é importante frisar como a pesquisa modificou a visão da própria pessoa que a conduziu. A partir das falas das atletas e das ponderações do orientador desse trabalho, algumas ideias enraizadas começaram a perder contato com o solo, já que se esperava encontrar nas entrevistas um tom reivindicatório por parte das atletas em relação ao contexto do futebol feminino e questões sexistas, mas o que mais se pôde perceber foi o sentimento de orgulho que elas demonstravam por terem constituído trajetórias vitoriosas dentro de um meio tão competitivo como o esporte, mesmo que essas tenham se caracterizado como de alternância entre bons e maus momentos.

Apesar dessa pequena similaridade entre as falas, os demais aspectos das narrativas dificilmente seguiram uma lógica de uniformidade entre os discursos, fato que dificultou o trabalho em um primeiro momento, já que na ânsia de construir teorias ou hipóteses buscava-se um fio condutor que desse sentido ao trabalho, até que após alguns momentos de angústia houve o entendimento de que os preceitos há tempos pregados pelos estudiosos da História Oral são realmente atuantes no cenário daquele que se presta ao trabalho de análise das fontes orais – não existe uma verdade, mas sim verdades dentro das variadas formas de se narrar os acontecimentos de uma vida ou de uma trajetória. Entretanto, antes dessa constatação alguns equívocos ocorreram na condução das entrevistas, visto que a partir do posicionamento ou de fatos evocados por outras atletas, procurou-se de forma precipitada nas entrevistadas uma concordância com aquelas opiniões.

Essas diferentes narrativas foram logicamente proporcionadas pelas diferentes personalidades e experiências com as quais se estava dialogando, mas também por questões práticas específicas do trabalho que puderam ser posteriormente notadas. Por exemplo, a narrativa mais solta e, assim, conseqüentemente mais longa, foi cedida pela atleta que recebeu a pesquisadora em sua própria casa. Então mais à vontade e sem compromissos posteriores que precisasse se preocupar, ela proporcionou uma conversa leve, a partir da qual o resultado parece ter sido satisfatório para as pessoas que estavam

em ambos os lados do gravador. Já uma das entrevistas foi apresentada de forma bastante concisa, e isso pode ter sido resultado de um acúmulo de fatores, já que a gravação foi feita com a utilização de uma câmera profissional que claramente deixou a entrevistada pouco à vontade, outras pessoas estavam presentes no local da gravação, o que pode ter alterado sua forma de narrativa e a entrevista foi realizada a noite e na Universidade Federal do Paraná (em local estranho para a atleta e após sua jornada de trabalho), o que provavelmente causou que ela não estivesse confortável para tal diálogo. Essas considerações vieram à tona após a constatação de que durante a carona de volta para sua casa, a atleta lembrou vários outros momentos os quais gostaria de ter compartilhado no momento da entrevista, admitindo que havia ficado nervosa pela formalidade apresentada no momento anterior. Outro exemplo da instabilidade ao qual se está sujeito ao trabalhar com fontes orais pôde ser visto na narrativa da atleta que ainda atuava profissionalmente na Europa na época da entrevista. Como ela passava apenas curtos períodos de tempo no Brasil, eles se tornavam bastante preenchidos por compromissos. Assim, a partir de um determinado ponto durante a entrevista, ela ficou um pouco agitada por estar demorando mais do que havia previsto, haja vista que na mesma data e no mesmo local, outra atleta também tinha sido entrevistada e isso atrasou o início de sua entrevista. Isso fez com que os últimos momentos de sua narrativa fossem compostos por respostas mais curtas e específicas, seguidas de um pedido de desculpas pela pressa e uma explicação de que aquilo era em razão de um compromisso posterior, para o qual ela já estava atrasada.

Tais experiências demonstraram como as variáveis de um encontro com os colaboradores de uma pesquisa interferem na forma como histórias de vida e trajetórias são narradas e como a participação do pesquisador é atuante na exposição da opinião dos entrevistados.

Por fim, tomando como base as opiniões dessas atletas, os conhecimentos adquiridos por meio de pesquisas e o acúmulo de experiências a partir do próprio convívio no universo do futebol feminino, pretende-se agora a exposição de algumas constatações e sugestões pessoais sobre as características dessa modalidade e os possíveis caminhos para seu desenvolvimento no Brasil, fundindo neste momento vivências teóricas e práticas da pesquisadora.

Primeiramente acredita-se que o mais sensato ao se tratar do universo do futebol feminino seja admitir a presença da homossexualidade nesse meio e tratá-la com a naturalidade necessária, haja vista que este se configura como um ambiente no qual

muitas mulheres se sentem livres para viver suas sexualidades da forma que desejam, em contraposição aos demais variados meios sociais, nos quais ainda há uma resistência bastante grande às pessoas que não seguem os padrões heteronormativos. A prática do futebol insere essas mulheres em grandes comunidades de relações sociais, nas quais elas já não são mais consideradas desvios ou diferentes. O problema se dá então a partir de um olhar externo que muitas vezes estigmatiza o todo, como se então qualquer mulher que optasse por essa prática estivesse conseqüentemente atrelada à homossexualidade, o que na maioria das vezes traz grande incômodo às mulheres heterossexuais.

Fazendo uma reflexão sobre os temas tratados nessa pesquisa, entende-se que a negação fez com que, por muito tempo, tentativas de esconder ou maquiagem essas características da modalidade fossem executadas. Várias ações aconteceram para que as atletas ficassem mais próximas do modelo feminino vigente na sociedade, a fim de desvincular suas imagens de uma aproximação com o masculino e, conseqüentemente, da homossexualidade – pareando-as assim às expectativas sociais de padronização, já que tudo que é desviante tende a incomodar olhos que julgam e são julgados.

Bem, acredita-se que para que o futebol feminino no Brasil torne-se uma modalidade mais estável e rentável para as atletas, tanto como mais consumida pelo público é necessário que se criem centros alternativos para seu desenvolvimento, ou seja, clubes em cidades pequenas nas quais ainda não haja grandes equipes de futebol masculino responsáveis por concentrar todas as atenções e investimentos locais (indo contra o proposto ou defendido por algumas atletas de que seria necessária a intervenção dos gigantes do futebol brasileiro na modalidade). Isso geraria um envolvimento grande da população local e um conseqüente maior investimento privado nessas equipes. Essa criação de um cenário próprio também passa pela prática da modalidade em horários diferentes daqueles os quais já estão consagrados ao futebol masculino, como quartas-feiras à noite e domingos à tarde.

Ainda se defende que o calendário de jogos nacionais deveria ser mais amplo, no intuito de manter as atletas atuando constantemente e fazendo assim com que suas atividades e ganhos financeiros fossem mais estáveis, haja vista que no modelo atual muitas vezes elas são dispensadas a partir do encerramento das competições, e dessa forma, recebem salários apenas por determinados períodos durante o ano. Além disso, acredita-se que uma alternativa interessante para aumentar a visibilidade dos jogos femininos seria que o Campeonato Brasileiro, principal campeonato do calendário

competitivo da modalidade, não fosse realizado no mesmo período que seu referente masculino, mas sim em períodos nos quais ainda estivessem ocorrendo os estaduais dessa modalidade (que comparativamente possuem menor apelo que torneios nacionais), haja vista que assim seria mais fácil atrair atenção midiática e de público para o torneio feminino, o qual, com grande divulgação, poderia proporcionar jogos finais e decisivos com bastante repercussão.

Outro ponto a ser problematizado é a necessidade de que mais mulheres acompanhem a própria modalidade feminina. O que se percebeu nas entrevistas foi que em alguns momentos as atletas pediram a aceitação dos homens envolvidos com o esporte, mas se as próprias mulheres passassem a praticar e repercutir mais os jogos femininos, a modalidade poderia ser autossuficiente. É difícil que homens apreciem partidas femininas de futebol porque o imaginário é de que as habilidades e a força física das mulheres não proporcionam espetáculos agradáveis, ainda mais porque há a constante comparação ao masculino.

Entretanto, o sucesso europeu aqui narrado pelas atletas aponta para a possibilidade que de uma forma organizada e com clubes bem estruturados, os campeonatos femininos possam envolver razoáveis públicos, sendo que se reitera que o modelo para proporcionar partidas de alto nível e bem disputadas é o equilíbrio de forças entre variados clubes, ou seja, sem a reunião de todas as atletas mais bem avaliadas tecnicamente em uma única equipe. Sem competitividade não há expectativa de grandes disputas. Assim, uma boa solução seria que o modelo adotado pelo voleibol no país também fosse utilizado pelo futebol feminino – a partir de um sistema no qual é dada uma pontuação às atletas em decorrência de sua avaliação técnica e de importância nacional, as equipes só poderiam atingir um determinado total de pontos na formação de seus plantéis.

Como última impressão, salienta-se que as novas iniciativas no cenário competitivo do futebol feminino brasileiro parecem apontar para um real crescimento da modalidade, principalmente pela maior participação de ex-jogadoras na gestão e administração do esporte, mesmo que grandes conquistas da seleção brasileira em competições internacionais continuem sendo um sonho ainda não realizado. O mais importante é encontrar formas para que mais atletas possam viver como profissionais de futebol e tenham condições dignas no país. Espera-se que esse momento não seja apenas mais um daqueles de grande esperança seguidos de mais promessas descumpridas e planos não concretizados.

Por fim destinam-se algumas linhas no intuito de agradecimento às atletas que colaboraram com essa pesquisa. Todas foram de extrema importância para a constituição do trabalho que aqui se encerra, haja vista que foram elas próprias as fontes que possibilitaram as reflexões e caracterizações expostas. Além disso, essas mulheres demonstraram grande respeito às pessoas que conduziram o trabalho e disponibilidade constante aos aspectos necessários às suas participações, tanto anterior quanto posteriormente a realização das entrevistas. Portanto, considera-se esse trabalho como uma construção mútua entre pesquisadores e colaboradoras, sem as quais nenhuma dessas páginas poderia ter sido escrita.

5. REFERÊNCIAS

- ADELMAN, M. Mulheres no esporte: corporalidades e subjetividades. *Movimento*, v.12, n. 01, Porto Alegre, p. 11-29, jan./abr. 2006.
- ALBERTI, V. *Ouvir Contar: textos em história oral*. Editora FGV. 1. ed. Rio de Janeiro, 2004.
- _____. *Manual de História Oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- _____. *Histórias dentro da história*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*, São Paulo: Contexto, p. 155-202, 2008.
- ALTMANN, H. Marias (e) homens nas quadras: ocupação do espaço físico escolar. *Educação & Realidade*, v. 24, n. 2, p. 157-173, 1999.
- ALTMANN, H; REIS, H.H.B. Futsal feminino na América do Sul: trajetórias de enfrentamentos e de conquistas. *Movimento*, Porto Alegre, v. 19. n. 3, p. 211-232, 2013.
- ALTMANN, H; AYOUB, E; AMARAL, S. C. F. Gênero na prática docente em Educação Física: meninas não gostam de suar, meninos são habilidosos ao jogar? *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 491-501, maio/ago. 2011.
- BARLEM, C. Seleção feminina: em draft da CBF, Formiga é escolhida por “toda a Bahia”. 23 fev. 2016 Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/futebol/noticia/2016/02/selecao-feminina-em-draft-da-cbf-formiga-e-escolhida-por-toda-bahia.html>>. Acesso em: 02 jan. 2017.
- BORGES, L. *Manifesto do futebol feminino: “em crise desde que nasceu”*. 14 ago. 2014. Disponível em: <<http://esportes.terra.com.br/blogdoboieiro/blog/2014/08/14/estrelas-do-futebol-feminino-lancam-manifesto-nuas-e-cruas/>>. Acesso em: 21 mar. 2016.
- BRASIL. Conselho Nacional de Desportos. Decreto-Lei no. 3199. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1941.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero – feminismo e subversão de identidade*. Civilização brasileira. 8. ed. Rio de Janeiro. 2015.
- CANDAU, J. *Memória e Identidade*. Contexto. 1. ed. São Paulo, 2011.
- CBF. Raio-X do futebol: salário dos jogadores. 23 fev. 2016. Disponível em: <<http://www.cbf.com.br/noticias/a-cbf/raio-x-do-futebol-salario-dos-jogadores#.WCyGjLIrLIU>>. Acesso em: 16 nov. 2016.
- CEME. Entrevista com Emily Alves da Cunha Lima a cargo da jornalista Lu Castro para o Projeto Visibilidade para o Futebol Feminino. 14 mar. 2015. Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/126775/000971817.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

CEMEa. Entrevista com Sisleide Lima do Amor a cargo da pesquisadora Silvana Vilodre Goellner para o Projeto Garimpando Memórias. 27 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/139188/000989822.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

CONNELL, R; MESSERCHMIDT, J. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.

DAMO, A. S. A dinâmica de gênero nos jogos de futebol a partir de uma etnografia. *Gênero*, Niterói, v. 7, n. 2, p. 137-152, 2007.

DARIDO, S. C. Futebol Feminino no Brasil: do seu Início à Prática Pedagógica. *Motriz*, Rio Claro, v. 8, n. 2, p. 1-7, ago. 2002.

FERRETI, M. A. C. et al. O Futebol Feminino nos Jogos Olímpicos de Pequim. *Motriz*, Rio Claro, v.17, n. 1, p.117-127, jan./mar. 2011.

FRANZINI, F. Futebol é “coisa para macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 315-328, dez. 2005.

FURLAN, C. C.; SANTOS, P. L. Futebol feminino e as barreiras do sexismo nas escolas: reflexões acerca da invisibilidade. *Motrivivência*, Florianópolis, Ano XX, n. 30, p. 28-43, jun. 2008.

GABRIEL, B. J. *A cobertura acerca da seleção brasileira de futebol feminino realizada pelo caderno de esporte do jornal folha de S. Paulo (1991-2011)*. 2015. 229 f. Dissertação (Mestrado em ciências sociais aplicadas) – Pró-reitoria de pesquisa e pós-graduação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa. 2015.

GLOBOESPORTE. Futebol feminino tem média de público superior a 16 mil nos estádios. 04 ago. 2016. Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/futebol/noticia/2016/08/futebol-feminino-tem-media-de-publico-superior-16-mil-nos-estadios.html>>. Acesso em: 24 nov. 2016.

GOELLNER, S. Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica. 1999. 187f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

_____. Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. *Pensar a Prática*, Goiás, v. 8, n. 1, p. 85-100, jan./jun. 2005.

_____. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. *Revista brasileira de Educação Física e Esportes*, São Paulo: v. 19, n. 02, p. 143-151, abr./jun. 2005a.

GRELE, R. J. Pode-se confiar em alguém com mais de 30 anos? Uma crítica construtiva à história oral. In: FERREIRA, M. M; AMADO, J. (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. 8ª ed. Editora FGV. 2006. p. 267-277.

JORNAL DOS SPORTS. *N'um match feminino, houve pancada a valer*. Rio de Janeiro, 19 maio 1931. n. 56. p. 2.

JOUTARD, P. História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, M. M; AMADO, J. (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*, Rio de Janeiro: Editora FGV. p. 15-25, 2006.

KNIJNIK, J. D, SOUZA, J. S. S. Diferentes e desiguais: relações de gênero na mídia esportiva brasileira. In: Simões AC, Knijnik JD, organizadores. *O mundo psicossocial da mulher no esporte: comportamento, gênero, desempenho*. São Paulo: Aleph; 2004, p. 191-212.

KNIJNIK, J. D.; VASCONCELLOS, E. G.. Sem impedimento: o coração aberto das mulheres que calçam chuteiras no Brasil. In: COZAC, J. R. *Com a cabeça na ponta da chuteira - ensaios sobre a psicologia do esporte*. São Paulo, Annablume/Ceppe, 2003.

LE BRETON, D. *A sociologia do corpo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes; 2006.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOVISOLO, H.; SOARES, A. J.; BARTHOLO, T. L. Feministas, mulheres e esporte: questões metodológicas. *Movimento*, Porto Alegre, v. 12, p. 165-191, 2006.

LOWENTAL, D. Como conhecemos o passado. *Proj. História*, São Paulo, v. 17, p. 63-201, nov. 1998.

LOZANO, J. E. A. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, M. M; AMADO, J. (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*, Rio de Janeiro: Editora FGV. p. 15-25, 2006.

MARTINS, L. T; MORAES, L. O futebol feminino e sua inserção na mídia: a diferença que faz uma medalha de prata. *Pensar a Prática*, Goiás, v. 10. n. 1. p. 69-81, jan./jun. 2007.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2014.

- MEIHY, J. C. B.; RIBEIRO, S. L. S. *Guia prático de história oral*. São Paulo: Contexto, 2011.
- MORAES E SILVA, M.; FONTOURA, M. P. Educação do corpo feminino: um estudo na Revista Brasileira de Educação Física (1944-1950). *Revista brasileira de Educação Física e Esportes*, São Paulo, v. 25, n. 02, p. 263-75, abr./jun. 2011.
- MOREL, M; SALLES, J. G. C. DA COSTA, L. (orgs.). *Atlas do esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006.
- MORENO, J. C. Revisitando o conceito de identidade nacional. In: RODRIGUES, C. C.; LUCA, T. R.; GUIMARÃES, V. (orgs.). *Identidades brasileiras: composições e recomposições* [online]. São Paulo: Editora UNESP, p. 7-29, 2014.
- MOURA, E. J. L. *As relações entre lazer, futebol e gênero*. 2003. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
- MOURÃO, L. Representação social da mulher brasileira nas atividades físico-desportivas: da segregação à democratização. *Movimento*, Porto Alegre, v. 02. n. 13, p. 5-18, 2000.
- MOURÃO, L.; GOMES, E. M. P. Mulheres na Administração Esportiva Brasileira: uma trajetória em curso. p. 305-318. In: SIMÕES, A. C.; KNIJNIK, J. D. (orgs.). *O mundo psicossocial da mulher no esporte – comportamento, Gênero, Desempenho*. São Paulo: Aleph, 2004.
- MOURÃO, D. MOREL, M. As narrativas sobre o futebol feminino: o discurso da mídia impressa em campo. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 26, n. 02, p. 73-86, jan. 2005.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.
- NOVAES J. V.; VILHENA, J. De Cinderela a Moura Torta: sobre a relação mulher, beleza e feiúra. *Interações*, São Paulo, v. 8, n. 15, p. 9-36, jan./jun. 2003.
- OLIVEIRA, G.; CHEREM, E. H. L.; TUBINO, M. J. G. A inserção histórica da mulher no esporte. *Revista brasileira Ciência e Movimento*, Brasília, v. 16, n. 2: p. 117-125. 2008.
- PADIN, G. El País. Andressa Alves: “O futebol feminino não tem o apoio que gostaríamos”. 15 dez. 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/13/deportes/1481653615_571437.html>. Acesso em: 20 dez. 2016.
- PASSERINI, L. *A memória entre política e emoção*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

- PATAI, D. *História oral, feminismo e política*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- PFISTER, G. Líderes femininas em organizações esportivas: tendências mundiais. *Movimento*, Porto Alegre, v. 9, n. 2. p. 11-35, 2003.
- PISANI, M. S. Migrações e deslocamentos de jogadoras de futebol: mercadoria que ninguém compra? *Revista Esporte e Sociedade*, Niterói, ano 9, n. 23, p. 1-10, mar. 2014.
- POLI, G.; CARMONA, L. *Almanaque do futebol*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p 3-15, 1989.
- _____. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- PORTELLI, A. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.
- _____. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, v. 14, fev. 1997.
- _____. *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e Voz; 2010.
- _____. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- RODRIGUES FILHO, M. *O negro no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 5. ed. 2010.
- ROMERO, E. et al. O olhar da imprensa sobre o vôlei feminino: quando a sombra se destaca. *Salusvita*, Bauru, v. 33, n. 1, p. 17-44, 2014.
- SALES, S.; PARAÍSO M. A. Juventude ciborgue e a transgressão das fronteiras de gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 535-548, 2011.
- SALGADO, D.; COLOMBARI, E. UOL. 'Meninas dão de quatro'? *Jornal do AM admite excesso e promete retratação*. 12 dez. 2016. Disponível em: <<http://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2016/12/12/meninas-dao-de-quatro-jornal-do-am-admite-excesso-e-promete-retratacao.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2016.
- SALVINI, L; MARCHI JUNIOR, W. Uma história do futebol feminino nas páginas da Revista Placar entre os anos de 1980-1990. *Movimento*, Porto Alegre, v. 19, n. 01, p. 95-115, jan./mar. 2013.
- _____. Velhos tabus de roupa nova: o futebol feminino na revista Placar entre os anos de 2000-2010. *Praxia*, v. 1, n. 2, p. 55-66, 2013b.

_____. Notoriedade mundial e visibilidade local: o futebol feminino na revista *placar* na década de 1990. *Sociologias plurais*, v. 1, n. 1, p. 144-159, 2013c.

SANTOSFC. *Reestreia das sereias da vila terá transmissão da Santa Cecília TV*. 13 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.santosfc.com.br/2015/04/reestreia-das-sereias-da-vila-tera-transmissao-da-santa-cecilia-tv/>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

SARMENTO, C. E. *A regra do jogo: uma história institucional da CBF*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SETO, Guilherme. *Seleção feminina de futebol paga até R\$ 13,5 mil e sofre com assédio chinês*. 9 ago. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/08/1800587-selecao-feminina-de-futebol-paga-ate-r-135-mil-e-sofre-com-assedio-chines.shtml>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

SIMÕES, A. C.; CONCEIÇÃO, P. F. M. C.; NERY, M. A. C. Mulher, Esporte, Sexo e Hipocrisia. In: SIMÕES, A. C.; KNIJNIK, J. D. (orgs.). *O mundo psicossocial da mulher no esporte: comportamento, gênero, desempenho*. São Paulo: Aleph; p. 61-86, 2004.

SIMÕES, A. C.; CORTEZ, J. A. A.; CONCEIÇÃO, P. F. M. Mulher e Esporte de Competição e de Rendimento: as várias fases do social, do biológico e do psicológico. In: SIMÕES, A. C.; KNIJNIK, J. D. (orgs.). *O mundo psicossocial da mulher no esporte: comportamento, gênero, desempenho*. São Paulo: Aleph, p. 131-152, 2004.

SMOLKA, A. L. B. A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural. *Educação & Sociedade*, Campinas, ano XXI, n. 71, jul. 2000.

SOARES, A. J. História e Invenção das Tradições no Campo do Futebol. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 23, p. 119-146, 1999.

SOUSA, E.S.; ALTMANN, H. Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar. *Cadernos Cedes*, ano XIX, v. 48, p. 52-68, 1999.

SOUZA, J. S. S.; KNIJNIK, J. D. A mulher invisível: gênero e esporte em um dos maiores jornais diários do Brasil. *Revista Brasileira de Educação Física e Esportes*, São Paulo, v.21, n.1, p.35-48, jan./mar. 2007.

SOUZA JÚNIOR, O. M.; DARIDO, S.C. A prática do futebol no ensino fundamental. *Motriz*, Rio Claro, v. 8, n.1, p. 1-9, 2002.

THOMPSON, P. *A voz do passado – história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, A. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. *Projeto História*, São Paulo, v. 17, p. 51-84, abr. 1997.

TOURTIER-BONAZZI, C. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*, Rio de Janeiro: Editora FGV. p. 233-245, 2006.

TRIBUNA. *Futebol feminino brasileiro pede socorro*. 26 dez. 2016. Disponível em: <<http://www.tribunapr.com.br/esportes/futebol-feminino-brasileiro-pede-socorro/>>.

Acesso em: 01 jan. 2017.

UOL. *De biquíni, sereias da vila apresentam calendário do centenário*. 14 abr. 2011.

Disponível em: <<http://virgula.uol.com.br/esporte/de-biquini-sereias-da-vila-apresentam-calendario-do-centenario/#img=60&galleryId=613661>>. Acesso em: 26 out. 2016.

UOL. *Audiência da final da Copa do Mundo cresce 12% e alcança 1 bi de pessoas*. 16 dez. 2015. Disponível em: <<http://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2015/12/16/audiencia-da-final-da-copa-do-mundo-cresce-12-e-alcanca-1-bi-de-pessoas.htm>>.

Acesso em: 21 mar. 2016.

VEJA. *Veteranas temem pelo futuro do futebol feminino*. 16 ago. 2016. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/esporte/veteranas-temem-pelo-futuro-do-futebol-feminino/>>.

Acesso em: 14 dez. 2016.

VIANNA, C.; FINCO, D. Meninos e meninas na Educação Infantil – uma questão de gênero e poder. *Cadernos Pagu*, v. 33, p. 265-283, jul./dez., 2009.

WISNIK, J. M. *Veneno Remédio – o Futebol e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ZERO HORA. *Após seleção ficar sem bronze, Marta e Formiga pedem apoio: “Não desistam da gente”*. 19 ago. 2016. Disponível em:

<<http://zh.clicrbs.com.br/rs/esportes/olimpiada/noticia/2016/08/apos-selecao-ficar-sem-o-bronze-marta-e-formiga-pedem-apoio-nao-desistam-da-gente-7301053.html#>>.

Acesso em: 14 dez. 2016.

ANEXOS

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: QUE TEMPO BOM...NAQUELA ÉPOCA...: perscrutando as memórias e as narrativas do esporte

Pesquisador: André Mendes Capraro

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 51225615.5.0000.5540

Instituição Proponente: Instituto de Ciências Humanas/UNB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.469.110

Apresentação do Projeto:

Nesse projeto, abordar-se-á o esporte manifesto pelas fontes orais, partindo de procedimentos teórico-metodológicos da História Oral, que, em suma, pode contribuir em uma perspectiva diferente das análises históricas tradicionais de fontes pré-existentes. A História Oral pode contribuir de forma singular, proporcionando até mesmo a construção de novas possibilidades de se olhar um determinado fenômeno esportivo, contribuindo assim para mudanças na realidade social do objeto estudado e atribuindo uma visão diferenciada da proposta pelos documentos oficiais, que geralmente permeiam as pesquisas na história do esporte. Neste sentido, objetiva-se, nessa proposta, descrever e problematizar, por meio dos procedimentos metodológicos da História Oral híbrida ou pura, a maneira como atletas, técnicos, dirigentes e afins constroem uma memória sobre as suas respectivas experiências.

Objetivo da Pesquisa:

Geral: Descrever e problematizar, por meio dos procedimentos metodológicos da História Oral híbrida ou pura, a maneira como atletas, técnicos, dirigentes e afins constroem uma memória sobre as suas respectivas experiências.

Específicos: Pesquisar o esporte em congruência com as Ciências Humanas a partir memória de agentes que vivenciaram ou testemunharam fatos/momentos históricos significativos. Debater o

Continuação do Parecer: 1.469.110

uso dos relatos orais como material de análise e as principais matrizes teóricas da metodologia denominada História Oral. Diagnosticar o estado da arte dos estudos referentes ao esporte que tenham como proposta metodológica central o uso da entrevista.

Entender o fenômeno esportivo de acordo com uma faceta diferenciada da apresentada pelos documentos oficiais e demais tipologias de fontes. Refletir sobre o conceito de memória de vida, partindo do pressuposto que os discursos, lembranças e esquecimentos, apontam não para a verdade, mas sim, para a exposição e ocultamento consciente e inconsciente de experiências vividas ou testemunhadas. Repensar o esporte a partir de estudos de caso, apropriando-se como recurso complementar à História Oral, os preceitos da Micro-História. Ampliar a compreensão do campo esportivo através da coleta de depoimentos de referências acadêmicas em práticas esportivas específicas e/ou no fenômeno esporte em seu sentido mais amplo. Historicizar os períodos delimitados nos subprojetos, partindo-se da premissa de que é necessário para melhor compreensão dos relatos orais obtidos com os agentes elencados.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O pesquisador apresenta riscos mínimos para os sujeitos. Os benefícios são visualizados do ponto de vista teórico.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa busca congrega um conjunto de objetivos, que serão desenvolvidos por pesquisadores de diferentes níveis. Trata-se de um projeto amplo, desenvolvido ao longo de anos e que apresenta uma abordagem teórica comum, mas recrutamento dos sujeitos de forma diferenciada para cada objetivo específico. Trata-se de um projeto que utilizará metodologias qualitativas de coleta de dados.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O pesquisador apresenta os termos previstos na Resolução CNS 466/12. Os termos não apresentados são justificados.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O pesquisador atendeu as pendências emitidas no parecer anterior.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: CAMPUS UNIVERSITARIO DARCY RIBEIRO - ICC ç ALA NORTE ç MEZANINO ç SALA B1 ç 606 (MINHOÇÃO)
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3307-2760 **E-mail:** ihd@unb.br

**INSTITUTO DE CIENCIAS
HUMANAS / UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA / CAMPUS**



Continuação do Parecer: 1.469.110

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_628787.pdf	28/03/2016 15:43:09		Aceito
Outros	CartaEsclarecimentos_Pendencias_Capraro.pdf	28/03/2016 15:42:19	Rafael Orlando de Oliveira	Aceito
Outros	CartaEncaminhamento_Corrigida_Capraro.pdf	28/03/2016 15:40:56	Rafael Orlando de Oliveira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDetalhadoFinal_Corrigido_Capraro.pdf	28/03/2016 15:40:20	Rafael Orlando de Oliveira	Aceito
Cronograma	Cronograma_Corrigido_Capraro.pdf	28/03/2016 15:39:49	Rafael Orlando de Oliveira	Aceito
Outros	DeclaracaoOrientacaoRafael_Capraro.pdf	22/11/2015 15:32:36	André Mendes Capraro	Aceito
Outros	DeclaracaoOrientacaoMaria_Capraro.pdf	22/11/2015 15:32:12	André Mendes Capraro	Aceito
Outros	DeclaracaoOrientacaoEverton_Capraro.pdf	22/11/2015 15:31:50	André Mendes Capraro	Aceito
Outros	instrumentocoletadedados_justificativa_capraro.pdf	22/11/2015 15:29:36	André Mendes Capraro	Aceito
Outros	folhaderosto_justificativa_capraro.pdf	22/11/2015 15:29:00	André Mendes Capraro	Aceito
Outros	AnaliseMerito2_Capraro.pdf	22/11/2015 15:28:17	André Mendes Capraro	Aceito
Outros	AnaliseMerito1_Capraro.pdf	22/11/2015 15:27:50	André Mendes Capraro	Aceito
Outros	ExtratoAta_Capraro.pdf	22/11/2015 15:26:57	André Mendes Capraro	Aceito
Outros	EncaminhamentoAtaAprovacao_Capraro.pdf	22/11/2015 15:26:36	André Mendes Capraro	Aceito
Outros	LattesRafael_Capraro.pdf	22/11/2015 15:25:34	André Mendes Capraro	Aceito
Outros	LattesMaria_Capraro.pdf	22/11/2015 15:25:06	André Mendes Capraro	Aceito
Outros	LattesEverton_Capraro.pdf	22/11/2015 15:24:38	André Mendes Capraro	Aceito
Outros	Lattes_Capraro.pdf	22/11/2015 15:24:07	André Mendes Capraro	Aceito
Outros	CartaRevisaoEtica_Capraro.pdf	22/11/2015 15:22:55	André Mendes Capraro	Aceito
Outros	TermodeAceiteInstitucional_Capraro.pdf	22/11/2015 15:22:23	André Mendes Capraro	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Capraro.pdf	22/11/2015 15:11:14	André Mendes Capraro	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto_Capraro.pdf	22/11/2015	André Mendes	Aceito

Endereço: CAMPUS UNIVERSITARIO DARCY RIBEIRO - ICC º ALA NORTE º MEZANINO º SALA B1 º 606 (MINHOÇÃO BAIRO) ASA NORTE
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3307-2760 **E-mail:** ihd@unb.br

INSTITUTO DE CIENCIAS
HUMANAS / UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA / CAMPUS



Continuação do Parecer: 1.469.110

Folha de Rosto	FolhaDeRosto_Capraro.pdf	15:09:35	Capraro	Aceito
----------------	--------------------------	----------	---------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 29 de Março de 2016

Assinado por:
Lívia Barbosa
(Coordenador)

Endereço: CAMPUS UNIVERSITARIO DARCY RIBEIRO - ICC ¸ ALA NORTE ¸ MEZANINO ¸ SALA B1 ¸ 606 (MINHOCÃO)
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3307-2760 **E-mail:** ihd@unb.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Nós, Professor Dr.º André Mendes Capraro e mestranda Maria Thereza Oliveira Souza, vinculados à Universidade Federal do Paraná, estamos convidando o senhor(a) a participar de um estudo intitulado “SELEÇÃO BRASILEIRA FEMININA E AS MEMÓRIAS DE UM FUTEBOL DESAMPARADO”, subordinado ao projeto “QUE TEMPO BOM...NAQUELA ÉPOCA...: PERSCRUTANDO AS MEMÓRIAS E AS NARRATIVAS DO ESPORTE”. Trata-se de uma pesquisa que será realizada por meio de entrevistas, nas quais serão narradas as memórias sobre os esportes.

a) O objetivo desta pesquisa é descrever e problematizar, por meio dos procedimentos metodológicos da História Oral híbrida ou pura, a maneira como atletas brasileiras de futebol feminino constituem memórias sobre sua prática, se posicionam sobre as especificidades que este esporte apresenta e constroem suas próprias identidades nesse processo. Tal estudo será realizado a partir de entrevistas e também por meio de uma discussão histórica sobre as memórias dos entrevistados.

b) Caso o(a) senhor(a) participe da pesquisa, será necessário que responda a algumas perguntas em forma de entrevista. Para tanto, serão utilizados roteiros de entrevistas, abertos e fechados, com questões previamente estabelecidas, o que, no entanto, não impede a possibilidade de inserção de outras perguntas não previstas nos roteiros. O tempo estimado de duração das entrevistas será previamente combinado com os participantes da pesquisa.

c) Os locais e as datas de realização das entrevistas serão decididos conjuntamente com os pesquisadores, entretanto, o(a) senhor(a) tem a prioridade de escolha. Sugere-se preferencialmente que a entrevista seja realizada em um ambiente que propicie boas condições para o registro das informações narradas, de preferência um local reservado que impeça interrupções e outras distrações que atrapalhem a sua concentração.

d) É possível que o(a) senhor(a) experimente algum desconforto, principalmente ao narrar experiências difíceis e desagradáveis pelas quais passou. Caso isso ocorra o(a) senhor(a) poderá comunicar ao pesquisador no decorrer da entrevista, ou mesmo de forma antecipada, os temas sobre os quais prefere não falar, sem que isso afete o andamento natural da entrevista. Desta forma, objetiva-se minimizar situações constrangedoras e/ou incômodos que possam ocorrer em virtude de um tema que não seja interessante abordar.

e) O(A) senhor(a) não será beneficiado física, psíquica ou financeiramente ao participar deste estudo. No entanto, sua experiência e conhecimento acerca do tema desta pesquisa são fundamentais para o avanço científico sobre o fenômeno esportivo, podendo servir inclusive como um possível referencial teórico para futuros trabalhos, beneficiando a sua memória e a do próprio esporte.

f) O pesquisador Dr.º André Mendes Capraro, responsável por este projeto, docente do Programa de Pós-graduação em Educação Física, da Universidade Federal do Paraná, pode ser contatado pelo telefone (41) 9281-0910, ou pelo e-mail andrecapraro@onda.com.br. O

grupo de pesquisadores vinculados a este processo, pode ser encontrado no Departamento de Educação Física, da Universidade Federal do Paraná, localizado na Rua Coração de Maria, n.º 92, BR 116 Km 95 – Cep.: 80215-370, Jardim Botânico, Curitiba-PR.

g) Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH, mediante ao parecer consubstanciado número 1.469.110. A inscrição do projeto junto ao CONEP (Comitê Nacional de Ética em Pesquisa) pode ser localizada no site “Plataforma Brasil” a partir do número de registro: 51225615.5.0000.5540. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH: cep_ih@unb.br.

h) A sua participação neste estudo é voluntária e caso o(a) senhor(a) deseje não fazer mais parte desta pesquisa, poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

i) Seu nome e o conteúdo da gravação ou filmagem de sua entrevista poderão ser divulgados em relatórios e publicações de caráter científico. Entretanto, caso o(a) senhor(a) opte pelo anonimato, há no final deste termo de consentimento livre e esclarecido, um campo específico, o qual deve ser assinalado a fim de garantir a confidencialidade de sua identidade por meio da publicação codificada de qualquer dado ou informação concedida no decorrer de sua entrevista.

j) Após a transcrição de sua entrevista, o(a) senhor(a) terá acesso a esse documento para conferir as informações, com total liberdade para modificar, retirar e/ou acrescentar novos dados. Caso o(a) senhor(a) ou os pesquisadores acreditem ser necessário uma nova entrevista para complementar os dados já fornecidos ou para substituir os dados da entrevista anterior, um novo encontro poderá ser agendado de acordo com a sua disponibilidade para a realização de uma nova gravação ou filmagem.

k) O(A) senhor(a) poderá optar por encerrar a entrevista quando julgar conveniente, sem que a mesma necessariamente tenha sido finalizada pelos pesquisadores.

l) As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e, pela sua participação no estudo, o(a) senhor(a) não receberá qualquer valor em dinheiro ou outro benefício.

m) O armazenamento das informações decorrentes da gravação ou filmagem de sua entrevista ficará sob a guarda do pesquisador Professor Dr.º André Mendes Capraro, junto ao Centro de Memória do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná (CEMEDEF/UFPR), por um período de dez (10) anos, contados a partir da data de sua autorização de uso, após a análise de conteúdo de entrevista transcrita.

n) Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

o) Autorizo, portanto, através deste, a utilização de meus dados (nome, etc.) bem como das informações por mim fornecidas para este trabalho acadêmico e seus prováveis desdobramentos (produção de artigos, apresentação em eventos, etc.). Não há necessidade de sigilo em relação as mesmas, pois reconheço a importância de minha identificação para a discussão e construção deste trabalho e os pesquisadores se comprometem a utilizá-las mediante a minha autorização em relação à transcrição da entrevista por mim livremente concedida, além da assinatura deste documento. Aceito também, que os pesquisadores mantenham sob sua custódia as informações por mim fornecidas, e acordo desde já, que em caso de uma nova pesquisa ou o interesse de terceiros, tal disponibilidade se dará apenas mediante a minha autorização formal.

Eu, Dayane de Fatima da Rocha, li e compreendi a natureza e os objetivos deste estudo, do qual concordei livremente em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios inerentes a minha participação. Eu estou ciente que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão.

Solicito anonimato na publicação de meu nome ou de qualquer informação que possa revelar minha identidade ou me expor publicamente. (Ao assinalar este item fica resguardada a confidencialidade de seus dados, independente do disposto nos itens “i” e “o” deste termo).

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Leviteba, 08 de junho de 2016

Dayane de F. da Rocha
(Assinatura do Participante)

Maria Theresa D. Souza
(Assinatura do Pesquisador)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Nós, Professor Dr.º André Mendes Capraro e mestrandia Maria Thereza Oliveira Souza, vinculados à Universidade Federal do Paraná, estamos convidando o senhor(a) a participar de um estudo intitulado “SELEÇÃO BRASILEIRA FEMININA E AS MEMÓRIAS DE UM FUTEBOL DESAMPARADO”, subordinado ao projeto “QUE TEMPO BOM...NAQUELA ÉPOCA...: PERSCRUTANDO AS MEMÓRIAS E AS NARRATIVAS DO ESPORTE”. Trata-se de uma pesquisa que será realizada por meio de entrevistas, nas quais serão narradas as memórias sobre os esportes.

a) O objetivo desta pesquisa é descrever e problematizar, por meio dos procedimentos metodológicos da História Oral híbrida ou pura, a maneira como atletas brasileiras de futebol feminino constituem memórias sobre sua prática, se posicionam sobre as especificidades que este esporte apresenta e constroem suas próprias identidades nesse processo. Tal estudo será realizado a partir de entrevistas e também por meio de uma discussão histórica sobre as memórias dos entrevistados.

b) Caso o(a) senhor(a) participe da pesquisa, será necessário que responda a algumas perguntas em forma de entrevista. Para tanto, serão utilizados roteiros de entrevistas, abertos e fechados, com questões previamente estabelecidas, o que, no entanto, não impede a possibilidade de inserção de outras perguntas não previstas nos roteiros. O tempo estimado de duração das entrevistas será previamente combinado com os participantes da pesquisa.

c) Os locais e as datas de realização das entrevistas serão decididos conjuntamente com os pesquisadores, entretanto, o(a) senhor(a) tem a prioridade de escolha. Sugere-se preferencialmente que a entrevista seja realizada em um ambiente que propicie boas condições para o registro das informações narradas, de preferência um local reservado que impeça interrupções e outras distrações que atrapalhem a sua concentração.

d) É possível que o(a) senhor(a) experimente algum desconforto, principalmente ao narrar experiências difíceis e desagradáveis pelas quais passou. Caso isso ocorra o(a) senhor(a) poderá comunicar ao pesquisador no decorrer da entrevista, ou mesmo de forma antecipada, os temas sobre os quais prefere não falar, sem que isso afete o andamento natural da entrevista. Desta forma, objetiva-se minimizar situações constrangedoras e/ou incômodos que possam ocorrer em virtude de um tema que não seja interessante abordar.

e) O(A) senhor(a) não será beneficiado física, psíquica ou financeiramente ao participar deste estudo. No entanto, sua experiência e conhecimento acerca do tema desta pesquisa são fundamentais para o avanço científico sobre o fenômeno esportivo, podendo servir inclusive como um possível referencial teórico para futuros trabalhos, beneficiando a sua memória e a do próprio esporte.

f) O pesquisador Dr.º André Mendes Capraro, responsável por este projeto, docente do Programa de Pós-graduação em Educação Física, da Universidade Federal do Paraná, pode ser contatado pelo telefone (41) 9281-0910, ou pelo e-mail andrecapraro@onda.com.br. O

Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília – CEP/IH
Universidade de Brasília – Campus Universitário Darcy Ribeiro – Instituto Central de Ciências (ICC) – Centro –
Mezanino – Departamento de Serviço Social, Sala B1 683
Telefone: (61) 3307-2760
e-mail: cep_ih@unb.br



grupo de pesquisadores vinculados a este processo, pode ser encontrado no Departamento de Educação Física, da Universidade Federal do Paraná, localizado na Rua Coração de Maria, n.º 92, BR 116 Km 95 – Cep.: 80215-370, Jardim Botânico, Curitiba-PR.

g) Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH, mediante ao parecer consubstanciado número 1.469.110. A inscrição do projeto junto ao CONEP (Comitê Nacional de Ética em Pesquisa) pode ser localizada no site “Plataforma Brasil” a partir do número de registro: 51225615.5.0000.5540. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH: cep_ih@unb.br.

h) A sua participação neste estudo é voluntária e caso o(a) senhor(a) deseje não fazer mais parte desta pesquisa, poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

i) Seu nome e o conteúdo da gravação ou filmagem de sua entrevista poderão ser divulgados em relatórios e publicações de caráter científico. Entretanto, caso o(a) senhor(a) opte pelo anonimato, há no final deste termo de consentimento livre e esclarecido, um campo específico, o qual deve ser assinalado a fim de garantir a confidencialidade de sua identidade por meio da publicação codificada de qualquer dado ou informação concedida no decorrer de sua entrevista.

j) Após a transcrição de sua entrevista, o(a) senhor(a) terá acesso a esse documento para conferir as informações, com total liberdade para modificar, retirar e/ou acrescentar novos dados. Caso o(a) senhor(a) ou os pesquisadores acreditem ser necessário uma nova entrevista para complementar os dados já fornecidos ou para substituir os dados da entrevista anterior, um novo encontro poderá ser agendado de acordo com a sua disponibilidade para a realização de uma nova gravação ou filmagem.

k) O(A) senhor(a) poderá optar por encerrar a entrevista quando julgar conveniente, sem que a mesma necessariamente tenha sido finalizada pelos pesquisadores.

l) As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e, pela sua participação no estudo, o(a) senhor(a) não receberá qualquer valor em dinheiro ou outro benefício.

m) O armazenamento das informações decorrentes da gravação ou filmagem de sua entrevista ficará sob a guarda do pesquisador Professor Dr.º André Mendes Capraro, junto ao Centro de Memória do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná (CEMEDEF/UFPR), por um período de dez (10) anos, contados a partir da data de sua autorização de uso, após a análise de conteúdo de entrevista transcrita.

n) Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

o) Autorizo, portanto, através deste, a utilização de meus dados (nome, etc.) bem como das informações por mim fornecidas para este trabalho acadêmico e seus prováveis desdobramentos (produção de artigos, apresentação em eventos, etc.). Não há necessidade de sigilo em relação as mesmas, pois reconheço a importância de minha identificação para a discussão e construção deste trabalho e os pesquisadores se comprometem a utilizá-las mediante a minha autorização em relação à transcrição da entrevista por mim livremente concedida, além da assinatura deste documento. Aceito também, que os pesquisadores mantenham sob sua custódia as informações por mim fornecidas, e acordo desde já, que em caso de uma nova pesquisa ou o interesse de terceiros, tal disponibilidade se dará apenas mediante a minha autorização formal.

Eu Marina Torcano Aguiar de Pontes, li e compreendi a natureza e os objetivos deste estudo, do qual concordei livremente em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios inerentes a minha participação. Eu estou ciente que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão.

Solicito anonimato na publicação de meu nome ou de qualquer informação que possa revelar minha identidade ou me expor publicamente. (Ao assinalar este item fica resguardada a confidencialidade de seus dados, independente do disposto nos itens “i” e “o” deste termo).

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Assinatura: 13 de junho de 2016

Aguiar de Pontes
(Assinatura do Participante)

Maria Theresza J. Souza
(Assinatura do Pesquisador)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Nós, Professor Dr.º André Mendes Capraro e mestranda Maria Thereza Oliveira Souza, vinculados à Universidade Federal do Paraná, estamos convidando o senhor(a) a participar de um estudo intitulado “SELEÇÃO BRASILEIRA FEMININA E AS MEMÓRIAS DE UM FUTEBOL DESAMPARADO”, subordinado ao projeto “QUE TEMPO BOM...NAQUELA ÉPOCA...: PERSCRUTANDO AS MEMÓRIAS E AS NARRATIVAS DO ESPORTE”. Trata-se de uma pesquisa que será realizada por meio de entrevistas, nas quais serão narradas as memórias sobre os esportes.

a) O objetivo desta pesquisa é descrever e problematizar, por meio dos procedimentos metodológicos da História Oral híbrida ou pura, a maneira como atletas brasileiras de futebol feminino constituem memórias sobre sua prática, se posicionam sobre as especificidades que este esporte apresenta e constroem suas próprias identidades nesse processo. Tal estudo será realizado a partir de entrevistas e também por meio de uma discussão histórica sobre as memórias dos entrevistados.

b) Caso o(a) senhor(a) participe da pesquisa, será necessário que responda a algumas perguntas em forma de entrevista. Para tanto, serão utilizados roteiros de entrevistas, abertos e fechados, com questões previamente estabelecidas, o que, no entanto, não impede a possibilidade de inserção de outras perguntas não previstas nos roteiros. O tempo estimado de duração das entrevistas será previamente combinado com os participantes da pesquisa.

c) Os locais e as datas de realização das entrevistas serão decididos conjuntamente com os pesquisadores, entretanto, o(a) senhor(a) tem a prioridade de escolha. Sugere-se preferencialmente que a entrevista seja realizada em um ambiente que propicie boas condições para o registro das informações narradas, de preferência um local reservado que impeça interrupções e outras distrações que atrapalhem a sua concentração.

d) É possível que o(a) senhor(a) experimente algum desconforto, principalmente ao narrar experiências difíceis e desagradáveis pelas quais passou. Caso isso ocorra o(a) senhor(a) poderá comunicar ao pesquisador no decorrer da entrevista, ou mesmo de forma antecipada, os temas sobre os quais prefere não falar, sem que isso afete o andamento natural da entrevista. Desta forma, objetiva-se minimizar situações constrangedoras e/ou incômodos que possam ocorrer em virtude de um tema que não seja interessante abordar.

e) O(A) senhor(a) não será beneficiado física, psíquica ou financeiramente ao participar deste estudo. No entanto, sua experiência e conhecimento acerca do tema desta pesquisa são fundamentais para o avanço científico sobre o fenômeno esportivo, podendo servir inclusive como um possível referencial teórico para futuros trabalhos, beneficiando a sua memória e a do próprio esporte.

f) O pesquisador Dr.º André Mendes Capraro, responsável por este projeto, docente do Programa de Pós-graduação em Educação Física, da Universidade Federal do Paraná, pode ser contatado pelo telefone (41) 9281-0910, ou pelo e-mail andrecapraro@onda.com.br. O

grupo de pesquisadores vinculados a este processo, pode ser encontrado no Departamento de Educação Física, da Universidade Federal do Paraná, localizado na Rua Coração de Maria, n.º 92, BR 116 Km 95 – Cep.: 80215-370, Jardim Botânico, Curitiba-PR.

g) Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH, mediante ao parecer consubstanciado número 1.469.110. A inscrição do projeto junto ao CONEP (Comitê Nacional de Ética em Pesquisa) pode ser localizada no site “Plataforma Brasil” a partir do número de registro: 51225615.5.0000.5540. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH: cep_ih@unb.br.

h) A sua participação neste estudo é voluntária e caso o(a) senhor(a) deseje não fazer mais parte desta pesquisa, poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

i) Seu nome e o conteúdo da gravação ou filmagem de sua entrevista poderão ser divulgados em relatórios e publicações de caráter científico. Entretanto, caso o(a) senhor(a) opte pelo anonimato, há no final deste termo de consentimento livre e esclarecido, um campo específico, o qual deve ser assinalado a fim de garantir a confidencialidade de sua identidade por meio da publicação codificada de qualquer dado ou informação concedida no decorrer de sua entrevista.

j) Após a transcrição de sua entrevista, o(a) senhor(a) terá acesso a esse documento para conferir as informações, com total liberdade para modificar, retirar e/ou acrescentar novos dados. Caso o(a) senhor(a) ou os pesquisadores acreditem ser necessário uma nova entrevista para complementar os dados já fornecidos ou para substituir os dados da entrevista anterior, um novo encontro poderá ser agendado de acordo com a sua disponibilidade para a realização de uma nova gravação ou filmagem.

k) O(A) senhor(a) poderá optar por encerrar a entrevista quando julgar conveniente, sem que a mesma necessariamente tenha sido finalizada pelos pesquisadores.

l) As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e, pela sua participação no estudo, o(a) senhor(a) não receberá qualquer valor em dinheiro ou outro benefício.

m) O armazenamento das informações decorrentes da gravação ou filmagem de sua entrevista ficará sob a guarda do pesquisador Professor Dr.º André Mendes Capraro, junto ao Centro de Memória do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná (CEMEDEF/UFPR), por um período de dez (10) anos, contados a partir da data de sua autorização de uso, após a análise de conteúdo de entrevista transcrita.

n) Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

o) Autorizo, portanto, através deste, a utilização de meus dados (nome, etc.) bem como das informações por mim fornecidas para este trabalho acadêmico e seus prováveis desdobramentos (produção de artigos, apresentação em eventos, etc.). Não há necessidade de sigilo em relação as mesmas, pois reconheço a importância de minha identificação para a discussão e construção deste trabalho e os pesquisadores se comprometem a utilizá-las mediante a minha autorização em relação à transcrição da entrevista por mim livremente concedida, além da assinatura deste documento. Aceito também, que os pesquisadores mantenham sob sua custódia as informações por mim fornecidas, e acordo desde já, que em caso de uma nova pesquisa ou o interesse de terceiros, tal disponibilidade se dará apenas mediante a minha autorização formal.

Eu, Simone Gomes Jatoba', li e compreendi a natureza e os objetivos deste estudo, do qual concordei livremente em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios inerentes a minha participação. Eu estou ciente que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão.

Solicito anonimato na publicação de meu nome ou de qualquer informação que possa revelar minha identidade ou me expor publicamente. (Ao assinalar este item fica resguardada a confidencialidade de seus dados, independente do disposto nos itens "i" e "o" deste termo).

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Curitiba, 28 de junho de 2016

Simone Gomes Jatoba'
(Assinatura do Participante)

Maria Theresia D. Souza
(Assinatura do Pesquisador)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Nós, Professor Dr.º André Mendes Capraro e mestrandia Maria Thereza Oliveira Souza, vinculados à Universidade Federal do Paraná, estamos convidando o senhor(a) a participar de um estudo intitulado “SELEÇÃO BRASILEIRA FEMININA E AS MEMÓRIAS DE UM FUTEBOL DESAMPARADO”, subordinado ao projeto “QUE TEMPO BOM...NAQUELA ÉPOCA...: PERSCRUTANDO AS MEMÓRIAS E AS NARRATIVAS DO ESPORTE”. Trata-se de uma pesquisa que será realizada por meio de entrevistas, nas quais serão narradas as memórias sobre os esportes.

a) O objetivo desta pesquisa é descrever e problematizar, por meio dos procedimentos metodológicos da História Oral híbrida ou pura, a maneira como atletas brasileiras de futebol feminino constituem memórias sobre sua prática, se posicionam sobre as especificidades que este esporte apresenta e constroem suas próprias identidades nesse processo. Tal estudo será realizado a partir de entrevistas e também por meio de uma discussão histórica sobre as memórias dos entrevistados.

b) Caso o(a) senhor(a) participe da pesquisa, será necessário que responda a algumas perguntas em forma de entrevista. Para tanto, serão utilizados roteiros de entrevistas, abertos e fechados, com questões previamente estabelecidas, o que, no entanto, não impede a possibilidade de inserção de outras perguntas não previstas nos roteiros. O tempo estimado de duração das entrevistas será previamente combinado com os participantes da pesquisa.

c) Os locais e as datas de realização das entrevistas serão decididos conjuntamente com os pesquisadores, entretanto, o(a) senhor(a) tem a prioridade de escolha. Sugere-se preferencialmente que a entrevista seja realizada em um ambiente que propicie boas condições para o registro das informações narradas, de preferência um local reservado que impeça interrupções e outras distrações que atrapalhem a sua concentração.

d) É possível que o(a) senhor(a) experimente algum desconforto, principalmente ao narrar experiências difíceis e desagradáveis pelas quais passou. Caso isso ocorra o(a) senhor(a) poderá comunicar ao pesquisador no decorrer da entrevista, ou mesmo de forma antecipada, os temas sobre os quais prefere não falar, sem que isso afete o andamento natural da entrevista. Desta forma, objetiva-se minimizar situações constrangedoras e/ou incômodos que possam ocorrer em virtude de um tema que não seja interessante abordar.

e) O(A) senhor(a) não será beneficiado física, psíquica ou financeiramente ao participar deste estudo. No entanto, sua experiência e conhecimento acerca do tema desta pesquisa são fundamentais para o avanço científico sobre o fenômeno esportivo, podendo servir inclusive como um possível referencial teórico para futuros trabalhos, beneficiando a sua memória e a do próprio esporte.

f) O pesquisador Dr.º André Mendes Capraro, responsável por este projeto, docente do Programa de Pós-graduação em Educação Física, da Universidade Federal do Paraná, pode ser contatado pelo telefone (41) 9281-0910, ou pelo e-mail andrecapraro@onda.com.br. O

grupo de pesquisadores vinculados a este processo, pode ser encontrado no Departamento de Educação Física, da Universidade Federal do Paraná, localizado na Rua Coração de Maria, n.º 92, BR 116 Km 95 – Cep.: 80215-370, Jardim Botânico, Curitiba-PR.

g) Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH, mediante ao parecer consubstanciado número 1.469.110. A inscrição do projeto junto ao CONEP (Comitê Nacional de Ética em Pesquisa) pode ser localizada no site “Plataforma Brasil” a partir do número de registro: 51225615.5.0000.5540. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH: cep_ih@unb.br.

h) A sua participação neste estudo é voluntária e caso o(a) senhor(a) deseje não fazer mais parte desta pesquisa, poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

i) Seu nome e o conteúdo da gravação ou filmagem de sua entrevista poderão ser divulgados em relatórios e publicações de caráter científico. Entretanto, caso o(a) senhor(a) opte pelo anonimato, há no final deste termo de consentimento livre e esclarecido, um campo específico, o qual deve ser assinalado a fim de garantir a confidencialidade de sua identidade por meio da publicação codificada de qualquer dado ou informação concedida no decorrer de sua entrevista.

j) Após a transcrição de sua entrevista, o(a) senhor(a) terá acesso a esse documento para conferir as informações, com total liberdade para modificar, retirar e/ou acrescentar novos dados. Caso o(a) senhor(a) ou os pesquisadores acreditem ser necessário uma nova entrevista para complementar os dados já fornecidos ou para substituir os dados da entrevista anterior, um novo encontro poderá ser agendado de acordo com a sua disponibilidade para a realização de uma nova gravação ou filmagem.

k) O(A) senhor(a) poderá optar por encerrar a entrevista quando julgar conveniente, sem que a mesma necessariamente tenha sido finalizada pelos pesquisadores.

l) As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e, pela sua participação no estudo, o(a) senhor(a) não receberá qualquer valor em dinheiro ou outro benefício.

m) O armazenamento das informações decorrentes da gravação ou filmagem de sua entrevista ficará sob a guarda do pesquisador Professor Dr.º André Mendes Capraro, junto ao Centro de Memória do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná (CEMEDEF/UFPR), por um período de dez (10) anos, contados a partir da data de sua autorização de uso, após a análise de conteúdo de entrevista transcrita.

n) Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

o) Autorizo, portanto, através deste, a utilização de meus dados (nome, etc.) bem como das informações por mim fornecidas para este trabalho acadêmico e seus prováveis desdobramentos (produção de artigos, apresentação em eventos, etc.). Não há necessidade de sigilo em relação as mesmas, pois reconheço a importância de minha identificação para a discussão e construção deste trabalho e os pesquisadores se comprometem a utilizá-las mediante a minha autorização em relação à transcrição da entrevista por mim livremente concedida, além da assinatura deste documento. Aceito também, que os pesquisadores mantenham sob sua custódia as informações por mim fornecidas, e acordo desde já, que em caso de uma nova pesquisa ou o interesse de terceiros, tal disponibilidade se dará apenas mediante a minha autorização formal.

Eu, Karin de Luites Lang Rocha, li e compreendi a natureza e os objetivos deste estudo, do qual concordei livremente em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios inerentes a minha participação. Eu estou ciente que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão.

Solicito anonimato na publicação de meu nome ou de qualquer informação que possa revelar minha identidade ou me expor publicamente. (Ao assinalar este item fica resguardada a confidencialidade de seus dados, independente do disposto nos itens “i” e “o” deste termo).

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Leviteba, 28 de junho de 2016

Karin de Luites Lang Rocha
(Assinatura do Participante)

Maria Theresia W. Lopez
(Assinatura do Pesquisador)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Nós, Professor Dr.º André Mendes Capraro e mestranda Maria Thereza Oliveira Souza, vinculados à Universidade Federal do Paraná, estamos convidando o senhor(a) a participar de um estudo intitulado “SELEÇÃO BRASILEIRA FEMININA E AS MEMÓRIAS DE UM FUTEBOL DESAMPARADO”, subordinado ao projeto “QUE TEMPO BOM...NAQUELA ÉPOCA...: PERSCRUTANDO AS MEMÓRIAS E AS NARRATIVAS DO ESPORTE”. Trata-se de uma pesquisa que será realizada por meio de entrevistas, nas quais serão narradas as memórias sobre os esportes.

a) O objetivo desta pesquisa é descrever e problematizar, por meio dos procedimentos metodológicos da História Oral híbrida ou pura, a maneira como atletas brasileiras de futebol feminino constituem memórias sobre sua prática, se posicionam sobre as especificidades que este esporte apresenta e constroem suas próprias identidades nesse processo. Tal estudo será realizado a partir de entrevistas e também por meio de uma discussão histórica sobre as memórias dos entrevistados.

b) Caso o(a) senhor(a) participe da pesquisa, será necessário que responda a algumas perguntas em forma de entrevista. Para tanto, serão utilizados roteiros de entrevistas, abertos e fechados, com questões previamente estabelecidas, o que, no entanto, não impede a possibilidade de inserção de outras perguntas não previstas nos roteiros. O tempo estimado de duração das entrevistas será previamente combinado com os participantes da pesquisa.

c) Os locais e as datas de realização das entrevistas serão decididos conjuntamente com os pesquisadores, entretanto, o(a) senhor(a) tem a prioridade de escolha. Sugere-se preferencialmente que a entrevista seja realizada em um ambiente que propicie boas condições para o registro das informações narradas, de preferência um local reservado que impeça interrupções e outras distrações que atrapalhem a sua concentração.

d) É possível que o(a) senhor(a) experimente algum desconforto, principalmente ao narrar experiências difíceis e desagradáveis pelas quais passou. Caso isso ocorra o(a) senhor(a) poderá comunicar ao pesquisador no decorrer da entrevista, ou mesmo de forma antecipada, os temas sobre os quais prefere não falar, sem que isso afete o andamento natural da entrevista. Desta forma, objetiva-se minimizar situações constrangedoras e/ou incômodos que possam ocorrer em virtude de um tema que não seja interessante abordar.

e) O(A) senhor(a) não será beneficiado física, psíquica ou financeiramente ao participar deste estudo. No entanto, sua experiência e conhecimento acerca do tema desta pesquisa são fundamentais para o avanço científico sobre o fenômeno esportivo, podendo servir inclusive como um possível referencial teórico para futuros trabalhos, beneficiando a sua memória e a do próprio esporte.

f) O pesquisador Dr.º André Mendes Capraro, responsável por este projeto, docente do Programa de Pós-graduação em Educação Física, da Universidade Federal do Paraná, pode ser contatado pelo telefone (41) 9281-0910, ou pelo e-mail andrecapraro@onda.com.br. O



grupo de pesquisadores vinculados a este processo, pode ser encontrado no Departamento de Educação Física, da Universidade Federal do Paraná, localizado na Rua Coração de Maria, n.º 92, BR 116 Km 95 – Cep.: 80215-370, Jardim Botânico, Curitiba-PR.

g) Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH, mediante ao parecer consubstanciado número 1.469.110. A inscrição do projeto junto ao CONEP (Comitê Nacional de Ética em Pesquisa) pode ser localizada no site “Plataforma Brasil” a partir do número de registro: 51225615.5.0000.5540. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH: cep_ih@unb.br.

h) A sua participação neste estudo é voluntária e caso o(a) senhor(a) deseje não fazer mais parte desta pesquisa, poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

i) Seu nome e o conteúdo da gravação ou filmagem de sua entrevista poderão ser divulgados em relatórios e publicações de caráter científico. Entretanto, caso o(a) senhor(a) opte pelo anonimato, há no final deste termo de consentimento livre e esclarecido, um campo específico, o qual deve ser assinalado a fim de garantir a confidencialidade de sua identidade por meio da publicação codificada de qualquer dado ou informação concedida no decorrer de sua entrevista.

j) Após a transcrição de sua entrevista, o(a) senhor(a) terá acesso a esse documento para conferir as informações, com total liberdade para modificar, retirar e/ou acrescentar novos dados. Caso o(a) senhor(a) ou os pesquisadores acreditem ser necessário uma nova entrevista para complementar os dados já fornecidos ou para substituir os dados da entrevista anterior, um novo encontro poderá ser agendado de acordo com a sua disponibilidade para a realização de uma nova gravação ou filmagem.

k) O(A) senhor(a) poderá optar por encerrar a entrevista quando julgar conveniente, sem que a mesma necessariamente tenha sido finalizada pelos pesquisadores.

l) As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e, pela sua participação no estudo, o(a) senhor(a) não receberá qualquer valor em dinheiro ou outro benefício.

m) O armazenamento das informações decorrentes da gravação ou filmagem de sua entrevista ficará sob a guarda do pesquisador Professor Dr.º André Mendes Capraro, junto ao Centro de Memória do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná (CEMEDEF/UFPR), por um período de dez (10) anos, contados a partir da data de sua autorização de uso, após a análise de conteúdo de entrevista transcrita.

n) Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

o) Autorizo, portanto, através deste, a utilização de meus dados (nome, etc.) bem como das informações por mim fornecidas para este trabalho acadêmico e seus prováveis desdobramentos (produção de artigos, apresentação em eventos, etc.). Não há necessidade de sigilo em relação as mesmas, pois reconheço a importância de minha identificação para a discussão e construção deste trabalho e os pesquisadores se comprometem a utilizá-las mediante a minha autorização em relação à transcrição da entrevista por mim livremente concedida, além da assinatura deste documento. Aceito também, que os pesquisadores mantenham sob sua custódia as informações por mim fornecidas, e acordo desde já, que em caso de uma nova pesquisa ou o interesse de terceiros, tal disponibilidade se dará apenas mediante a minha autorização formal.

Eu, Lore Cristina Luz Trillula da Costa, li e compreendi a natureza e os objetivos deste estudo, do qual concordei livremente em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios inerentes a minha participação. Eu estou ciente que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão.

Solicito anonimato na publicação de meu nome ou de qualquer informação que possa revelar minha identidade ou me expor publicamente. (Ao assinalar este item fica resguardada a confidencialidade de seus dados, independente do disposto nos itens “i” e “o” deste termo).

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

J Curitiba, 07 de Julho de 16

Lore Cristina L. T. da Costa
(Assinatura do Participante)

Márcia Theresia D. Souza
(Assinatura do Pesquisador)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

Nós, Professor Dr.º André Mendes Capraro e mestranda Maria Thereza Oliveira Souza, vinculados à Universidade Federal do Paraná, estamos convidando o senhor(a) a participar de um estudo intitulado “SELEÇÃO BRASILEIRA FEMININA E AS MEMÓRIAS DE UM FUTEBOL DESAMPARADO”, subordinado ao projeto “QUE TEMPO BOM...NAQUELA ÉPOCA...: PERSCRUTANDO AS MEMÓRIAS E AS NARRATIVAS DO ESPORTE”. Trata-se de uma pesquisa que será realizada por meio de entrevistas, nas quais serão narradas as memórias sobre os esportes.

a) O objetivo desta pesquisa é descrever e problematizar, por meio dos procedimentos metodológicos da História Oral híbrida ou pura, a maneira como atletas brasileiras de futebol feminino constituem memórias sobre sua prática, se posicionam sobre as especificidades que este esporte apresenta e constroem suas próprias identidades nesse processo. Tal estudo será realizado a partir de entrevistas e também por meio de uma discussão histórica sobre as memórias dos entrevistados.

b) Caso o(a) senhor(a) participe da pesquisa, será necessário que responda a algumas perguntas em forma de entrevista. Para tanto, serão utilizados roteiros de entrevistas, abertos e fechados, com questões previamente estabelecidas, o que, no entanto, não impede a possibilidade de inserção de outras perguntas não previstas nos roteiros. O tempo estimado de duração das entrevistas será previamente combinado com os participantes da pesquisa.

c) Os locais e as datas de realização das entrevistas serão decididos conjuntamente com os pesquisadores, entretanto, o(a) senhor(a) tem a prioridade de escolha. Sugere-se preferencialmente que a entrevista seja realizada em um ambiente que propicie boas condições para o registro das informações narradas, de preferência um local reservado que impeça interrupções e outras distrações que atrapalhem a sua concentração.

d) É possível que o(a) senhor(a) experimente algum desconforto, principalmente ao narrar experiências difíceis e desagradáveis pelas quais passou. Caso isso ocorra o(a) senhor(a) poderá comunicar ao pesquisador no decorrer da entrevista, ou mesmo de forma antecipada, os temas sobre os quais prefere não falar, sem que isso afete o andamento natural da entrevista. Desta forma, objetiva-se minimizar situações constrangedoras e/ou incômodos que possam ocorrer em virtude de um tema que não seja interessante abordar.

e) O(A) senhor(a) não será beneficiado física, psíquica ou financeiramente ao participar deste estudo. No entanto, sua experiência e conhecimento acerca do tema desta pesquisa são fundamentais para o avanço científico sobre o fenômeno esportivo, podendo servir inclusive como um possível referencial teórico para futuros trabalhos, beneficiando a sua memória e a do próprio esporte.

f) O pesquisador Dr.º André Mendes Capraro, responsável por este projeto, docente do Programa de Pós-graduação em Educação Física, da Universidade Federal do Paraná, pode ser contatado pelo telefone (41) 9281-0910, ou pelo e-mail andrecapraro@onda.com.br. O



grupo de pesquisadores vinculados a este processo, pode ser encontrado no Departamento de Educação Física, da Universidade Federal do Paraná, localizado na Rua Coração de Maria, n.º 92, BR 116 Km 95 – Cep.: 80215-370, Jardim Botânico, Curitiba-PR.

g) Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH, mediante ao parecer consubstanciado número 1.469.110. A inscrição do projeto junto ao CONEP (Comitê Nacional de Ética em Pesquisa) pode ser localizada no site “Plataforma Brasil” a partir do número de registro: 51225615.5.0000.5540. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH: cep_ih@unb.br.

h) A sua participação neste estudo é voluntária e caso o(a) senhor(a) deseje não fazer mais parte desta pesquisa, poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE).

i) Seu nome e o conteúdo da gravação ou filmagem de sua entrevista poderão ser divulgados em relatórios e publicações de caráter científico. Entretanto, caso o(a) senhor(a) opte pelo anonimato, há no final deste termo de consentimento livre e esclarecido, um campo específico, o qual deve ser assinalado a fim de garantir a confidencialidade de sua identidade por meio da publicação codificada de qualquer dado ou informação concedida no decorrer de sua entrevista.

j) Após a transcrição de sua entrevista, o(a) senhor(a) terá acesso a esse documento para conferir as informações, com total liberdade para modificar, retirar e/ou acrescentar novos dados. Caso o(a) senhor(a) ou os pesquisadores acreditem ser necessário uma nova entrevista para complementar os dados já fornecidos ou para substituir os dados da entrevista anterior, um novo encontro poderá ser agendado de acordo com a sua disponibilidade para a realização de uma nova gravação ou filmagem.

k) O(A) senhor(a) poderá optar por encerrar a entrevista quando julgar conveniente, sem que a mesma necessariamente tenha sido finalizada pelos pesquisadores.

l) As despesas necessárias para a realização da pesquisa não são de sua responsabilidade e, pela sua participação no estudo, o(a) senhor(a) não receberá qualquer valor em dinheiro ou outro benefício.

m) O armazenamento das informações decorrentes da gravação ou filmagem de sua entrevista ficará sob a guarda do pesquisador Professor Dr.º André Mendes Capraro, junto ao Centro de Memória do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná (CEMEDEF/UFPR), por um período de dez (10) anos, contados a partir da data de sua autorização de uso, após a análise de conteúdo de entrevista transcrita.

n) Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

o) Autorizo, portanto, através deste, a utilização de meus dados (nome, etc.) bem como das informações por mim fornecidas para este trabalho acadêmico e seus prováveis desdobramentos (produção de artigos, apresentação em eventos, etc.). Não há necessidade de sigilo em relação as mesmas, pois reconheço a importância de minha identificação para a discussão e construção deste trabalho e os pesquisadores se comprometem a utilizá-las mediante a minha autorização em relação à transcrição da entrevista por mim livremente concedida, além da assinatura deste documento. Aceito também, que os pesquisadores mantenham sob sua custódia as informações por mim fornecidas, e acordo desde já, que em caso de uma nova pesquisa ou o interesse de terceiros, tal disponibilidade se dará apenas mediante a minha autorização formal.

Eu, Olyângela Bosa Cordeiro, li e compreendi a natureza e os objetivos deste estudo, do qual concordei livremente em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios inerentes a minha participação. Eu estou ciente que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão.

Solicito anonimato na publicação de meu nome ou de qualquer informação que possa revelar minha identidade ou me expor publicamente. (Ao assinalar este item fica resguardada a confidencialidade de seus dados, independente do disposto nos itens “i” e “o” deste termo).

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Levitoba 22 de agosto de 2016



(Assinatura do Participante)

Maria Theresia D. Souza
(Assinatura do Pesquisador)